

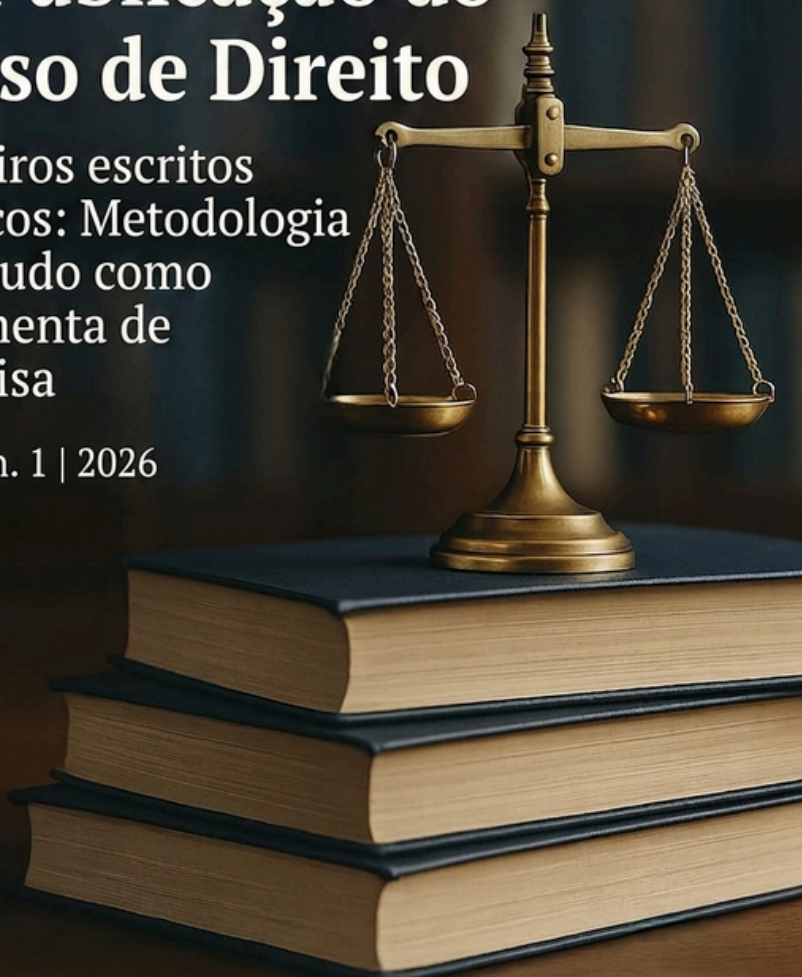


Faculdade **20** ANOS
BOAS NOVAS
ONDE O CONHECIMENTO TRAZ LIBERDADE

VERUM – Caderno de Publicação do Curso de Direito

Primeiros escritos
jurídicos: Metodologia
do Estudo como
ferramenta de
pesquisa

Vol. 3 | n. 1 | 2026



ORGANIZADORA

KELLEN ENCARNAÇÃO

**FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS
TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS
CURSO DE DIREITO**

MANTENEDOR

Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas -
IBADAM

PRESIDÊNCIA

Pr. Jonatas Câmara

DIREÇÃO EXECUTIVA

Pr. Me. Edivaldo Lopes de Lima

DIREÇÃO GERAL

Profa. Dra. Maria José Costa Lima

DIREÇÃO ACADÊMICA

Profa. Dra. Fatima Medianeira Flores de Vargas

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Prof. Dra. Franci Flores de Vargas

COORDENAÇÃO DO CURSO

Prof. Dr. Helom César da Silva Nunes

PROFESSORA ORIENTADORA E ORGANIZADORA

Profa. Esp. Kellen Cristina Encarnação Moraes

**Verum - Caderno de Publicação do Curso de Direito da
Faculdade Boas Novas. Primeiros escritos jurídicos:
Metodologia do Estudo como ferramenta de pesquisa**

© 2025 Copyright by Faculdade Boas Novas.
Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1655 – Japiim -
Manaus-AM – CEP - 69077-000
<https://fbnovas.edu.br/site/>
Fone: (92) 98121-2373

Organização:
Profa. Esp. Kellen Cristina Encarnação Moraes

Publicação do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas

Os papers assinados, bem como o seu conteúdo e estilo
linguístico são de responsabilidade de seus autores e
necessariamente não expressam a posição da Instituição.

Catálogo na Publicação (CIP)

V569 Verum: Cadernos de publicação do curso de Direito. Primeiros escritos
jurídicos: Metodologia do Estudo como ferramenta de pesquisa [e-book] /
Faculdade Boas Novas; [organizado por] Kellen Cristina Encarnação Moraes.
Vol. 3, n. 1. – Manaus: FBN, 2025.
14,5MB. : il. color.; PDF

Modo de acesso eletrônico
ISBN 978-65-981563-4-3

1. Direito. 2. Ciência jurídica. 3. Caderno de publicação. 4. Extensão -
Ensino. 5. Direito - Metodologia do estudo. I. Moraes, Kellen Cristina
Encarnação.

CDD 340.076

Elaborado por Kellen Cristina Encarnação Moraes
CRB-AM-001134/O

AUTORES

Kellen Cristina Encarnação Moraes
Laryssa Paixão Brito de Souza
Leanderson Marinho de Sousa
Luana Rebeca da Silva Monteiro
Luiz Marcos Pinto
Makeulle da Silva e Silva
Agatha Ferreira Pereira de Lima
Alexsandro Lima de Souza
Jéssica de Araújo Cunha
Jéssica Prata Dias
Marcus Valério Mota dos Santos
Rebecca Seffair Nunes
Viviam de Souza Ferreira
Glayci Anne Correa da Costa
Christian Lima Bentes
Elaine Jully de Souza Fernandes
Joyce das Neves Silva
Jorge Weverton Baima de Oliveira
Lucas Gabriel Souza da Silva
Vanessa de Oliveira Nunes
Andrew Lago do Nascimento
Geovana Victoria S. dos S. de Souza
Geysiane Carvalho de Figueredo
Daniel Cordovil da Silva
Ediane da Silva Leão
Eduardo Souza da Silva
Hadassa Campos Catunda
Laíse Cavalier de Oliveira Pereira

Mário Matos do Nascimento Junior
Mikelly Meireles Moraes
Paulo César Brandão Barros
Tiago de Sousa Pantoja
Bruno da Cruz de Oliveira
Thiago Ferreira Vieira
Daniel Pereira da Silva Pires
Felipe Gabriel Vieira da Conceição
Daniel Nascimento Monteiro
Josiele Almeida Souza
Juliana Silva de Moraes
Marcos Antônio de Souza Paes
João Guilherme Falcão de Lima
Isabelle Alves Batista
Lucia Labelly Lima Marques
Maria Eduarda França Lima
Ryan Clayton Sales dos Reis
Adryell de Souza Gonzales
Aías Silva de Queiroz
Gilbert da Costa Paes Barreto
Hilo Cristiano dos Reis Oliveira
José Leonardo Paixão de Andrade
Anthonella Rosmery Vera Amoroso
Josué Warleson de Souza Lira
Lidia Moreira e Moreira
João Emerson Ferreira da Silva
Julyane Serra da Silva
Matheus Gomes de Menezes

AUTORES

Lucas Matheus Santos de Souza
Letícia Menezes Ramos
Antônio Marcos Valério da Silva
Fabrício Isaac Araújo Oliveira
Renata Melo de França Aquino
Ayla Lohanna Reis Moderno
Raylene Marques de A. Ferreira
Waldeiza da Silva Freire
Victor Maciel Nascimento de Souza
Eliabe Rodrigues Alicatia
Josiane da Silva Bentes
Letícia Mesquita Cavalcante
Mateus da Silva Souza
Ana Clara Gama Fragata
Ana Késia Brasil Martins
Iara Joice Lima
Kailane Tereza Marques
Louhana Ramos
Nathalia Pereira Araújo
Viviane Pereira Hermino
Glauber Fabricio Lima Mendes
Joyce Castilho Costa
Mateus de Lima Alves
Seliane Pascoal de Lima
Valéria Campos Sobreira
Grayce Kelly Oliveira de Souza
Roberta Vitória da Silva Padilha
Roberto Rener Souza da Silva
Victor Emanuel dos Santos Lira
Vinicius Bastos de Castro
Geovanna Keverlly Lopes Paixão
Maria Clara Silva Alves
Bruna Gomes da Silva
Carlos Lima dos Santos
Francileno Oliveira da Silva
Marvin Dikaimi Ribeiro Davila
Shirlene Marinho Pereira
Davi de Sousa e Souza
Elyanderson dos Santos Martins
Elzilene Guimarães
Mario Eduardo Carvalho da Silva
Antônio Rafael Fernandes de Lima
Lucas Medeiros e Silva
Marion Matos Ribeiro
Paulo Eduardo Rodrigues Costa
Robson Henrique da Silva Souza
Valéria Belém de Castro
Alex Max Moraes Lofiego
Ketleen Queiroz dos Santos
Sabrina Lira Lima
Alex Gabriel Soares Cardoso
Darlison Passos A. Jacminot dos Santos
Wellington dos Santos Oliveira

AGRADECIMENTOS

A organização desta obra representou uma experiência profundamente enriquecedora e transformadora para todos os envolvidos. Observar o nascimento do pensamento jurídico nos alunos, ainda em formação, estruturado por meio das ferramentas da metodologia do estudo, é uma das maiores recompensas da prática docente.

À Deus, fonte de toda sabedoria, agradece-se por permitir que esta jornada educacional fosse conduzida com propósito e significado.

Aos acadêmicos do primeiro período do curso de Direito, registra-se especial reconhecimento. Cada um assumiu com seriedade o desafio de pesquisar, refletir e escrever, entregando-se ao processo de aprendizagem com curiosidade, empenho e maturidade. Os textos aqui reunidos refletem esse esforço e sinalizam a potência dos primeiros passos no universo da pesquisa jurídica.

A coordenação do curso é também digna de agradecimento, pelo apoio constante às propostas que incentivam a produção acadêmica, reconhecendo a importância de uma base sólida na formação do jurista.

Aos colegas docentes que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste caderno, expressa-se sincera gratidão. A colaboração de cada um foi fundamental para a qualidade e o êxito deste projeto.

Por fim, à Faculdade que acolhe este trabalho e acredita em iniciativas que fortalecem o vínculo entre ensino, pesquisa e formação crítica no campo jurídico.

Este caderno é mais do que uma publicação acadêmica: é um testemunho vivo de um processo de construção do saber. Que ele possa inspirar novas reflexões, incentivar boas práticas de estudo e impulsionar futuras jornadas acadêmicas.

Kellen Encarnação

PREFÁCIO

Este caderno de publicações, intitulado “*Primeiros escritos jurídicos: Metodologia do Estudo como ferramenta de pesquisa*”, surge como fruto do trabalho, empenho e dedicação dos acadêmicos do primeiro período do curso de Direito, na disciplina de Metodologia do Estudo. Mais do que um simples repositório de papers, este material representa a construção inicial do pensamento jurídico aliado ao rigor metodológico, essencial para a pesquisa acadêmica de qualidade.

A disciplina de Metodologia do Estudo foi trabalhada de forma a incentivar a reflexão crítica, a argumentação fundamentada e a escrita acadêmica, utilizando técnicas como fichamentos, resumos, esquemas e práticas de leitura ativa, permitindo aos alunos transformar a teoria em prática e a pesquisa em produção concreta. Cada paper aqui apresentado aborda temáticas relevantes no universo jurídico, exploradas à luz das técnicas aprendidas, tornando este caderno uma ferramenta de aprendizado, consulta e inspiração para futuros estudos.

Que este material inspire cada leitor a perceber que o conhecimento jurídico não é um ponto de chegada, mas um caminho em constante construção, sendo a metodologia do estudo o alicerce que sustenta essa jornada de aprendizado.

SUMÁRIO

A CONSTRUÇÃO DE PROBLEMAS DE PESQUISA NO DIREITO: definição e relevância	9
ÉTICA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: plágio e integridade intelectual	18
A FUNÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS (RESUMO, RESENHA, ARTIGO) NA FORMAÇÃO DO JURISTA	30
TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO JURÍDICO: mapas mentais, resumos e esquemas	39
NORMAS DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: aplicação das normas da ABNT nos trabalhos acadêmicos	47
TIPOS DE PESQUISA NO DIREITO: exploratória, descritiva e explicativa	59
DIFERENÇA ENTRE CONHECIMENTO EMPÍRICO, FILOSÓFICO E CIENTÍFICO NO CONTEXTO JURÍDICO	66
O USO DA TECNOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA JURÍDICA: ferramentas digitais e repositórios online	76
O MÉTODO DEDUTIVO E O MÉTODO INDUTIVO NA PESQUISA JURÍDICA	84
A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DIREITO	92
O FICHAMENTO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA CONCURSOS PÚBLICOS NA ÁREA JURÍDICA	113
A FUNÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS (RESUMO, RESENHA, ARTIGO) NA FORMAÇÃO DO JURISTA	124
A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE PESQUISA CIENTÍFICA APLICADOS AO DIREITO	131
O MÉTODO DEDUTIVO E O MÉTODO INDUTIVO NA PESQUISA JURÍDICA	141
O USO DA TECNOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA JURÍDICA: ferramentas digitais e repositórios online	148
DIFERENÇAS ENTRE CONHECIMENTO EMPÍRICO, FILOSÓFICO E CIENTÍFICO NO CONTEXTO JURÍDICO	156
A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DIREITO	162
TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO: mapas mentais, resumos e esquemas	170
O FICHAMENTO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA CONCURSOS PÚBLICOS NA ÁREA JURÍDICA	176



A CONSTRUÇÃO DE PROBLEMAS
DE PESQUISA NO DIREITO:
definição e relevância



Laryssa Paixão Brito de Souza
Leanderson Marinho de Sousa
Luana Rebeca da Silva Monteiro
Luiz Marcos Pinto
Makeulle da Silva e Silva
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: O problema de pesquisa constitui o núcleo estruturante da investigação científica no campo do Direito. Sua formulação adequada exige precisão conceitual, relevância teórica e viabilidade metodológica. Este artigo tem como objetivo discutir os principais elementos envolvidos na construção do problema de pesquisa jurídico, explorando suas particularidades epistemológicas e metodológicas. São analisadas as exigências de delimitação temática, a elaboração de questões investigativas coerentes com os métodos adotados, bem como a importância da relevância científica e social. Por fim, são apresentados exemplos práticos de formulação de problemas em diferentes tipos de abordagem jurídica. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, com enfoque teórico-metodológico.

Palavras-chave: pesquisa jurídica; problema de pesquisa; metodologia científica; epistemologia do direito.

1 INTRODUÇÃO

A construção de problemas de pesquisa é uma etapa fundamental no desenvolvimento de investigações jurídicas, pois orienta o percurso metodológico e dá sentido ao trabalho científico. Este estudo tem como foco a definição e a relevância da formulação do problema de pesquisa no campo do Direito, delimitando-se à análise teórica dos critérios que tornam essa construção clara, pertinente e viável. A escolha do tema se justifica pela dificuldade recorrente entre acadêmicos da área em estruturar problemas bem definidos, o que compromete a

qualidade das produções científicas.

A pergunta central que orienta este trabalho é: quais os elementos essenciais para a construção de um problema de pesquisa relevante no Direito? Parte-se da hipótese de que essa construção exige a articulação entre fundamentação teórica, delimitação temática e objetivos bem estabelecidos.

O objetivo geral é analisar os aspectos que compõem a formulação do problema de pesquisa jurídico, com ênfase em sua importância para o desenvolvimento acadêmico. Utiliza-se uma abordagem qualitativa e teórica, baseada em revisão bibliográfica. Como resultado, conclui-se que a clareza e a relevância do problema de pesquisa contribuem diretamente para a consistência dos trabalhos no Direito, facilitando a definição de objetivos, a escolha de métodos e a obtenção de conclusões coerentes.

2 A NATUREZA DO CONHECIMENTO JURÍDICO E O PAPEL DA PESQUISA

O Direito, como ciência social aplicada, distingue-se por sua natureza normativa e interpretativa. Seu objeto de estudo não se limita ao texto legal, mas inclui os contextos sociais, históricos, políticos e culturais que moldam a aplicação e a interpretação das normas. Com isso, a pesquisa jurídica deve ir além da descrição da legislação, buscando compreender as dinâmicas sociais que influenciam a produção, aplicação e eficácia das normas jurídicas.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa emerge como resposta a uma inquietação teórica ou prática que desafia o

pesquisador a propor caminhos investigativos. A boa formulação do problema implica identificar contradições, lacunas, ambiguidades ou zonas de tensão no ordenamento jurídico, na doutrina ou na jurisprudência. Trata-se de um processo que demanda sensibilidade crítica, domínio técnico e capacidade de articular diferentes fontes de conhecimento — legislativa, jurisprudencial, doutrinária e empírica — de forma integrada e reflexiva.

Além disso, o papel da pesquisa jurídica contemporânea é contribuir para a transformação das instituições, para a promoção da justiça e para a consolidação de direitos, o que reforça a necessidade de problemas de pesquisa comprometidos com a relevância social e a consistência científica.

3 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A construção de um problema de pesquisa válido e eficaz exige atenção a uma série de elementos fundamentais que asseguram sua pertinência acadêmica, sua viabilidade prática e seu potencial de contribuição para o campo do Direito. Dentre esses elementos, destacam-se:

3.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Todo problema de pesquisa parte de um tema, mas a passagem do tema à pergunta científica exige delimitação precisa. Temas amplos, como “direitos fundamentais” ou “direito penal

econômico”, precisam ser recortados segundo critérios dos objetivos: delimitação temporal, geográfica, normativa, jurisprudencial ou teórica. A delimitação permite que o pesquisador focalize aspectos específicos e relevantes, evitando generalizações e assegurando a profundidade analítica.

3.2 FORMULAÇÃO DE UMA QUESTÃO INVESTIGATIVA

O coração do problema de pesquisa é a pergunta que se deseja responder. Essa questão deve ser clara, específica e investigável. Ou seja, deve ser formulada de forma que possa ser respondida por meio de uma investigação sistemática, com base em dados ou argumentos verificáveis. Uma boa pergunta deve conter as variáveis ou elementos centrais do estudo e evitar ambiguidades ou abstrações excessivas.

3.3 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL

A pergunta de pesquisa deve justificar-se tanto pelo seu valor acadêmico quanto pela sua pertinência prática. A relevância científica refere-se à contribuição que o estudo pode oferecer para o avanço da teoria jurídica, para a crítica do estado atual do conhecimento ou para o esclarecimento de debates doutrinários. Já a relevância social diz respeito à capacidade do estudo de dialogar com problemas concretos, de sugerir soluções normativas ou de lançar luz sobre práticas jurídicas discriminatórias, ineficazes ou injustas.

3.4 VIABILIDADE METODOLÓGICA

Além de ser relevante, o problema precisa ser exequível. A viabilidade diz respeito à possibilidade de responder à questão no tempo disponível, com os recursos metodológicos e materiais ao alcance do pesquisador. Problemas que demandem acesso a dados restritos, conhecimento técnico altamente especializado ou análises demasiado abrangentes devem ser adequadamente redimensionados.

4 MÉTODOS E TIPOLOGIAS DE PESQUISA NO DIREITO

A forma como o problema de pesquisa é formulado está diretamente relacionada ao método adotado. No campo jurídico, as tipologias de pesquisa são múltiplas e variam conforme a natureza do objeto e o enfoque teórico-epistemológico. As principais abordagens incluem:

- **Pesquisa Dogmática Jurídica:** Tradicional no meio jurídico, visa à sistematização e interpretação das normas do ordenamento jurídico. O problema aqui se apresenta como uma dúvida interpretativa ou uma tensão normativa.
- **Pesquisa Crítica ou Interdisciplinar:** Busca superar os limites da dogmática, integrando ao Direito outras disciplinas, como sociologia, filosofia, ciência política e economia. O problema de pesquisa, nesse caso, frequentemente parte da desconstrução de práticas jurídicas ou da análise dos efeitos sociais das normas.
- **Pesquisa Empírica em Direito:** Fundamenta-se na observação de dados da realidade jurídica (decisões judiciais, políticas

públicas, funcionamento de instituições). O problema é formulado de modo a ser respondido com base em dados quantitativos ou qualitativos coletados.

Cada tipo de abordagem exige que o problema seja formulado de forma coerente com o método. Por exemplo, uma pesquisa empírica requer um problema que possa ser operacionalizado em indicadores observáveis.

4.1 EXEMPLOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS

Para ilustrar os princípios apresentados, seguem três exemplos de problemas de pesquisa, cada um vinculado a uma abordagem metodológica distinta:

Exemplo 1 – Pesquisa Dogmática

- Tema: Liberdade religiosa no ambiente escolar.
- Problema: “Como o princípio da liberdade religiosa é interpretado pelos tribunais superiores brasileiros diante da recusa de alunos em participar de atividades escolares por motivos de crença?”

Esse problema visa à análise normativa e jurisprudencial, exigindo um estudo doutrinário e dogmático.

Exemplo 2 – Pesquisa Empírica-Crítica

- Tema: Acesso à justiça nas favelas urbanas.
- Problema: “Quais são os principais entraves ao acesso efetivo à justiça em comunidades periféricas urbanas, segundo operadores do direito atuantes nesses territórios?”

Essa pergunta exige coleta e análise de dados qualitativos por meio

de entrevistas, observação participante ou análise institucional.

Exemplo 3 – Pesquisa Interdisciplinar

- Tema: Política criminal e seletividade penal.
- Problema: “De que forma a seletividade penal se manifesta nas decisões de prisão preventiva em crimes patrimoniais, à luz da teoria do etiquetamento social?”

Aqui, o problema é construído com base em referencial sociológico, exigindo diálogo entre Direito Penal e Sociologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação do problema de pesquisa é etapa decisiva no processo de construção do conhecimento jurídico. Ao atuar como bússola da investigação, o problema confere direção, coerência e profundidade ao trabalho acadêmico. Um problema bem construído permite ao pesquisador evitar abordagens vagas ou meramente descritivas, contribuindo para a produção de conhecimento crítico, relevante e transformador.

Portanto, é necessário que o pesquisador articule sensibilidade social, domínio teórico e clareza metodológica. Em um contexto jurídico cada vez mais complexo, caracterizado pela pluralidade normativa, pelas transformações tecnológicas e pela ampliação dos conflitos sociais, a capacidade de formular perguntas pertinentes e investigáveis é mais do que uma habilidade técnica: é um compromisso ético com a justiça, com a ciência e com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo P. de. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 2. ed.

São Paulo: Saraiva, 2021.

BECKER, Howard. **Truques da pesquisa:** como pensar e trabalhar em um projeto de pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para o curso de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O saber militante:** ensaio sobre o método de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Maria Celeste. **Pesquisa e produção do conhecimento jurídico.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



ÉTICA NA PRODUÇÃO
ACADÊMICA:
plágio e integridade intelectual



*Agatha Ferreira Pereira de Lima
Alexsandro Lima de Souza
Jéssica de Araújo Cunha
Jéssica Prata Dias
Marcus Valério Mota dos Santos
Rebbeca Seffair Nunes
Viviam de Souza Ferreira
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Neste trabalho, abordo a ética como elemento essencial para a produção científica. O objetivo é analisar os principais desafios éticos enfrentados por jovens pesquisadores no ambiente acadêmico. Utilizei como método a revisão bibliográfica, com foco na identificação de condutas que comprometem a integridade científica. Os principais problemas encontrados foram o plágio, a manipulação de dados e a ausência de consentimento informado. Verifiquei que o plágio compromete a originalidade e pode ser evitado com técnicas adequadas de citação. A manipulação de dados prejudica os resultados e exige transparência metodológica. O consentimento informado se mostra necessário para garantir os direitos dos participantes em pesquisas com seres humanos. Concluo que a prática da ética deve ser incorporada como valor essencial na formação acadêmica, promovendo a confiabilidade dos dados e a credibilidade da ciência produzida. A conduta ética fortalece o ambiente acadêmico e contribui para o desenvolvimento de uma pesquisa justa e responsável.

Palavras-chave: ética; plágio; integridade.

1 INTRODUÇÃO

A ética na pesquisa acadêmica trata dos princípios e normas que orientam a conduta dos pesquisadores na produção de conhecimento científico. Esse campo envolve discussões fundamentais sobre integridade, responsabilidade e respeito aos participantes da pesquisa.

Este estudo delimita-se ao contexto acadêmico, com foco no plágio e em práticas que comprometem a originalidade e a

credibilidade dos trabalhos científicos.

A escolha do tema se justifica pela importância de formar pesquisadores conscientes de seu papel na construção de uma ciência ética e confiável. O problema central da pesquisa é: de que forma a ética influencia a qualidade e a confiabilidade das produções acadêmicas?. Parte-se da hipótese de que a falta de conduta ética afeta negativamente tanto os resultados das pesquisas quanto a reputação dos envolvidos.

O objetivo geral é destacar a relevância da ética no ambiente acadêmico e sugerir práticas que promovam a integridade científica. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e consulta a sites confiáveis, como livros, artigos e revistas. Os resultados apontam que a conduta ética fortalece a confiança na produção acadêmica e contribui para a formação de estudantes mais comprometidos com a seriedade científica.

2 ÉTICA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

A ética é um ramo da filosofia que estuda os princípios que orientam a conduta humana, buscando compreender o que torna uma ação correta ou incorreta sob uma perspectiva racional e universal. Trata-se de uma reflexão crítica sobre os valores que fundamentam nossas decisões e comportamentos, considerando não apenas normas sociais, mas argumentos racionais que sustentem esses valores de maneira consistente. A palavra “ética” deriva do grego *ethos*, que significa “caráter” ou “modo de ser”, e sua função está em oferecer diretrizes para a ação humana, contribuindo para a construção de uma convivência justa,

respeitosa e responsável.

Embora muitas vezes os termos ética e moral sejam utilizados como sinônimos, eles possuem significados distintos dentro da filosofia. A moral refere-se ao conjunto de normas, valores e costumes que regulam o comportamento em uma sociedade específica. É, portanto, prática, normativa e variável, influenciada por fatores históricos, culturais e sociais. O que é considerado moralmente aceitável em uma cultura pode não ser em outra, o que mostra seu caráter relativo e contextual.

Por outro lado, a ética é a análise filosófica desses costumes e normas. Trata-se de uma investigação crítica que busca compreender e justificar racionalmente os princípios que orientam o agir humano. Diferentemente da moral, a ética propõe critérios universais que podem transcender contextos sociais específicos.

Em outras palavras, a moral diz respeito ao que as pessoas efetivamente fazem ou acreditam ser certo, enquanto a ética questiona se essas ações ou crenças estão justificadas por argumentos coerentes e racionais. Assim, enquanto a moral é vivenciada cotidianamente, a ética é pensada e teorizada como um esforço de compreensão e fundamentação do agir humano.

A ética na produção acadêmica refere-se ao conjunto de princípios e valores que orientam não apenas como a pesquisa é conduzida e divulgada, mas também o que é investigado e para quem esse conhecimento é produzido. Trata-se de uma abordagem que transcende a técnica e entra no campo da responsabilidade social e moral do pesquisador.

Spink (2012, p. 38), destaca que “ao embarcar em um empreendimento científico assumimos simultaneamente questões éticas (como pensamos que a vida deve ser vivida) e morais (o que

entendemos como bem e mal, justo e injusto)”. Assim, toda atividade de pesquisa envolve decisões que não são neutras, pois refletem valores, interesses e escolhas que impactam diretamente a sociedade. A ética está presente desde a definição do problema de pesquisa até a forma como os resultados são comunicados e utilizados.

Além disso, Spink (2012, p. 41), afirma que “a ética na pesquisa científica não se reduz ao como fazer, como comunicar e aos limites do que dizer. Antes de mais nada, refere-se ao que foi investigado e para quem”. Isso evidencia que a relevância da ética acadêmica está no seu papel de orientar o pesquisador para escolhas moralmente responsáveis, que levem em consideração os impactos sociais e os interesses coletivos, e não apenas as exigências institucionais ou de produtividade.

A relevância da ética para o meio acadêmico e universitário está em seu papel de garantir a honestidade intelectual, a confiabilidade dos resultados e o compromisso social da pesquisa. Lodéa enfatiza que “uma vida científica sem eticidade compromete, não só os possíveis resultados, mas todo o método utilizado na investigação” (Lodéa, 2016, p. 1). Nesse sentido, a ética acadêmica não se limita à proibição do plágio ou à citação correta de fontes; ela envolve um posicionamento responsável e crítico diante da pressão por produtividade e da mercantilização do saber.

Além disso, a ética está relacionada à formação do pesquisador como sujeito ético e cidadão comprometido. Como afirma Lodéa (2016, p. 4), “os conteúdos e fatos manipulados pelo pesquisador ou cientista devem seguir princípios, normas e diretrizes baseadas em uma compreensão clara das consequências e resultados dos conhecimentos, que servirão à melhoria da sociedade”. Isso mostra

que a relevância da ética ultrapassa a esfera individual e impacta diretamente a credibilidade da ciência e sua função social.

3 INTEGRIDADE INTELLECTUAL E NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A integridade pode ser entendida como o compromisso de agir com honestidade, ética e responsabilidade em todas as ações, mantendo coerência entre o que se pensa, se diz e se faz. A integridade é uma base essencial para qualquer convivência social e, claro, para uma carreira profissional sólida.

No campo acadêmico e científico, integridade também tem um papel central, pois a mesma, na pesquisa está relacionada às boas práticas, como honestidade, transparência, respeito, imparcialidade e responsabilidade em todas as etapas do trabalho científico que vai desde o planejamento até a divulgação dos resultados. A produção de conhecimento envolve muitos profissionais e precisa de confiança mútua, porque os resultados impactam diretamente a sociedade.

A integridade intelectual, por sua vez, está ligada à liberdade de pensar, questionar, opinar e agir com base em argumentos honestos. É ela que garante que possamos nos expressar com autonomia, sem censura, e desenvolver pesquisas com responsabilidade. Por sua vez, a honestidade intelectual diz respeito a aquisição, a análise e a transmissão de ideias (Matias-Pereira, 2022). Quando alguém busca o conhecimento com sinceridade, sem alterar dados ou se apropriar do trabalho dos outros, está exercendo a integridade intelectual. Esse princípio é essencial na pesquisa científica, pois permite que os estudos realmente contribuam para o avanço da ciência e para a sociedade.

A relação entre a integridade intelectual e a produção acadêmica é direta. Toda pesquisa deve ser feita com responsabilidade, respeitando os princípios éticos, como a transparência nos métodos, a honestidade nos resultados e o respeito aos participantes envolvidos. Isso inclui evitar más condutas como o plágio, a falsificação de dados, a omissão de informações e a manipulação de resultados. Sem integridade intelectual, não há como garantir a qualidade, a confiabilidade e o valor do conhecimento produzido.

Internacionalmente, diretrizes como as do Comitê de Ética na Publicação (COPE) orientam sobre a importância de supervisionar não só a validade científica dos estudos, mas também os cuidados éticos. Isso inclui avaliar riscos e benefícios para os participantes, garantir a proteção de dados e respeitar as leis e normas de cada país. No Brasil, iniciativas como os códigos de boas práticas da Fapesp, da Capes e do CNPq mostram a preocupação em promover uma cultura de integridade acadêmica.

4 PLÁGIO E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Plágio, é o ato de copiar ou usar ideias, textos, imagens, músicas ou qualquer outro tipo de criação intelectual de outra pessoa e apresentá-los como se fossem seus, sem dar o devido crédito ao autor original. Existem várias formas de plágio e ele se divide da seguinte maneira:

- **Plágio direto** - Acontece quando uma pessoa copia exatamente o que outra pessoa escreveu, sem mudar nada, e não diz de onde tirou.
- **Plágio indireto** - Aqui, a pessoa muda as palavras, reescreve

reescreve com outras expressões, mas ainda está usando a ideia de outra pessoa sem dizer de quem é.

- **Plágio mosaico** - Junta partes de vários textos, com algumas mudanças aqui e ali, mas sem citar nenhuma das fontes. Parece criativo, mas é plágio do mesmo jeito.
- **Autoplágio** - Acontece quando a pessoa reutiliza um trabalho que ela mesma já fez antes (como um texto ou artigo antigo) e apresenta como se fosse novo, sem avisar.
- **Plágio por tradução** - Traduzir algo de outro idioma e usar como se tivesse sido você quem escreveu também é plágio, se não citar de onde veio.
- **Plágio de ideias** - Às vezes, não é o texto que é copiado, mas a ideia ou o conceito. Se for de outra pessoa e você não citar ou dar os devidos créditos, ainda assim é plágio.

5 CONSEQUÊNCIAS DO PLÁGIO

No ambiente estudantil, o plágio pode levar à suspensão, expulsão e registro de infração ética no histórico escolar, dificultando o acesso a outras instituições de ensino. As escolas e universidades tratam o plágio com rigor, muitas vezes punindo severamente já na primeira ocorrência. No campo profissional, figuras públicas e profissionais que cometem plágio frequentemente enfrentam demissão e têm sua reputação arruinada, o que pode inviabilizar novas oportunidades de trabalho e destruir toda uma carreira. A marca de plagiador pode significar o fim de uma trajetória acadêmica. Do ponto de vista legal, plagiar é uma violação das leis de direitos autorais. Além de ações judiciais, o infrator pode enfrentar penalidades financeiras e até prisão,

dependendo da gravidade do caso, sendo comum o pagamento de indenizações em processos judiciais. Em pesquisas científicas, especialmente na área médica, o plágio é ainda mais grave, pois pode comprometer resultados, causar danos à saúde pública e até mesmo custar vidas humanas.

6 DIREITOS AUTORAIS E PROTEÇÃO JURÍDICA

A contrafação, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, acontece quando alguém usa uma obra protegida por direitos autorais sem a autorização do criador. Isso inclui copiar, vender ou mostrar a obra em público sem permissão. No Brasil, essa proteção está garantida principalmente pela Lei de Direitos Autorais, que foi atualizada em 1998. Ela define as regras sobre como obras protegidas devem ser usadas com respeito aos direitos de quem as criou.

A lei protege tanto os autores como escritores, músicos, pintores e pesquisadores quanto os profissionais que ajudam a divulgar as obras, como intérpretes, produtores e emissoras de rádio. Ou seja, não é só quem cria que tem direitos, mas também quem participa da divulgação do conteúdo. Essa proteção vale para vários tipos de obras, como textos, músicas, filmes, quadros e muito mais. A lei também permite o uso de partes dessas obras em situações específicas, como em trabalhos escolares ou pesquisas, desde que sejam dados os devidos créditos e que o uso siga os limites legais.

Além disso, o Código Penal Brasileiro, no artigo 184, prevê punições para quem usa obras sem autorização. Se for uma violação simples, a pessoa pode pegar de 3 meses a 1 ano de detenção, ou pagar multa. Mas se houver intenção de lucro, a pena

é mais séria: reclusão de 2 a 4 anos, além de multa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre ética, integridade e plágio é, antes de tudo, refletir sobre o tipo de estudante, profissional e cidadão que queremos ser. Em um mundo onde a informação circula com rapidez, agir com responsabilidade e respeito ao trabalho dos outros é mais importante do que nunca.

A ética e a integridade intelectual são valores que vão além da sala de aula ou do ambiente de trabalho. Elas moldam a forma como construímos conhecimento e nos relacionamos com ele. Produzir um trabalho acadêmico com honestidade não significa apenas evitar o plágio, mas também se comprometer com a verdade, com a transparência e com o impacto que esse conhecimento pode ter na sociedade.

O plágio, por mais comum que pareça em alguns contextos, é uma prática grave. Ele pode trazer sérias consequências, tanto para a vida acadêmica quanto para a carreira profissional. Além disso, é também uma infração legal, protegida por leis que buscam valorizar e preservar os direitos de quem cria. Por isso, conhecer essas leis e entender o que é permitido ou não é uma forma de proteger a si mesmo e de demonstrar respeito ao outro. Isso nos leva a refletir que vai além do que seguir regras, ser ético é fazer escolhas conscientes e justas. Quando optamos por agir com integridade, estamos contribuindo para um ambiente de aprendizado mais saudável e para uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA. O que pode ser considerado plágio. **Blog dos Intercambistas**. 27 out. 2021. Disponível em: <https://ifsc.edu.br/post-intercambistas/4604625/o-que-pode-ser-considerado-pl%C3%A1gio/>. Acesso em: 25 maio 2025.

LODEÁ, Andrei Luiz. Ética na produtividade acadêmico-científica. **Seminário sobre universidade e formação científica**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: Acesso em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/sufc/2016-Lodea.pdf. Acesso em: 25 maio.

LUCENA, Gabriel. Plágio acadêmico: ausência de ética no meio acadêmico. **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/plagio-academico-ausencia-de-etica-no-meio-academico/1546630546>. Acesso em: 14 maio 2025.

PORFÍRIO, Francisco. "O que é ética?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-etica.htm>. Acesso em: 25 maio 2025.

PEREIRA, José Matias. O princípio da honestidade intelectual. **UnB Notícias**, 2022. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/5579-o-principio-da-honestidade-intelectual#:~:text=A%20honestidade%20intelectual%20diz%20respeito,do%20tema%20%E2%80%9Chonestidade%20intelectual%E2%80%9D>. Acesso em: 25 maio 2025.

RAMOS, Lucas Cotta de. **Crime de plágio**: veja as implicações jurídicas. Cotta e Soares Advocacia, 2021. Disponível em: <https://cottaesoares.adv.br/crime-de-plagio-veja-as-implicacoes-juridicas/>. Acesso em: 25 maio 2025.


SPINK, P. K. Ética na pesquisa científica. **GV-EXECUTIVO**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 38-41, 2012. DOI: 10.12660/gvexec.v11n1.2012.22798. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/22798>. Acesso em: 25 maio. 2025.

TURNITIN, Equipe Editorial. Compreendendo a integridade acadêmica e porque criar esta cultura em sua IES. **Turnitin**. 7 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www.turnitin.com.br/blog/compreendendo-a->

integridade-academica-e-porque-priorizar-a-construcao-desta-cultura-em-sua-ies. Acesso em: 25 maio 2025.

UNICEP. Ética na pesquisa acadêmica: Qual o cenário de hoje. **Blog Unicep**. 17 jan. 2025. Disponível em: [https://www.unicep.edu.br/post/a-%C3%A9tica-na-pesquisa-acad%C3%AAmica-qual-o-cen %C3%A1rio- hoje](https://www.unicep.edu.br/post/a-%C3%A9tica-na-pesquisa-acad%C3%AAmica-qual-o-cen%C3%A1rio- hoje). Acesso em: 25 maio 2025.

VENTURA, Miriam.; OLIVEIRA, Suelen Carlos de. Integridade e ética na pesquisa e na publicação científica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 1-5, 2022.



A FUNÇÃO DOS TRABALHOS
ACADÊMICOS (RESUMO, RESENHA,
ARTIGO) NA FORMAÇÃO DO JURISTA



Glayci Anne Correa da Costa
Christian Lima Bentes
Elaine Jully de Souza Fernandes
Joyce das Neves Silva
Jorge Weverton Baima de Oliveira
Lucas Gabriel Souza da Silva
Vanessa de Oliveira Nunes
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: Este artigo analisa o papel dos principais gêneros acadêmicos — resumo, resenha e artigo científico — na formação crítica, técnica e ética dos profissionais dos Juristas. Identificam como problema de pesquisa a limitada valorização desses instrumentos no processo formativo jurídico, especialmente no que se refere à construção do pensamento analítico, reflexivo e argumentativo. Estabelecem como objetivo principal compreender como a produção desses gêneros fortalece competências essenciais ao exercício profissional, tais como a interpretação de normas, a elaboração de raciocínios jurídicos coerentes e a comunicação precisa. Utilizam como método a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com base em obras da área do Direito, manuais de metodologia científica e diretrizes pedagógicas dos cursos jurídicos. A partir da análise, constatam que a prática frequente desses trabalhos acadêmicos contribui para o domínio do conteúdo jurídico, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento da capacidade crítica e da expressão técnica escrita. Argumentam que esses instrumentos funcionam como ferramentas formativas que integram teoria e prática, colaborando para a formação de juristas mais preparados para os desafios do mundo jurídico. Concluem que é necessário valorizar, desde os primeiros períodos da graduação, a produção consciente desses gêneros como parte essencial da qualificação acadêmica e profissional no campo jurídico.

Palavras-chave: formação jurídica; produção acadêmica; ferramenta formativa.

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica no curso de Direito exige o

desenvolvimento de diversas competências intelectuais, entre as quais se destacam a leitura crítica, a escrita técnica e a argumentação lógica. Neste contexto, os gêneros acadêmicos como o resumo, a resenha e o artigo científico ocupam papel relevante no processo de construção do conhecimento jurídico e no amadurecimento da postura crítica do futuro profissional. Este artigo trata da função pedagógica e formativa desses três gêneros textuais no contexto do ensino jurídico brasileiro.

Delimita-se o tema à análise da contribuição desses instrumentos no âmbito da graduação em Direito, especialmente durante os primeiros períodos, quando o estudante começa a ser inserido no universo da pesquisa acadêmica e da reflexão teórica. A escolha do tema justifica-se pela percepção de que, embora amplamente solicitados pelos professores, esses trabalhos nem sempre são compreendidos como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da autonomia intelectual do jurista em formação.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em questionar: de que forma os gêneros resumo, resenha e artigo contribuem para a formação crítica, técnica e ética do estudante de Direito?. Parte-se da hipótese de que a produção sistemática e orientada desses gêneros textuais fortalece a capacidade de análise jurídica, expressão argumentativa e domínio da linguagem acadêmica.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a função dos gêneros resumo, resenha e artigo na formação do jurista. Como objetivos específicos, pretende-se: analisar as características de cada gênero; relacionar suas funções à construção do raciocínio jurídico; e avaliar sua importância para o desempenho profissional no campo do Direito.

A metodologia empregada baseia-se em pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com base em autores da área jurídica e da metodologia científica, além da análise de documentos pedagógicos de cursos de graduação em Direito. Como resultado parcial, verificou-se que os gêneros acadêmicos em questão, quando explorados de forma adequada, promovem o aprimoramento da escrita formal, da capacidade crítica e do domínio do discurso jurídico.

Dessa forma, conclui-se que a utilização consciente e orientada desses trabalhos acadêmicos contribui significativamente para a formação plena do jurista, devendo ser valorizada ao longo de toda a trajetória universitária.

2 A SÍNTESE COMO EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO: O PAPEL DO RESUMO NA FORMAÇÃO DO JURISTA

O resumo é uma prática textual que exige do estudante a capacidade de identificar, compreender e reproduzir, com fidelidade e concisão, as ideias centrais de um texto-fonte. No contexto da formação jurídica, essa habilidade se torna essencial, uma vez que a leitura de normas, doutrinas, jurisprudências e artigos científicos é constante e complexa.

Ao elaborar um resumo, o estudante de Direito exercita simultaneamente a leitura crítica e a escrita técnica, sendo desafiado a captar os argumentos centrais de uma obra e reformulá-los com precisão e objetividade. Esse processo desenvolve competências fundamentais ao exercício da profissão jurídica, como a capacidade de distinguir o essencial do acessório, organizar o raciocínio jurídico e comunicar ideias de forma clara e

concisa.

Além disso, o resumo contribui para o aprendizado autônomo, pois estimula a revisão ativa do conteúdo e a fixação dos conceitos por meio da reescrita. Trata-se, portanto, de um instrumento que ultrapassa a simples exigência escolar: é uma ferramenta pedagógica que, quando utilizada de forma orientada, contribui decisivamente para a consolidação do conhecimento jurídico e para o amadurecimento intelectual do futuro jurista.

2.1 TIPOS DE RESUMO E SUA APLICABILIDADE NO CAMPO JURÍDICO

No ambiente acadêmico e profissional do Direito, o domínio dos diferentes tipos de resumo permite que o estudante adapte sua linguagem e estrutura textual conforme o objetivo da atividade e o perfil do conteúdo analisado. Cada modalidade de resumo demanda uma abordagem distinta, o que amplia as competências discursivas do jurista em formação.

O **resumo indicativo** apresenta, de forma breve, os principais temas abordados em um texto, sem detalhar dados ou conclusões. É comum em fichamentos iniciais e em levantamentos bibliográficos, sendo útil para identificar rapidamente a relevância de um documento jurídico ou doutrinário.

Já o **resumo informativo** expõe, de maneira mais completa, os objetivos, métodos, resultados e conclusões do texto-base. Este tipo é amplamente utilizado em artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso, sendo essencial para treinar a capacidade de sintetizar textos complexos — habilidade indispensável para compreender jurisprudências, pareceres e relatórios.

O **resumo crítico**, por sua vez, além de apresentar as ideias do autor, avalia o conteúdo, permitindo ao estudante posicionar-se diante do texto. Esta modalidade estimula o pensamento jurídico independente, sendo particularmente valiosa na formação de juristas capazes de interpretar e questionar normas e doutrinas.

3 A RESENHA COMO PONTE ENTRE A LEITURA E POSICIONAMENTO CRÍTICO

A resenha, especialmente em sua forma crítica, permite ao estudante de Direito transitar entre a leitura passiva e a construção ativa de sentido. Ao redigir uma resenha, o discente precisa ir além da reprodução de ideias, sendo convocado a interpretar, avaliar e emitir juízo sobre os argumentos apresentados no texto-fonte. Essa prática fortalece o pensamento crítico, a argumentação estruturada e a capacidade de análise — competências indispensáveis ao profissional do Direito.

A produção frequente de resenhas durante a formação jurídica favorece a internalização de conteúdos complexos e estimula o posicionamento técnico e ético diante de temas controversos. O Quadro 1 a seguir sintetiza as principais diferenças entre as modalidades de resenha e suas funções pedagógicas na graduação em Direito:

Quadro 1 – Tipos de resenha e competências desenvolvidas na formação jurídica

Tipo de resenha	Características principais	Competências desenvolvidas
Descritiva	Apresenta as ideias centrais sem emitir opiniões	Leitura objetiva, síntese, fidelidade ao texto
Crítica	Analisa, interpreta e emite juízo de valor	Argumenta, analisa, crítica, posicionamento técnico

Fonte: Severino (2016).

4 O ARTIGO CIENTÍFICO COMO EXPRESSÃO DE MATURIDADE INTELLECTUAL DO JURISTA

Dentre os gêneros textuais mais exigentes da vida acadêmica, o artigo científico destaca-se como instrumento de consolidação do conhecimento e de demonstração da autonomia intelectual. Sua produção exige do estudante não apenas a compreensão profunda de um tema jurídico, mas também o domínio da linguagem técnica, a capacidade argumentativa, a organização lógica das ideias e o rigor metodológico.

Na formação do jurista, o artigo científico cumpre papel essencial ao promover o exercício da pesquisa, o confronto de ideias doutrinárias e jurisprudenciais e a elaboração de posicionamentos fundamentados. Diferente do resumo e da resenha, que exercitam síntese e crítica pontual, o artigo científico requer planejamento, delimitação de objeto, construção de hipóteses e análise criteriosa de fontes.

Essa prática contribui diretamente para o desenvolvimento de competências que serão decisivas na atuação profissional do jurista, como a habilidade de elaborar pareceres, petições e relatórios fundamentados. O processo de produção do artigo científico também estimula a autonomia intelectual, a postura investigativa e o engajamento ético com os problemas jurídicos contemporâneos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do jurista não pode restringir-se ao domínio das normas jurídicas ou à memorização de conceitos doutrinários. Ela

exige, sobretudo, o desenvolvimento de competências intelectuais que permitam a interpretação crítica, a argumentação coerente e a comunicação eficaz do conhecimento jurídico. Nesse contexto, os gêneros textuais acadêmicos — resumo, resenha e artigo científico — desempenham papel estratégico no processo de aprendizagem do estudante de Direito.

Ao redigir resumos, o discente aprende a captar a essência de textos complexos, exercitando a capacidade de síntese, a objetividade e a clareza de expressão. A prática da resenha, especialmente a crítica, aprofunda esse processo ao estimular a análise reflexiva, a identificação de argumentos e a emissão de juízos fundamentados. Já o artigo científico representa o ápice da formação acadêmica, ao exigir do estudante a formulação de um problema, a delimitação de objetivos, a seleção metodológica e a construção autônoma do conhecimento.

Além de serem ferramentas pedagógicas eficazes, esses gêneros estimulam a postura investigativa, o comprometimento com a ética na pesquisa e a formação de uma consciência jurídica crítica e socialmente engajada. Cada etapa do percurso textual contribui para moldar um profissional mais preparado para os desafios contemporâneos do Direito, não apenas tecnicamente competente, mas também intelectualmente maduro e socialmente responsável.

Diante disso, é possível afirmar que o estímulo contínuo à leitura, à escrita e à produção acadêmica deve ser um compromisso permanente dos cursos jurídicos. Promover o domínio dos gêneros acadêmicos não é apenas uma exigência formal das disciplinas, mas uma necessidade formativa que contribui decisivamente para a constituição de juristas capazes de intervir com profundidade,

rigor e responsabilidade na realidade jurídica e social.

REFERÊNCIAS

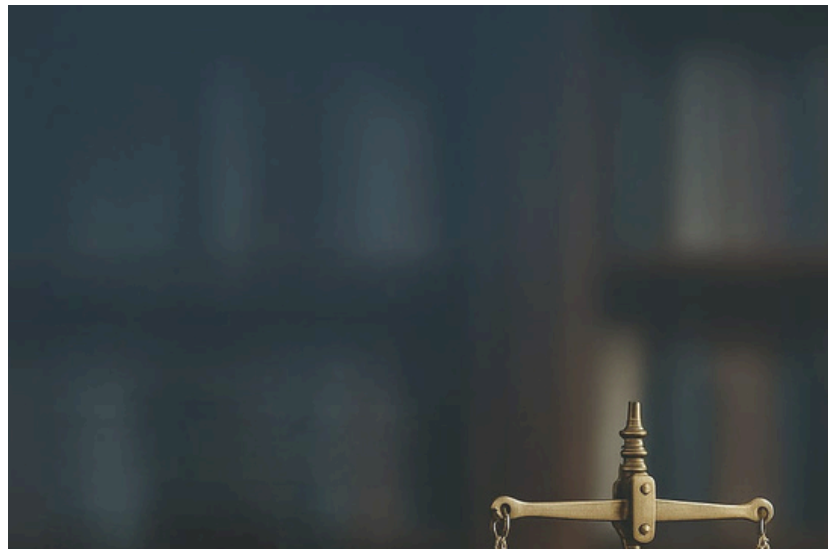
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora. Cortez, 2016.



TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO JURÍDICO: mapas mentais, resumos e esquemas



Daniel Cordovil da Silva
Ediane da Silva Leão
Eduardo Souza da Silva
Hadassa Campos Catunda
Láise Cavalier de Oliveira Pereira
Seliane Pascoal de Lima
Valéria Campos Sobreira
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: A complexidade do conteúdo jurídico exige do estudante estratégias eficazes de organização do estudo, não se compõe apenas de decorar leis mas compreender, sistematizar e aplicar o conhecimento de forma crítica e contextualizada, sendo assim, são ferramentas estratégicas que auxiliam na aprendizagem de maneira ativa e duradoura. Diante disso, essas técnicas de organização do estudo tornam-se fundamentais para potencializar a aprendizagem e a retenção do conhecimento. Dentre as principais técnicas utilizadas no âmbito do ensino jurídico, destacam-se os mapas mentais, os resumos e os esquemas. Os mapas mentais estruturam as informações de forma visual e não linear, promovendo associações e facilitando a memorização. Os resumos, por sua vez, consistem na síntese dos principais pontos do conteúdo estudado, permitindo ao discente revisar e compreender com clareza os argumentos e fundamentos jurídicos essenciais. Já os esquemas apresentam as informações de forma sequencial e hierarquizada, facilitando a identificação das conexões entre normas, princípios e institutos. A escolha da técnica mais adequada depende do perfil do estudante e do objetivo do estudo, podendo, inclusive, serem utilizadas de forma complementar e que o uso estratégico dessas técnicas, aliado a uma rotina de estudos disciplinada, potencializa a aprendizagem no campo jurídico.

Palavras-chave: técnicas; estudo jurídico; mapas mentais.

1 INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento jurídico exige mais do que a simples memorização de normas e conceitos, demanda a capacidade de compreender, sistematizar e aplicar criticamente um corpo normativo complexo e em constante transformação.

Sob essa perspectiva, o estudo do Direito deve ser orientado por métodos que favoreçam não apenas a retenção de informações, mas também a construção ativa e significativa do saber. Técnicas como mapas mentais, resumos e esquemas se inserem nesse contexto como ferramentas metodológicas que operam na interface entre cognição, linguagem e estruturação do pensamento jurídico. Assim fazendo uma abordagem teórico-metodológica dessas técnicas, investigando seus fundamentos à luz das teorias da aprendizagem, bem como suas implicações epistemológicas para a formação do conhecimento jurídico.

Ao compreender como essas ferramentas podem facilitar a internalização, organização e aplicação de conceitos jurídicos, busca-se refletir criticamente sobre sua eficácia no desenvolvimento de competências cognitivas essenciais à prática e à reflexão jurídica, buscando demonstrar como a adoção de estratégias mais visuais e interativas pode potencializar a qualidade da formação jurídica. O desenvolvimento deste trabalho se baseou, principalmente, na pesquisa bibliográfica, com a análise de livros, artigos acadêmicos e materiais disponíveis em fontes confiáveis na internet.

O objetivo foi compreender as principais técnicas de organização do estudo jurídico, com ênfase na utilização dos mapas mentais, resumos e esquemas. A pesquisa permitiu reunir conceitos teóricos e exemplos práticos, garantindo uma abordagem clara e fundamentada sobre o tema.

2 TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO JURÍDICO

As técnicas de organização do estudo jurídico são ferramentas

essenciais para facilitar a assimilação, a memorização e a revisão de conteúdos complexos do Direito. A área exige o domínio de uma vasta quantidade de normas, conceitos e interpretações, por isso autores como David Ausubel indicam que o uso de organizadores prévios, contribui para tornar o aprendizado mais eficiente e direcionado e Eduardo de Oliveira Leite que reafirma a importância desses métodos como parte do processo de construção do conhecimento jurídico. Essas técnicas possibilitam uma melhor estruturação das informações, do pensamento lógico-argumentativo, da identificação das relações entre os temas e otimização do tempo de estudo.

2.1 MAPAS MENTAIS

O escritor Tony Buzan (2019) desenvolveu e criou o conceito dos mapas mentais que são representações gráficas que organizam informações de forma hierárquica e radial, partindo de um conceito central e desdobrando-se em ramificações que agrupam ideias relacionadas. Os mapas mentais têm fundamentos sólidos em teorias cognitivas que enfatizam a importância da associação visual, da organização não-linear do pensamento e da estimulação hemisférica simultânea do cérebro. No campo do estudo jurídico, essa ferramenta se mostra especialmente útil por permitir a visualização integrada de normas, princípios, categorias doutrinárias e jurisprudência. Sob a ótica da teoria da aprendizagem significativa, os mapas mentais funcionam como organizadores prévios que facilitam a ancoragem de novos conhecimentos a estruturas cognitivas já existentes. Ao representar graficamente a inter-relação entre conceitos jurídicos, os

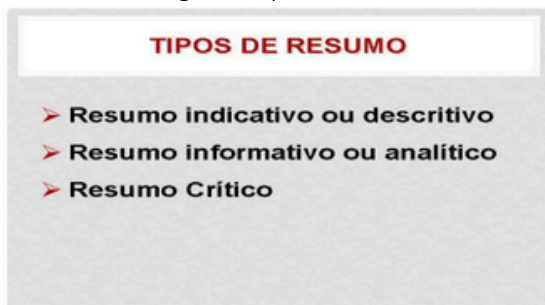
estudantes são estimulados a compreender o conteúdo de maneira relacional, em vez de meramente sequencial ou fragmentada. Além disso, o uso de cores, setas, imagens e palavras-chave reforça a memória visual e promove a internalização do conteúdo jurídico de forma mais duradoura. Do ponto de vista epistemológico, os mapas mentais favorecem a sistematização do conhecimento jurídico, permitindo ao estudante construir esquemas conceituais que refletem a lógica interna do Direito ou seja ela dogmática, princípio lógica ou normativa. Essa organização gráfica não substitui o estudo tradicional, mas o complementa, ao oferecer uma ferramenta que estimula a abstração, a síntese e a reflexão crítica.

2.2 RESUMOS

O resumo é uma técnica de condensação textual que consiste na seleção e reorganização das ideias centrais de um conteúdo, com vistas à sua compreensão e memorização. No campo jurídico, essa prática é particularmente relevante diante do grande volume de informações presentes em textos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Mais do que uma simples redução de conteúdo, o resumo representa um processo cognitivo ativo, em que o estudante seleciona, reinterpreta e reestrutura o material de estudo de acordo com sua compreensão e objetivos de aprendizagem. Epistemologicamente, o resumo desempenha um papel importante na formação do pensamento jurídico, pois obriga o estudante a identificar categorias fundamentais, distinguir normas de princípios, analisar argumentos e identificar nexos causais ou lógicos no discurso jurídico. Além disso, ao traduzir

textos formais em linguagem própria, o aluno desenvolve habilidades metacognitivas essenciais para a compreensão profunda e crítica do Direito. Sob a perspectiva da teoria do processamento da informação, a elaboração de resumos ativa diferentes níveis de processamento cognitivo, a codificação da informação, ajudando na sua organização e a recuperação. Essa prática contribui para o fortalecimento da memória de longo prazo, à medida que exige a identificação de ideias-chave e a reorganização do discurso jurídico com linguagem própria, o que favorece a aprendizagem significativa. Ela pode se apresentar em três tipos, ver Figura 1, sendo: indicativo/descritivo que apresenta os dados principais, não sendo dados qualitativos ou quantitativos, de forma breve, não deixando dispensando o original de consulta. No informativo/analítico destaca os temas e ideias centrais, a finalidade, a metodologia, não precisando consultar o original e no resumo crítico ele resume, analisa e possui a opinião do autor do resumo.

Figura 1 - Tipos de resumos



Fonte: Blogspot.com (2020).

2.3 ESQUEMAS

Os esquemas são representações organizadas e sintéticas de

um conteúdo, estruturadas por meio de tópicos, setas, chaves, listas, quadros ou fluxogramas. No estudo jurídico, eles funcionam como ferramentas cognitivas que permitem visualizar relações lógicas, hierarquias normativas e classificações conceituais, favorecendo a assimilação e o raciocínio sistemático e características essenciais para a compreensão do Direito. Enquanto os mapas mentais trabalham com associações mais livres e criativas, os esquemas se apoiam em estruturas mais lineares ou hierarquizadas, frequentemente ancoradas na própria lógica do ordenamento jurídico. Essa característica os torna especialmente úteis para conteúdo, como classificações legais, procedimentos processuais e relações entre normas. Do ponto de vista da aprendizagem significativa, os esquemas operam como organizadores prévios estruturantes, permitindo que novos conhecimentos sejam inseridos em estruturas cognitivas já existentes de forma ordenada. Além disso, eles incentivam o desenvolvimento de habilidades como categorização, comparação, dedução e inferência, indispensáveis à argumentação jurídica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se considerar que as técnicas de organização do estudo, ao serem incorporadas de forma consciente e estratégica à formação jurídica, transcendem o caráter meramente instrumental e assumem um papel decisivo na consolidação do conhecimento significativo. Fundamentadas em teorias cognitivas, como a aprendizagem significativa de Ausubel e o processamento da informação, essas ferramentas contribuem substancialmente para o desenvolvimento de competências

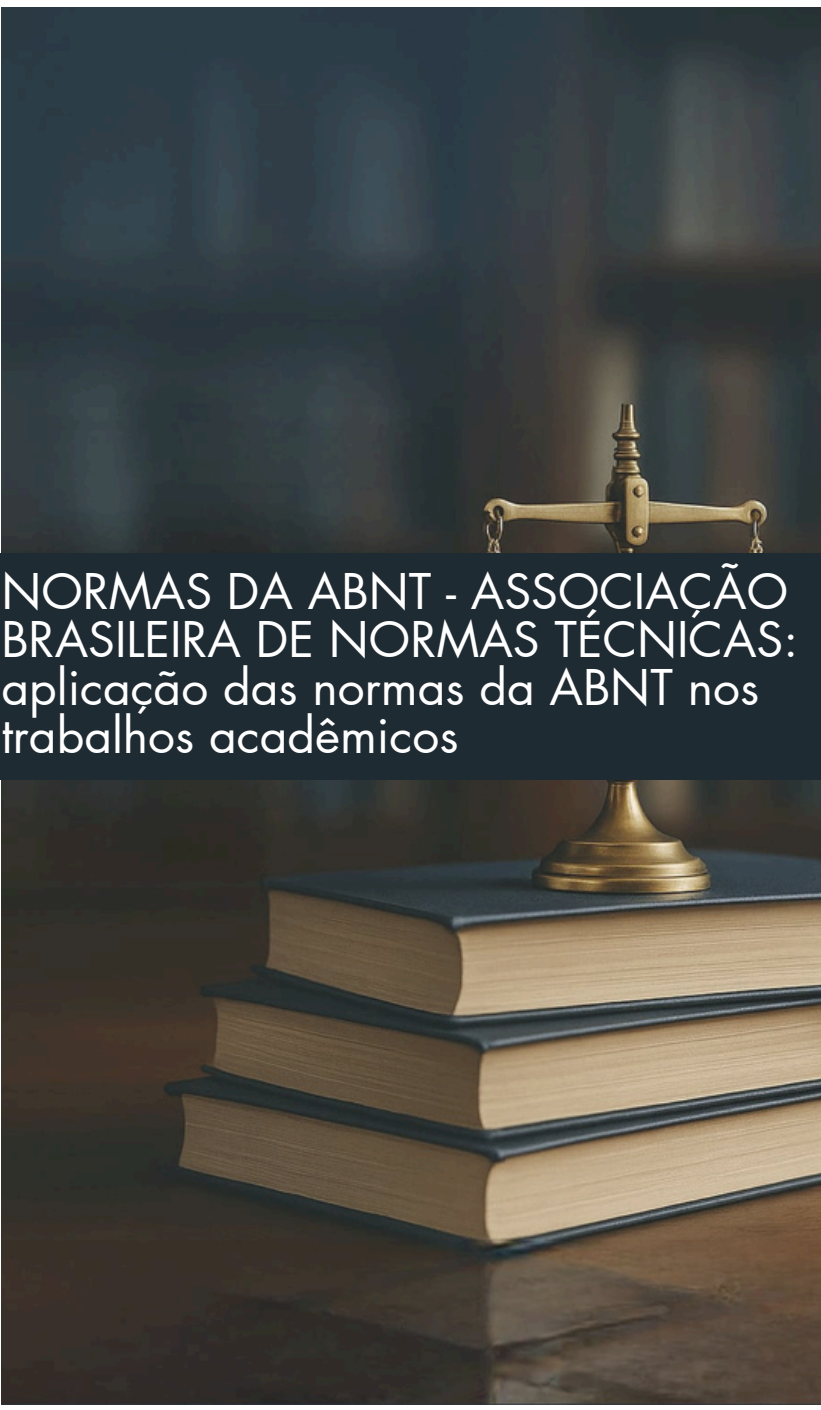
intelectuais essenciais à prática jurídica contemporânea, como a capacidade de interpretar, argumentar e aplicar normas de maneira crítica e coerente, afirmado por Eduardo Leite (2015) em Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica, utilizando desses conhecimentos para preparar o cérebro e facilitar sua assimilação. A utilização articulada de mapas mentais, resumos e esquemas, nesse contexto, não é apenas potencializa a retenção e a compreensão dos conteúdos, mas também promove a autonomia e a reflexão sistemática por parte do estudante de Direito, consolidando-se, assim, como elementos estruturantes de uma aprendizagem ativa, eficaz e alinhada às exigências do exercício profissional e acadêmico no campo jurídico.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Editora, 2003.

BUZAN, Tony. **Mapas mentais:** como usar ao máximo as suas capacidades mentais. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Manual de metodologia da pesquisa jurídica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

A brass scale of justice is positioned on top of a stack of three blue books. The scene is set against a dark, blurred background, creating a professional and academic atmosphere. The scale's pans are visible, and the books are neatly stacked, with the top book's cover being a dark blue. The lighting is soft, highlighting the textures of the books and the metallic sheen of the scale.

NORMAS DA ABNT - ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS:
aplicação das normas da ABNT nos
trabalhos acadêmicos

Grayce Kelly Oliveira de Souza
Lucas Mathêus Santos de Souza
Leticia Menezes Ramos
Antônio Marcos Valério da Silva
Fabrício Isaac Araújo Oliveira
Renata Melo de França Aquino
Ayla Lohanna Reis Moderno
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: Este trabalho aborda a aplicação das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) nos trabalhos acadêmicos, com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante esse processo. As normas da ABNT são fundamentais para padronizar a apresentação dos trabalhos científicos, promovendo clareza, organização e ética na produção acadêmica. No entanto, muitos alunos mostraram dificuldades em seguir essas regras, principalmente devido à complexidade das normas, à falta de orientação metodológica ao longo da vida escolar e o domínio limitado das ferramentas de formatação. A ausência de preparo adequado leva à insegurança na elaboração de citações, referências e estruturação do trabalho comprometendo sua qualidade formal. O estudo destaca a importância da inclusão de disciplinas de metodologia científica, além de preparar os estudantes desde o ensino básico e médio para uma melhor compreensão ao adentrar no ensino superior. Conclui-se que o domínio das normas da ABNT é essencial não apenas para cumprir exigências acadêmicas, mas também para formar pesquisadores mais preparados, atualizados e éticos.

Palavras-chave: ABNT; trabalhos acadêmicos; metodologia científica; dificuldade dos alunos.

1 INTRODUÇÃO

As normas acadêmicas foram elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma entidade privada e sem fins lucrativos, fundada em 1940. Com o intuito de padronizar a apresentação de trabalhos acadêmicos, documentos técnicos e científicos, garantindo uniformidade, organização, credibilidade,

coerência e clareza às produções. A padronização facilita a leitura, a compreensão e a validação dos conteúdos apresentados, assegurando que critérios técnicos e científicos sejam respeitados.

Este estudo se delimita à análise da aplicação prática das normas da ABNT em trabalhos acadêmicos de nível superior, com ênfase em trabalhos de conclusão de curso (TCCs), artigos científicos e relatórios, observando a compatibilidade dos padrões estabelecidos. Delimitamos o assunto ao subtítulo, pela recorrente dificuldade encontrada quanto à correta interpretação e utilização dessas normas, o que pode comprometer a qualidade do trabalho e sua aceitação, no contexto acadêmico e científico.

O problema central da pesquisa consiste em compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes na aplicação das normas da ABNT e como essas dificuldades podem impactar no resultado final dos trabalhos acadêmicos. Uma das hipóteses levantadas é a falta de orientação adequada e o desconhecimento das normas contribuem significativamente para erros recorrentes na construção dos trabalhos, uma vez que, o assunto é trabalhado de forma sucinta.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a aplicação das normas da ABNT em trabalhos acadêmicos de graduação, buscando identificar os principais erros e dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Como objetivos específicos, pretende-se: Destacar os principais erros normativos; analisar a percepção dos alunos sobre a importância da padronização; propor sugestões para melhoria do ensino e aplicação das normas.

A metodologia utilizada é a bibliográfica, com natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. O objetivo principal é investigar a aplicação das normas da ABNT na

elaboração de trabalhos acadêmicos, com base na análise de obras, artigos científicos, manuais acadêmicos e artigos científicos já publicados. A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, analisar e interpretar conteúdos teóricos e normativos sobre o uso da ABNT no contexto acadêmico. Essa abordagem permite identificar como o tema tem sido abordado por estudiosos da área.

2 PADRONIZAÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS

2.1 IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NOS TRABALHOS ACADÊMICOS

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normatização técnica no Brasil, atuando em diversas áreas do conhecimento, inclusive na produção acadêmica. As normas da ABNT têm como objetivo principal padronizar a apresentação dos trabalhos científicos, proporcionando clareza, uniformidade e organização aos textos produzidos no meio acadêmico. Isso facilita a leitura, a compreensão das ideias e o acesso às fontes utilizadas, contribuindo para a credibilidade da pesquisa.

No contexto educacional, a aplicação correta das normas da ABNT é exigida desde o ensino médio até a pós-graduação, sendo um critério essencial para a avaliação de trabalhos como artigos científicos, monografias, relatórios técnicos, TCCs, dissertações e teses. Entre as normas mais utilizadas, destacam-se a NBR 14724, que orienta a estrutura geral do trabalho acadêmico; a NBR 6023, que trata da elaboração das referências; a NBR 10520, que regula

as citações; e a NBR 6027, que define como os sumários devem ser organizados.

Além de padronizar a forma, as normas da ABNT também têm um papel educativo, pois estimulam o aluno ou pesquisador a desenvolver atenção aos detalhes, compromisso com a ética acadêmica e respeito pelas fontes utilizadas. O uso adequado das normas evita problemas como o plágio e fortalece a integridade do trabalho científico. Portanto, dominar a aplicação das normas da ABNT não é apenas uma exigência institucional, mas também um diferencial para a produção acadêmica de qualidade.

2.2 DIFICULDADE DOS ALUNOS NA APLICAÇÃO DAS NORMAS

Apesar da importância das normas da ABNT para a padronização e a qualidade dos trabalhos acadêmicos, muitos estudantes enfrentam dificuldades na sua aplicação. Essas dificuldades geralmente estão relacionadas à complexidade e à quantidade de regras que precisam ser seguidas, o que pode gerar insegurança e confusão, especialmente entre alunos iniciantes no ambiente acadêmico. Além disso, o contato com essas normas muitas vezes ocorre de forma superficial ou tardia, sem um acompanhamento pedagógico adequado.

Outro obstáculo frequente é a falta de domínio das ferramentas de edição de texto, como os editores de texto acadêmicos (por exemplo, o Microsoft Word), que dificultam a formatação correta de elementos como margens, espaçamento, sumário automático e referências bibliográficas. Isso faz com que o aluno gaste mais tempo com a forma do que com o conteúdo, prejudicando o foco na pesquisa e na construção do conhecimento. A ausência de

disciplinas específicas sobre metodologia científica no currículo de alguns cursos também contribui para a fragilidade na aplicação das normas. Sem orientação clara, muitos estudantes recorrem a modelos prontos da internet, que nem sempre seguem as normas atualizadas da ABNT. Como destacam Marconi e Lakatos (2017, p. 204), "o uso correto das normas exige não apenas leitura atenta, mas também prática e acompanhamento docente, pois trata-se de um processo de aprendizagem gradual". Como resultado, há uma grande incidência de erros em citações, referências e estruturação dos trabalhos, o que impacta negativamente na avaliação acadêmica.

Esses desafios apontam para a necessidade de maior apoio institucional, como oficinas, tutoriais e acompanhamento docente, para que os alunos compreendam não apenas as normas em si, mas o propósito de sua utilização. Superar essas barreiras é essencial para garantir a produção de trabalhos bem estruturados, éticos e academicamente válidos.

Ao fazer uma entrevista com meus colegas de curso, percebi como todos estavam tendo a mesma dificuldade na elaboração do paper. Utilizando o método de pesquisa de abordagem Qualitativa, de natureza exploratória, cuja finalidade é compreender as percepções e experiências de estudantes em relação à aplicação das normas da ABNT em seu paper. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise aprofundada das limitações e insegurança que os participantes tiveram ao executar o projeto. A coleta de dados foi feita através de quatro perguntas, em formato de enquete no grupo da faculdade do curso de Direito do primeiro período matutino, da Faculdade Boas Novas. As perguntas foram elaboradas com base nos objetivos do estudo e abordaram temas

como a falta do domínio das ferramentas de edição foi um fator que dificultou a elaboração do paper, se foi gasto mais tempo pesquisando as regras da ABNT ou com o conteúdo do assunto, se houve insegurança e confusão ao tentar aplicar as regras no paper e por fim, se todos tiveram acesso às normas durante o ensino fundamental e médio.

3 PESQUISAS E RESULTADO DAS ENTREVISTAS

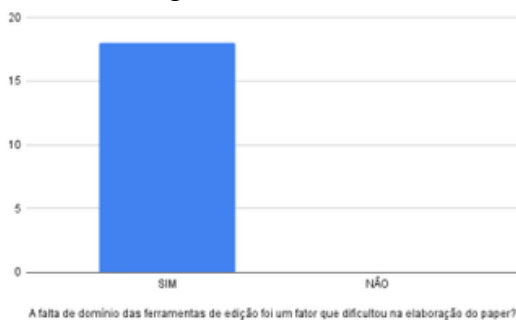
3.1 PESQUISA QUALITATIVA

Ao fazer uma entrevista com meus colegas de curso, percebi como todos estavam tendo a mesma dificuldade na elaboração do paper. Utilizando o método de pesquisa de abordagem Qualitativa, de natureza exploratória, cuja finalidade é compreender as percepções e experiências de estudantes em relação à aplicação das normas da ABNT em seu paper. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise aprofundada das limitações e insegurança que os participantes tiveram ao executar o projeto. A coleta de dados foi feita através de quatro perguntas, em formato de enquete no grupo da faculdade do curso de Direito do primeiro período matutino, da Faculdade Boas Novas. As perguntas foram elaboradas com base nos objetivos do estudo e abordaram temas como a falta do domínio das ferramentas de edição foi um fator que dificultou a elaboração do paper, se foi gasto mais tempo pesquisando as regras da ABNT ou com o conteúdo do assunto, se houve insegurança e confusão ao tentar aplicar as regras no paper e por fim, se todos tiveram acesso às normas durante o ensino fundamental e médio.

3.2 ANÁLISE E DADOS DA PESQUISA

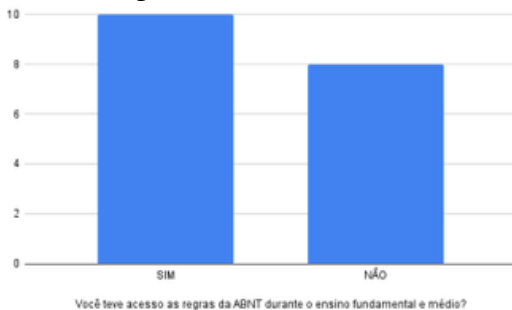
A análise dos resultados das entrevistas, que compõem a parte qualitativa da pesquisa, conforme mencionado na seção 3.1, utilizando o método de pesquisa com os acadêmicos de na forma de enquete. Tentando compreender quais fatores dificultaram a produção do paper, fizemos uma pesquisa em que 18 acadêmicos participaram da enquete.

Figura 1 - Falta de domínio



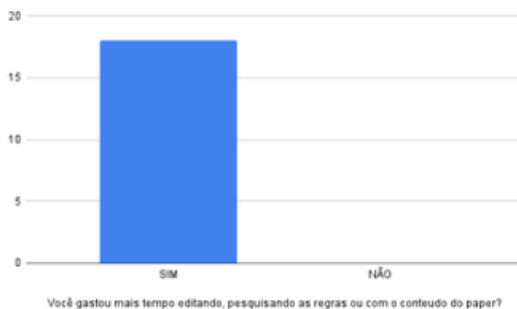
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 2 - Fundamental e Médio



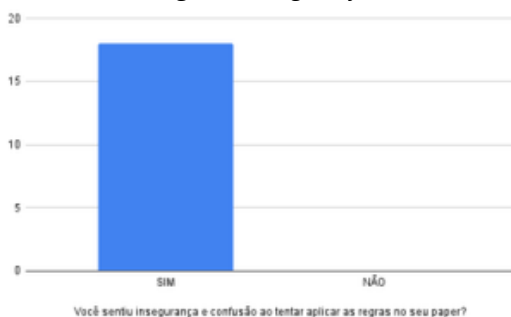
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 3 - Tempo de edição



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 4 - Insegurança



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Com isso, percebe-se que a dificuldade aos acadêmicos de produzir seus trabalhos de acordo com as normas é maior para com as edições em si, gerando insegurança em toda a produção do conteúdo.

3 ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE UM TRABALHO ACADÊMICO

3.2 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS, TEXTUAIS E PÓS-TEXTUAIS DA ABNT

A NBR 14724 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece a estrutura obrigatória dos trabalhos

acadêmicos, dividindo-os em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Essa organização é essencial para garantir a clareza, a padronização e a formalidade exigida na comunicação científica. A divisão em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais proporciona ao trabalho acadêmico uma estrutura clara e padronizada, facilitando sua leitura, avaliação e arquivamento. Dominar essa organização é fundamental para qualquer estudante ou pesquisador que deseja produzir um trabalho acadêmico de qualidade.

3.2.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Os elementos pré-textuais antecedem o conteúdo principal do trabalho e têm como função apresentar, identificar e contextualizar o documento. Entre os principais estão: capa, folha de rosto, errata (se houver), folha de aprovação, resumo em português (resumo) e em língua estrangeira (abstract), sumário e lista de ilustrações ou tabelas (se houver).

Por exemplo, o **resumo** deve conter de 150 a 500 palavras, com palavras-chave abaixo, separadas por ponto. A capa deve seguir uma ordem específica: nome da instituição, nome do autor, título do trabalho, subtítulo (se houver), número de volumes (se houver mais de um), local (cidade) e ano.

Segundo Severino (2007), os elementos pré-textuais são essenciais para "situar o leitor quanto ao conteúdo e à autoria da obra, além de facilitar sua catalogação e localização em acervos acadêmicos". Isso nos mostra como os elementos textuais facilitam o leitor em encontrar o tema com facilidade no artigo ou qualquer outro trabalho acadêmico.

3.2.2 ELEMENTOS TEXTUAIS

Os elementos textuais constituem o núcleo do trabalho acadêmico, sendo compostos por: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução apresenta o tema, os objetivos, a justificativa e a metodologia.

O desenvolvimento contém a exposição detalhada do conteúdo, dividido em seções e subseções, conforme a ABNT NBR 6024. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o desenvolvimento “é a parte do trabalho em que o autor expõe, interpreta e discute os dados obtidos, fundamentando-se teoricamente”.

A conclusão retoma os objetivos e apresenta os resultados obtidos ou reflexões finais.

3.2.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Os elementos pós-textuais encerram o trabalho e incluem todas as partes que complementam ou sustentam o texto. Os principais são: referências bibliográficas (obrigatórias), apêndices (material elaborado pelo autor, como formulários), anexos (material de terceiros), e índice (se necessário).

A referência deve ser apresentada conforme a NBR 6023. Por exemplo:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Esses elementos garantem que o leitor possa consultar as fontes utilizadas e acessar materiais adicionais relevantes à compreensão do trabalho.

Figura 5 - Elementos obrigatórios da NBR 14724



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero que este estudo, com base em uma pesquisa qualitativa, tenha colaborado para melhor entendimento e compreensão de como os acadêmicos possuem dificuldades para anexar as normas em seus projetos de estudo. Mostramos como a falta de domínio com as ferramentas de edição trouxeram insegurança e medo para elaboração dos trabalhos. Vale ressaltar a importância do manuseio das normas e aplicação delas em nossa vida acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

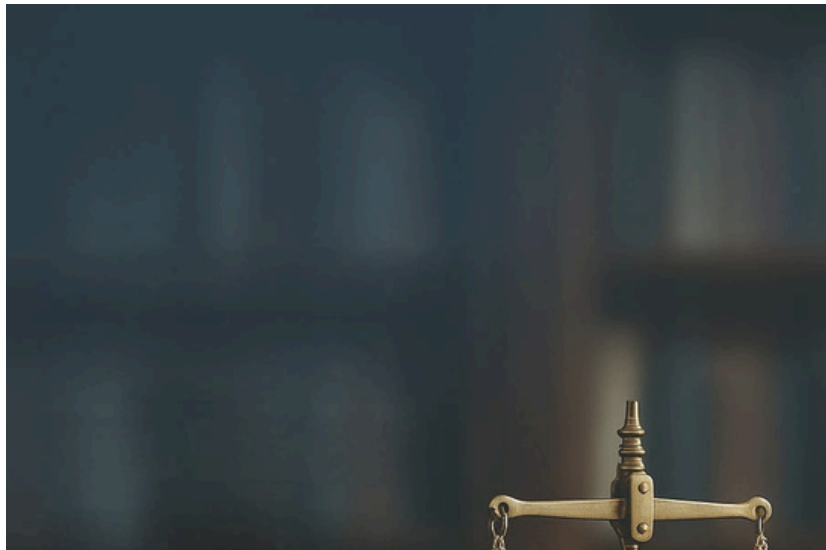
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



TIPOS DE PESQUISA NO DIREITO: exploratória, descritiva e explicativa



*Raylene Marques de Abreu Ferreira
Waldeiza da Silva Freire
Victor Maciel Nascimento de Souza
Eliabe Rodrigues Alicatia
Josiane da Silva Bentes
Leticia Mesquita Cavalcante
Mateus da Silva Souza
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é compreender os tipos de pesquisa no Direito, discriminando as pesquisas exploratória, descritiva e explicativa, onde é de suma importância no que se refere aos operadores do direito. A pesquisa no direito é uma ferramenta essencial, pois permite que eles desenvolvam argumentos sólidos e fundamentados em leis e jurisprudências. Portanto, existem vários tipos de pesquisa, cada um com seu próprio objetivo e metodologia, logo, os tipos de pesquisas que serão explanados serão, a pesquisa Exploratória, que visa explorar um tema ou problema jurídico, seguido pela pesquisa Descritiva que visa descrever um fenômeno jurídico ou uma situação específica, e por fim a pesquisa Explicativa que visa explicar as causas e consequências de um fenômeno jurídico. Por fim, complementamos que esses tipos de pesquisa são fundamentais para os advogados e pesquisadores do direito, pois permitem que eles desenvolvam uma compreensão mais profunda dos temas jurídicos e criem argumentos sólidos e fundamentados.

Palavras-chave: pesquisa; direito; jurisprudência.

1 INTRODUÇÃO

Este texto refere-se ao estudo do componente curricular Metodologia do estudo e procura abordar os principais tipos de metodologias de pesquisa, como a explicativa, descritiva e exploratória, abordado suas características, aplicações e importância.

A escolha do tema justifica-se para compreender as metodologias de pesquisa e sua aplicação. Tendo em vista que no

desenvolvimento de trabalhos acadêmicos na área do Direito, é comum encontrar dificuldades relacionadas à escolha e à utilização adequada dos métodos de pesquisa. Diante disso, o estudo das metodologias exploratória, descritiva e explicativa mostra-se essencial para garantir maior rigor científico e clareza nos processos de investigação jurídica.

O objetivo deste artigo é analisar de que maneira a escolha e a aplicação das metodologias de pesquisa e como influenciam a produção do conhecimento na área do Direito, contribuindo para a qualidade dos trabalhos acadêmicos. Buscando conceituar e diferenciar essas metodologias, identificando sua aplicação em pesquisas jurídicas, refletindo sobre a importância da definição metodológica adequada e destacando os impactos positivos do uso correto das abordagens metodológicas na argumentação e fundamentação jurídica.

Como metodologia, utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo, tendo em vista que o tema foi explorado em trabalhos como, livros e artigos da web e doutrinários. Com isso, neste trabalho, buscou-se aclarar sobre os tipos de pesquisa no Direito e como são importantes a busca e a pesquisa sobre um determinado contexto no ramo jurídico.

2 O QUE É A METODOLOGIA DA PESQUISA?

A metodologia da pesquisa corresponde ao conjunto de métodos e técnicas empregados na condução de uma investigação científica. Ela detalha, de forma sistemática, todas as etapas do processo investigativo, desde a definição do problema até a análise

e interpretação dos dados coletados. Nesse sentido, a metodologia orienta o percurso da pesquisa, garantindo que seus resultados sejam válidos, coerentes e relevantes.

Segundo Vergara (2006, p. 47), “pesquisa metodológica é o estudo que se refere a instrumentos de captação ou de manipulação da realidade. Portanto é associada a caminhos, formas, maneiras e procedimentos para atingir determinado fim”. Essa definição destaca a importância de se compreender a metodologia não apenas como um conjunto de regras, mas como uma ferramenta essencial para dar sentido e direção ao processo de investigação.

Já para Segundo Gil (2007, p. 17),

Pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

No campo do Direito, é comum que estudantes de graduação e pós-graduação tenham contato com o conceito de metodologia da pesquisa jurídica desde os primeiros períodos de formação. Isso porque qualquer tipo de pesquisa, inclusive a jurídica, requer um método científico que fundamente e oriente seu desenvolvimento. O método, nesse contexto, representa o próprio caminho percorrido pelo pesquisador, ligando o ponto de partida (a identificação do problema ou objeto de estudo) ao ponto de chegada (a construção do conhecimento sobre o tema investigado).

Diante disso, algumas perguntas tornam-se essenciais para quem pretende desenvolver uma pesquisa na área jurídica: quais etapas são fundamentais para que a investigação alcance seus

objetivos de forma científica? Como se estrutura, na prática, a metodologia da pesquisa jurídica? Essas questões conduzem o pesquisador a refletir não apenas sobre o conteúdo da pesquisa, mas também sobre os caminhos mais adequados para realizá-la com rigor e coerência.

Antes de mais nada: Quais são as etapas?

A investigação científica deve cumprir algumas etapas básicas para que alcance seus objetivos. Algumas delas são:

1. Defina o problema, considere todo o conhecimento já existente sobre o seu problema para, a partir daí, tentar resolvê-lo;
2. Hipóteses, teorias ou técnicas! Pense em novas ideias ou na produção de novos dados para a solução razoável do seu problema;
3. A partir dos instrumentos disponíveis, verifique se você obteve uma solução próxima ou exata para o seu problema;
4. Confronte a solução com as informações e teorias pertinentes. Caso o resultado seja satisfatório, a pesquisa estará concluída! Caso não seja, é preciso que as hipóteses sejam corrigidas, ou as teorias, ou ainda os procedimentos e dados obtidos.

No entanto, para diferentes formas de pesquisa, foram desenvolvidos diferentes tipos de métodos. Vamos ver alguns deles.

3 TIPOS DE PESQUISA NO DIREITO

Neste artigo trataremos da pesquisa quanto aos seus objetivos gerais, sendo possível classificá-la em: exploratória, descritiva e explicativa, ver Figura 1. A principal diferença entre esses tipos de pesquisa se dá no objetivo final de cada uma delas. A pesquisa

exploratória procura explorar um problema, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa.

Elas visam uma maior proximidade com o tema, que pode ser construído com base em hipóteses ou intuições. O principal objetivo desse tipo de pesquisa é descobrir ideias e pensamentos através da análise e coleta de dados.

A pesquisa descritiva visa descrever algo. Para isso, é feita uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo. Essa pesquisa não pode ter interferência do pesquisador. Tem o objetivo de descrever características e funções.

E por último temos a pesquisa explicativa é uma tentativa de conectar as ideias e fatores identificados para compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno.

É onde os pesquisadores tentam explicar o que está acontecendo. Tem como objetivo descrever as causas baseada em métodos experimentais.

Figura 1 - Níveis da pesquisa

Níveis da Pesquisa		
Exploratório	Explicativo	Descritivo
Familiaridade com o problema	Identificar os fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos	Descreve as características de uma determinada população ou fenômeno
Construção de hipóteses	Aprofunda o conhecimento da realidade	Estabelece relação entre as variáveis
Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos	Explica o porquê das coisas	Utiliza técnicas padronizadas de coletas de dados.

Fonte: GE, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Fonte: Mundo Graduado (2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de metodologias de pesquisa no campo jurídico revela-se essencial para a produção de conhecimento crítico, sistemático e fundamentado. No contexto do Direito, onde a interpretação, a argumentação e a aplicação das normas convivem com a dinamicidade da sociedade, a pesquisa científica permite ao jurista compreender não apenas o ordenamento jurídico em si, mas também os fenômenos sociais, históricos e culturais que o influenciam. Assim, as metodologias de pesquisa proporcionam uma base sólida para o desenvolvimento de teorias, teses e soluções práticas, fortalecendo o papel da ciência jurídica como instrumento de justiça e transformação social. Conclui-se, portanto, que o uso adequado e consciente dessas metodologias é indispensável para o avanço do conhecimento jurídico e para a construção de uma prática profissional mais reflexiva, crítica e eficiente.

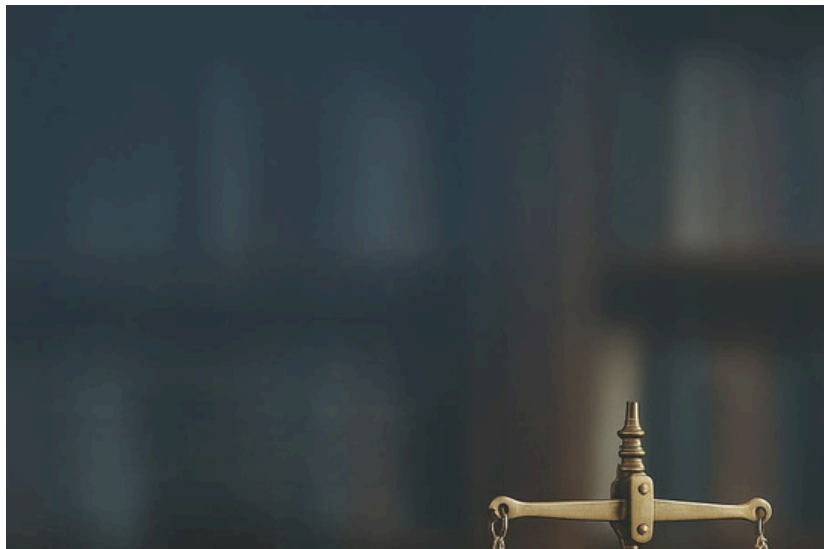
REFERÊNCIAS

BRITO, Alex Soares de. Os tipos de pesquisa científica no direito: a pesquisa quanto aos seus objetivos. **JusBrasil**, [S. l.], 8 out. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-tipos-de-pesquisa-cientifica-no-direito-a-pesquisa-quanto-aos-seus-objetivos/142138561>. Acesso em: 24 maio 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MUNDO GRADUADO. Pesquisa, exploratória, descritiva e explicativa. Disponível em: <https://www.mundograduado.com/pesquisa-exploratoria-descritiva-e-explicativa/>. Acesso em: 24 maio 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



DIFERENÇA ENTRE CONHECIMENTO EMPÍRICO, FILOSÓFICO E CIENTÍFICO NO CONTEXTO JURÍDICO



*Andrew Lago do Nascimento
Geovana Victoria Silva dos Santos de Souza
Geysiane Carvalho de Figueredo
Mário Matos do Nascimento Junior
Mikelly Meireles Moraes
Paulo César Brandão Barros
Tiago de Sousa Pantoja
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Neste trabalho, busco analisar as distinções entre conhecimento empírico, filosófico e científico no âmbito do Direito. O problema da pesquisa reside na compreensão de como cada tipo de conhecimento contribui para a formação e aplicação das normas jurídicas. O objetivo é esclarecer as características e implicações de cada abordagem, destacando suas inter-relações e relevâncias práticas. Para isso, utilizo métodos de análise qualitativa, revisando a literatura existente e realizando uma reflexão crítica sobre casos concretos. Os resultados alcançados mostram que o conhecimento empírico se baseia na experiência e na observação, enquanto o conhecimento filosófico busca entender os fundamentos e princípios que sustentam o Direito. Por sua vez, o conhecimento científico se caracteriza pela sistematização e verificação de hipóteses, proporcionando uma base mais rigorosa para a análise jurídica. Concluo que, embora cada tipo de conhecimento tenha suas particularidades, todos são essenciais para a construção de um sistema jurídico robusto e eficaz, pois se complementam na busca pela justiça e pela verdade.

Palavras-chave: análise crítica; justiça; sistema jurídico.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a diferença entre conhecimento empírico, filosófico e científico no contexto jurídico, buscando compreender como cada uma dessas formas de conhecimento contribui para a construção do saber jurídico e para a prática do Direito. A relevância deste tema se dá pela necessidade de uma reflexão crítica sobre as bases do conhecimento jurídico,

especialmente em um mundo em constante transformação, onde novas demandas sociais e tecnológicas desafiam as tradições e os métodos de interpretação do Direito.

A delimitação do assunto se concentra na análise das características e implicações de cada tipo de conhecimento no âmbito jurídico, sem entrar em justificativas extensivas sobre a escolha do tema. O problema da pesquisa reside na identificação de como esses diferentes tipos de conhecimento influenciam a formação de normas, a interpretação de leis e a aplicação da justiça. A hipótese de estudo sugere que, embora o conhecimento empírico, filosófico e científico sejam distintos, eles se inter-relacionam e se complementam na prática jurídica, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fundamentada do Direito.

Os objetivos da pesquisa incluem: definir e caracterizar o conhecimento empírico, filosófico e científico; analisar a aplicação de cada um desses conhecimentos no contexto jurídico; e discutir a importância da integração desses saberes para a formação de juristas e a prática do Direito.

A pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando obras de autores renomados na área do Direito e da Filosofia, além de artigos científicos que abordem a epistemologia jurídica. A metodologia empregada consistiu em uma análise qualitativa, buscando identificar e discutir as contribuições de cada tipo de conhecimento para a prática jurídica.

Os resultados esperados incluem uma compreensão mais clara das diferenças e inter-relações entre os conhecimentos empírico, filosófico e científico, bem como a identificação de práticas que podem ser aprimoradas a partir dessa análise. A pesquisa pretende, assim, contribuir para o debate acadêmico sobre a

formação do conhecimento jurídico e suas implicações na prática do Direito, promovendo uma reflexão crítica sobre a importância de uma abordagem multidisciplinar na formação de juristas.

Para fundamentar a discussão, serão utilizadas citações de autores como Hans Kelsen, que aborda a norma jurídica sob uma perspectiva científica, e Karl Popper, que discute a ciência e a filosofia, além de outros estudiosos que tratam da epistemologia no Direito. A análise crítica dessas obras permitirá uma compreensão mais profunda das nuances entre os diferentes tipos de conhecimento e suas aplicações no campo jurídico.

2 CONHECIMENTO EMPÍRICO NO DIREITO

O conhecimento empírico é aquele que se baseia na experiência e na observação. No contexto jurídico, ele se manifesta através da prática cotidiana dos operadores do Direito, como advogados, juízes e promotores. Esse tipo de conhecimento é fundamental, pois permite que os profissionais compreendam a realidade social e as necessidades das pessoas que buscam a justiça.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

A experiência prática é essencial para a formação de um jurista. A vivência em tribunais, a participação em audiências e a análise de casos concretos proporcionam um aprendizado que não pode ser obtido apenas por meio de livros. Essa vivência ajuda a moldar a intuição jurídica, permitindo que o profissional desenvolva habilidades de argumentação e interpretação das normas.

2.2 LIMITAÇÕES DO CONHECIMENTO EMPÍRICO

Apesar de sua importância, o conhecimento empírico possui limitações. Ele pode ser subjetivo e, muitas vezes, não é suficiente para fundamentar decisões jurídicas que exigem uma análise mais profunda. Além disso, a experiência individual pode variar de um profissional para outro, o que pode levar a interpretações divergentes da mesma norma.

3 CONHECIMENTO FILOSÓFICO NO DIREITO

O conhecimento filosófico, por sua vez, busca entender os princípios e valores que fundamentam o Direito. Ele envolve reflexões sobre a justiça, a moral e a ética, questionando o porquê das normas e sua aplicação na sociedade.

3.1 A TEORIA DO DIREITO

A filosofia do Direito se debruça sobre questões como a natureza das leis, a relação entre Direito e moral, e a função do Estado. Autores como Hans Kelsen e Ronald Dworkin oferecem diferentes perspectivas sobre como as normas jurídicas devem ser interpretadas e aplicadas, contribuindo para um entendimento mais profundo do sistema jurídico.

3.2 A RELEVÂNCIA DA ÉTICA

A ética é um componente crucial do conhecimento filosófico no Direito. As decisões jurídicas não devem ser tomadas apenas com

base em normas, mas também considerando os valores éticos que sustentam a sociedade. Isso implica que os juristas devem estar cientes das implicações morais de suas decisões.

4 CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO DIREITO

O conhecimento científico no Direito é aquele que se baseia em métodos rigorosos de pesquisa e análise. Ele busca sistematizar o saber jurídico, utilizando dados e evidências para fundamentar teorias e práticas.

4.1 A PESQUISA JURÍDICA

A pesquisa científica no Direito envolve a coleta e análise de dados, a formulação de hipóteses e a verificação de teorias. Essa abordagem permite que os juristas desenvolvam argumentos sólidos e embasados, contribuindo para a evolução do Direito.

4.2 A INTERDISCIPLINARIDADE

O conhecimento científico no Direito também se beneficia da interdisciplinaridade. A interação com áreas como a sociologia, a psicologia e a economia enriquece a análise jurídica, permitindo uma compreensão mais ampla dos fenômenos sociais e das suas implicações legais.

5 A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS

Embora o conhecimento empírico, filosófico e científico sejam

distintos, eles não são mutuamente exclusivos. Na prática jurídica, a integração desses saberes é fundamental para uma atuação mais eficaz e consciente.

5.1 A COMPLEMENTARIDADE DOS SABERES

A experiência prática (conhecimento empírico) pode informar a teoria (conhecimento filosófico), enquanto a pesquisa científica pode validar ou contestar as práticas observadas. Essa complementaridade é essencial para a formação de um jurista completo, que não apenas aplica a lei, mas também a compreende em sua totalidade.

5.2 A FORMAÇÃO DO JURISTA

A formação de um jurista deve incluir uma abordagem que contemple todos esses tipos de conhecimento. Isso significa que as faculdades de Direito devem promover uma educação que valorize a prática, a reflexão filosófica e a pesquisa científica, preparando os alunos para os desafios do mundo jurídico contemporâneo.

A análise das diferenças e inter-relações entre o conhecimento empírico, filosófico e científico no Direito revela a complexidade do saber jurídico. Cada um desses tipos de conhecimento desempenha um papel crucial na formação e na prática dos profissionais do Direito, e sua integração é fundamental para a construção de um sistema jurídico mais justo e eficaz. Conforme figura 1.

Figura 1 - Conhecimento - sistema jurídico



Fonte: Mundo Graduado (2025).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, busco analisar as diferenças e inter-relações entre o conhecimento empírico, filosófico e científico no Direito, e como cada um deles desempenha um papel importante na formação e na prática dos profissionais da área. Ao longo da pesquisa, algumas conclusões se destacaram:

Complementaridade dos Saberes: O conhecimento empírico, que se baseia na experiência prática, é fundamental para entender as realidades sociais e as necessidades das pessoas que buscam justiça. No entanto, percebi que ele não é suficiente por si só. O conhecimento filosófico, que nos faz refletir sobre os princípios e valores que sustentam o Direito, é igualmente importante. Além disso, o conhecimento científico, que utiliza métodos rigorosos de pesquisa, ajuda a fundamentar teorias e a analisar dados, contribuindo para a evolução do sistema jurídico.

Importância da Interdisciplinaridade: A interação entre esses diferentes tipos de conhecimento é essencial para formar juristas mais completos e preparados para os desafios atuais.

A interdisciplinaridade, que envolve a conexão do Direito com outras áreas, como a sociologia, a psicologia e a economia, enriquece a prática jurídica e nos permite entender melhor os fenômenos sociais.

Desafios e Oportunidades: A sociedade está em constante mudança, e isso traz novas demandas que exigem que os profissionais do Direito estejam abertos a novas formas de conhecimento e abordagens inovadoras. Por isso, acredito que a formação acadêmica deve incluir uma educação que valorize a prática, a reflexão filosófica e a pesquisa científica, preparando os alunos para uma atuação mais consciente e eficaz.

Em resumo, a construção de um sistema jurídico mais justo e eficaz depende da integração entre o conhecimento empírico, filosófico e científico. Essa abordagem multidisciplinar não só enriquece a formação dos profissionais do Direito, mas também contribui para a promoção de uma justiça mais equitativa e acessível a todos. Portanto, refletir sobre esses saberes é um passo importante para melhorar a prática jurídica e construir um futuro mais justo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2018 - Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

CUNHA, Luiz Alberto. A importância da pesquisa científica no Direito. *In: Revista de Direito*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2015.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

GOMES, Orlando. **Introdução ao estudo do Direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

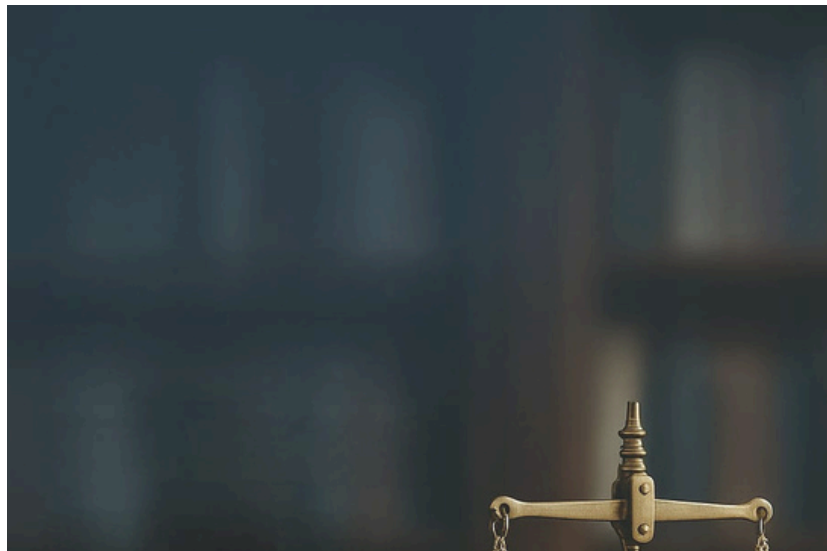
KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Abril, 1985.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

TAVARES, Maria de Fátima. A interdisciplinaridade no ensino do direito. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 123-145, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O direito penal e a filosofia do direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010



O USO DA TECNOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA JURÍDICA: ferramentas digitais e repositórios online



Ana Clara Gama Fragata
Ana Késia Brasil Martins
Iara Joice Lima
Kailane Tereza Marques
Louhana Ramos
Nathalia Pereira Araújo
Viviane Pereira Hermino
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: O avanço da tecnologia tem promovido transformações significativas na pesquisa acadêmica jurídica, tornando o acesso a organização e a análise de informações mais eficientes. Este artigo analisa como a inteligência artificial está sendo incorporada às metodologias de investigação no Direito, especialmente em programas de pós-graduação, e seu impacto na análise documental e na elaboração de argumentos jurídicos baseados em evidências. Observa-se que o desenvolvimento tecnológico tem estimulado novas práticas investigativas, ampliando o alcance das pesquisas e possibilitando abordagens mais precisas e integradas. Conclui-se que o uso de ferramentas digitais e repositórios online representa um avanço essencial para a modernização da prática científica do Direito, promovendo democratização do conhecimento, precisão analítica e integração interdisciplinar.

Palavras-chave: inteligência artificial; pesquisa jurídica; tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia na pesquisa acadêmica jurídica tem transformado significativamente a forma como profissionais e estudantes do Direito acessam, organizam e analisam informações. Ferramentas digitais e repositórios online desempenham um papel essencial nesse processo, promovendo maior eficiência e acessibilidade, ela é impulsionada pela tecnologia. Novas metodologias, avanços na Inteligência Artificial (IA) e a crescente interdisciplinaridade estão redefinindo a forma como o conhecimento é produzido e aplicado, especialmente no Direito.

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma a inteligência artificial está sendo incorporada aos métodos de pesquisa no campo jurídico, com ênfase na sua aplicação em dissertações e teses de programas de graduação, destacando seu impacto na análise documental, na construção de argumentos jurídicos fundamentados em dados empíricos e na evolução das metodologias de investigação científica no Direito.

Para isso, este estudo se utilizou de metodologia de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo. Utilizando-se como critério de inclusão artigos e livros, como: DIREITO E TECNOLOGIA: Novos modelos e tendência de Natália Cristina Chaves e Henry Colombi, trata-se de uma obra que congrega reflexões sobre os mais diversos temas na interseção entre o direito e os novos saberes relativos às tecnologias, publicados no lapso temporal de 2021 a 2025, excluindo-se deste os trabalhos de autores clássicos que não foram incluídos no filtro do lapso temporal de publicação supracitado.

A digitalização do conhecimento e a expansão do acesso à informação têm influenciado de maneira transformadora o cenário da pesquisa acadêmica no campo jurídico. Nesse contexto, o uso de ferramentas digitais e repositórios online representa um avanço essencial para a modernização das práticas de investigação, tanto em termos de acesso a fontes quanto na qualidade da produção científica. Plataformas digitais, bancos de dados jurídicos, softwares de organização bibliográfica e sistemas de busca inteligente permitem ao pesquisador não apenas consultar vastas quantidades de informação com agilidade, mas também sistematizar e analisar dados com maior precisão e eficiência.

2 O USO DA TECNOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA JURÍDICA: ferramentas digitais e repositórios online

Evolução da pesquisa jurídica antes da Era Digital: Pesquisas em bibliotecas físicas, consultas a doutrinas e jurisprudência impressa. A transformação digital tem impacto profundamente na forma como o conhecimento jurídico é produzido, acessado e compartilhado. No contexto da pesquisa acadêmica em Direito, o uso da tecnologia tornou-se indispensável, proporcionando maior agilidade, precisão e amplitude nas investigações científicas. Ferramentas digitais e repositórios online passaram a desempenhar papel central nesse processo, alterando o cotidiano de pesquisadores, estudantes e profissionais da área jurídica.

O ambiente digital oferece uma ampla gama de ferramentas que facilitam a pesquisa acadêmica, proporcionando maior agilidade, organização e acesso à informação. Plataformas como Google Acadêmico, Scielo, JSTOR, o Portal de Periódicos da CAPES, Jusbrasil, LexML e o Escavador tornam possível encontrar milhares de artigos científicos, livros e teses em poucos segundos. Além disso, bancos de jurisprudência e legislação atualizadas, como os disponibilizados pelos tribunais e órgãos públicos, são recursos essenciais para o desenvolvimento de pesquisas jurídicas de qualidade.

2.1 GOOGLE ACADÊMICO

É uma ferramenta gratuita do google que permite pesquisar artigos acadêmicos, teses, livros, resumos e relatórios técnicos de diversas áreas do conhecimento. Ele é amplamente usado por estudantes, professores, pesquisadores e profissionais para

encontrar fontes confiáveis e científicas. Ao digitar “Inteligência artificial na educação” no Google Acadêmico, ele mostrará uma lista de artigos científicos relacionados, com título, autores, data de publicação e, às vezes, o link direto para o texto completo.

2.2 SciELO

Scientific Electronic Library Online é uma biblioteca digital que disponibiliza gratuitamente artigos científicos revisados por pares, com foco em países da América Latina, Caribe, Espanha, Portugal e África do Sul.

Ao pesquisar determinado tema, encontrará centenas de artigos revisados sobre o assunto, muitos deles publicados por universidades brasileiras.

2.3 JSTOR

Journal Storage é uma biblioteca digital norte-americana que reúne uma vasta coleção de artigos acadêmicos, livros, documentos históricos e revistas científicas em várias áreas do conhecimento.

2.4 PORTAL DA PERIÓDICOS DA CAPES

É umas das maiores bibliotecas científicas virtuais do Brasil, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Se você é aluno de uma universidade conveniada, pode acessar o Portal, fazer login via CAFe, e buscar por temas como “educação

inclusiva”, obtendo completo a artigos científicos relevantes.

2.5 JUSBRASIL

É uma plataforma digital brasileira que oferece acesso facilitado a informações jurídicas públicas, como processos judiciais, jurisprudências, leis, diários oficiais e conteúdos produzidos por usuários, como artigos e modelos de documentos jurídicos. Fundada em 2008 em Salvador, Bahia, a empresa se caracteriza como uma legaltech, ou seja, uma empresa de tecnologia voltada para o setor jurídico.

É importante notar que o Jusbrasil é uma empresa privada e não está vinculada ao governo, apesar de seu nome e identidade visual poderem sugerir o contrário.

2.6 LexML

É um portal e rede de informação legislativa e jurídica que tem como objetivo organizar, integrar e facilitar o acesso a leis, decretos, medidas provisórias, jurisprudências e outros documentos normativos produzidos pelos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todas as esferas da federação.

2.7 ESCAVADOR

É uma plataforma digital brasileira que facilita o acesso a informações jurídicas públicas, como processos jurídicos, jurisprudências, legislações, publicações em Diários Oficiais e currículos acadêmicos. Fundado em 2014 por estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Escavador utiliza

tecnologia avançada, como IA e aprendizado de máquina, para organizar e distribuir dados provenientes de fontes oficiais.

Além das ferramentas, os repositórios digitais institucionais e temáticos desempenham papel central na disseminação do conhecimento jurídico. Universidades como USP, UFRGS e UNB mantêm repositórios com acesso público e dissertações, teses e artigos científicos produzidos por seus pesquisadores. Essa democratização do saber jurídico promove o acesso aberto à produção acadêmica e estimula o intercâmbio de ideias entre instituições e pesquisadores.

O uso da Inteligência Artificial (IA), assim como de outras ferramentas tecnológicas, pode ajudar muito a realização de pesquisas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Isso porque permitem buscas mais amplas e aprofundadas combinando diferentes fontes ou bases de dados, porém, de forma direcionada e com obtenção de resultados organizados e sistematizados.

Além disso, facilita a análise documental extensiva para compreensão do contexto geral, extração de informações específicas, identificação de padrões, comparação de versões e avaliação crítica com indicação de pontos fortes e pontos fracos. Pode contribuir ainda para melhorar a estrutura do texto e qualidade da redação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia tem se consolidado como uma aliada indispensável na pesquisa acadêmica jurídica, oferecendo recursos que ampliam o alcance, a eficiência e a qualidade da produção científica. O

domínio de ferramentas digitais e o uso adequado de repositórios online tornam-se diferenciais importantes para o pesquisador contemporâneo. No entanto, cabe sempre manter o rigor metodológico e o espírito crítico diante das informações acessadas. Assim é possível construir uma pesquisa sólida, ética e alinhada às exigências da ciência jurídica no século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Escavador**. Disponível em: <https://www.escavador.com>. Acesso em 11 maio 2025.

BRASIL. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **LexML**. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Portal de Periódicos da CAPES**. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

CHAVES, Natália Cristina; COLOMBI, Henry. **Direitos e tecnologia: novos modelos e tendências**. Porto Alegre 2021.

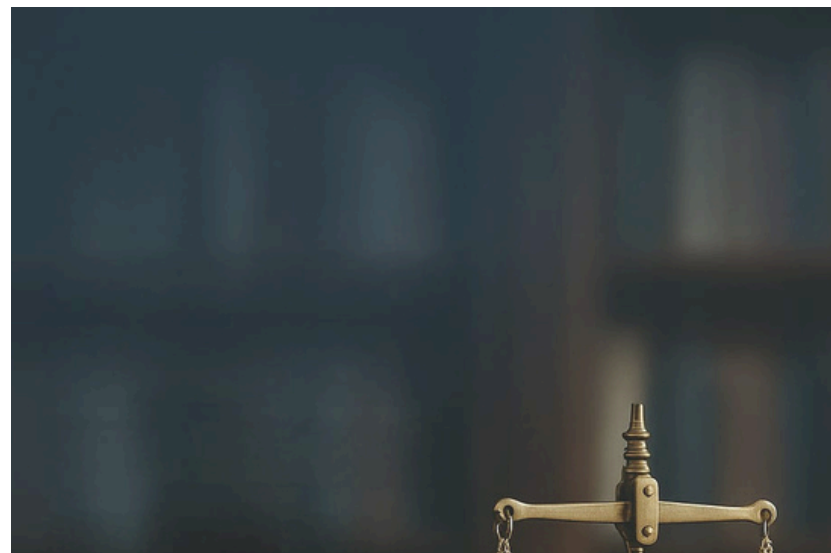
FGV, mestrado e doutorado. **O impacto da tecnologia na pesquisa acadêmica em direito**. Disponível em: <https://mestrado-doutorado.fgv.br/blog/noticia/o-impacto-da-tecnologia-na-pesquisa-academic-a-em-direito> Acesso em: 11 maio 2025.

GOOGLE acadêmico. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

JSTOR. Journal Storage. Disponível em: <https://www.jstor.org>. Acesso em: 11 maio 2025.

SCIELO. Scientific Electronic library online. Disponível em: <https://www.secielo.org>. Acesso em: 11 maio 2025.

PEREIRA, Rodrigo Octávio Broglia Mendes. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.



O MÉTODO DEDUTIVO E O MÉTOD INDUTIVO NA PESQUISA JURÍDICA



Bruno da Cruz de Oliveira
Thiago Ferreira Vieira
Daniel Pereira da Silva Pires
Felipe Gabriel Vieira da Conceição
Daniel Nascimento Monteiro
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação dos métodos dedutivo e indutivo na pesquisa jurídica, destacando suas contribuições para a construção do conhecimento no campo do Direito. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, explorando as características, finalidades e limites de cada método. Os resultados evidenciam que o método dedutivo é amplamente utilizado na interpretação normativa e na aplicação do Direito a casos concretos, enquanto o método indutivo se mostra eficaz na identificação de padrões jurisprudenciais e no desenvolvimento de teorias a partir da prática jurídica. Conclui-se que ambos os métodos são complementares e fundamentais para uma análise jurídica crítica e aprofundada, ampliando a capacidade do pesquisador de compreender e propor soluções jurídicas consistentes.

Palavras-chave: método dedutivo; método indutivo; pesquisa jurídica; análise jurídica crítica.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento do método indutivo e dedutivo é fundamental para o raciocínio lógico e a construção de conhecimento. O método indutivo baseia-se em observações específicas para formular uma teoria geral, enquanto o método dedutivo parte de premissas gerais para chegar a conclusões específicas. Conhecer as diferenças entre esses dois processos de raciocínio pode aprimorar sua capacidade de análise e desenvolvimento de argumentos. O método indutivo é essencial para a formação de hipóteses a partir de dados observáveis. Em contraposição, o método dedutivo

proporciona uma estrutura lógica que permite derivar conclusões de premissas já estabelecidas.

O conhecimento jurídico, enquanto ciência social aplicada, exige métodos de investigação capazes de articular teoria e prática. Nesse contexto, os métodos dedutivo e indutivo desempenham papel essencial na formação do raciocínio jurídico, influenciando tanto a interpretação quanto a aplicação do Direito. Este artigo tem como objetivo analisar a relevância e a complementaridade desses dois métodos na pesquisa jurídica, visando oferecer uma compreensão mais aprofundada de suas funções e contribuições. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, a partir de autores clássicos e contemporâneos do campo jurídico.

2 MÉTODOS INDUTIVO E DEDUTIVO

O aprofundamento na compreensão dos métodos indutivo e dedutivo constitui elemento essencial para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da construção do conhecimento, particularmente no contexto das ciências humanas e sociais, como o Direito. Esses métodos representam formas distintas, porém complementares, de inferência lógica, sendo ambos fundamentais para o avanço da pesquisa científica.

O método indutivo caracteriza-se pela formulação de conclusões gerais a partir da observação de casos particulares. Trata-se de um processo empírico, no qual o pesquisador coleta dados específicos e, com base neles, estabelece generalizações teóricas. Essa forma de raciocínio, historicamente associada a Francis Bacon, é amplamente utilizada nas ciências naturais e sociais, permitindo a

construção de hipóteses fundamentadas na experiência e na realidade observável. No campo jurídico, sua aplicação se manifesta na análise de precedentes judiciais e na construção de doutrinas a partir da prática forense, sendo um instrumento valioso para interpretar comportamentos normativos e desenvolver teorias sociológicas do Direito.

Por sua vez, o método dedutivo opera de maneira inversa, partindo de premissas gerais para alcançar conclusões específicas. Seu rigor lógico oferece precisão argumentativa e é essencial em áreas como a matemática, a filosofia e a dogmática jurídica. No Direito, a dedução é frequentemente aplicada na interpretação normativa: parte-se de uma norma jurídica abstrata para resolver casos concretos, garantindo coerência e segurança jurídica. A dedução permite, ainda, a aplicação sistemática de princípios jurídicos, sendo indispensável à elaboração de pareceres, decisões judiciais e construções doutrinárias.

Ambos os métodos possuem vantagens e limitações. A indução, embora útil na formulação de novas teorias, não assegura conclusões necessariamente verdadeiras, uma vez que depende da representatividade das observações. Já a dedução, apesar de garantir conclusões logicamente válidas quando as premissas são corretas, é limitada à abrangência e à veracidade dessas premissas. Portanto, a articulação entre indução e dedução é recomendada, pois proporciona uma análise mais abrangente e refinada da realidade jurídica.

A comparação entre os dois métodos evidencia suas complementaridades: enquanto a indução é exploratória e aberta à inovação teórica, a dedução é normativa e garante estabilidade argumentativa. Em pesquisas jurídicas, essa complementaridade

pode ser estratégica, permitindo a formulação de hipóteses baseadas na observação empírica e sua posterior validação à luz de princípios jurídicos previamente estabelecidos. Assim, o domínio e a aplicação criteriosa dos métodos dedutivo e indutivo enriquecem significativamente a qualidade da investigação científica e da argumentação jurídica.

3 ANÁLISE PRÁTICA DOS MÉTODOS NA PESQUISA JURÍDICA

A aplicação concreta dos métodos indutivo e dedutivo na pesquisa jurídica permite observar como esses instrumentos teóricos contribuem para a interpretação, sistematização e evolução do Direito. Ao compreender a dinâmica de cada método no cotidiano jurídico, é possível desenvolver um raciocínio mais crítico e adequado às exigências da ciência jurídica.

3.1 APLICAÇÕES DO MÉTODO INDUTIVO NO DIREITO

O método indutivo é especialmente relevante em contextos onde a prática forense revela padrões interpretativos ou lacunas normativas que não foram previstas pelo legislador. Jurisprudências reiteradas, por exemplo, constituem um campo fértil para a indução, pois a observação de múltiplas decisões similares pode levar à formulação de entendimentos consolidados, como ocorre nos enunciados das súmulas e nos precedentes vinculantes.

Na pesquisa empírica em Direito, o uso da indução é fundamental para investigar fenômenos como o comportamento de operadores jurídicos, o impacto social de determinadas leis, ou a eficiência de políticas públicas. A partir da análise de casos

concretos, o pesquisador pode construir generalizações sobre práticas jurídicas, influenciando inclusive a formulação de novas legislações ou a revisão de normas existentes.

3.2 APLICAÇÕES DO MÉTODO DEDUTIVO NO DIREITO

O método dedutivo, por sua vez, mantém forte presença na dogmática jurídica, onde a lógica normativa é essencial. Na aplicação da lei a um caso concreto, por exemplo, o jurista parte de uma norma geral (premissa maior) e de um fato jurídico (premissa menor) para chegar a uma conclusão — a decisão jurídica. Trata-se da clássica estrutura do silogismo jurídico, amplamente adotada em sentenças, pareceres e petições.

Além disso, o método dedutivo é utilizado na elaboração de teorias jurídicas com base em princípios constitucionais, na sistematização de ramos do Direito, e na resolução de antinomias. Sua aplicação favorece a uniformidade e a previsibilidade nas decisões, sendo vital para a estabilidade do ordenamento jurídico.

3.3 EXEMPLIFICAÇÃO PRÁTICA INTEGRADA

Considere-se, por exemplo, o caso de um jurista que analisa dezenas de decisões sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em situações de violência psicológica. A partir da observação de que a maioria dos tribunais reconhece a violência psicológica mesmo sem agressão física, pode-se formular uma tese doutrinária (indução). Em seguida, essa tese pode ser aplicada, de forma dedutiva, a um novo caso concreto, utilizando-se a premissa geral extraída da jurisprudência consolidada. Este exemplo evidencia como a

integração dos métodos dedutivo e indutivo proporciona um ciclo de retroalimentação no conhecimento jurídico: a realidade influencia a norma, e a norma, por sua vez, orienta a prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos métodos indutivo e dedutivo revela sua importância fundamental para a construção do conhecimento jurídico e para o aprimoramento do raciocínio lógico nas ciências sociais aplicadas. Ambos os métodos, embora distintos em sua estrutura lógica, demonstram-se complementares e indispensáveis à pesquisa e à prática jurídica. O método indutivo possibilita a formulação de hipóteses e teorias a partir da observação da realidade social e jurídica, enquanto o método dedutivo assegura a aplicação coerente e sistemática de normas e princípios jurídicos a casos concretos.

No contexto do Direito, a utilização articulada desses dois métodos contribui para uma abordagem mais crítica, reflexiva e precisa, tanto na elaboração de estudos teóricos quanto na resolução de problemas práticos. A exemplificação integrada demonstra como o uso combinado de indução e dedução pode gerar um ciclo virtuoso de construção e validação do conhecimento, favorecendo a evolução do pensamento jurídico e a efetividade da justiça.

Portanto, a compreensão aprofundada e a aplicação criteriosa dos métodos indutivo e dedutivo não apenas enriquecem o processo de pesquisa, mas também fortalecem a qualidade da argumentação e da atuação profissional no campo jurídico. Conclui-se que o domínio metodológico é um dos pilares essenciais para o

desenvolvimento científico do Direito, devendo ser constantemente aprimorado por pesquisadores, estudantes e operadores jurídicos.

REFERÊNCIAS

MÉTODO indutivo e dedutivo: compreendendo as abordagens. Edusense. Disponível em: <https://www.edusense.com.br/blog/metodo-indutivo-e-dedutivo/>. Acesso em: 15 maio 2025.

MENEZES, Pedro. Método dedutivo. **Toda matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/metodo-dedutivo/>. Acesso em: 15 maio 2025.



A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DIREITO



*Glauber Fabricio Lima Mendes
Joyce Castilho Costa
Mateus de Lima Alves
Roberta Vitória da Silva Padilha
Roberto Rener Souza da Silva
Victor Emanuel dos Santos Lira
Vinicius Bastos de Castro
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Este estudo aborda a relevância da pesquisa bibliográfica no Direito, um campo em constante evolução impulsionado por fatores sociais, tecnológicos, decisões judiciais e globalização. Nós investigamos como os profissionais do Direito podem aprimorar sua habilidade de identificar e selecionar fontes confiáveis em um cenário digital vasto, visando assegurar a robustez de suas análises jurídicas frente aos desafios da desinformação e da contínua mutação legal. O mesmo tem como objetivo principal analisar a pesquisa bibliográfica como ferramenta essencial para a atuação jurídica eficaz. Para tanto, exploramos os fatores que dinamizam o Direito, discutimos os desafios da seleção de fontes confiáveis em ambiente digital e propomos diretrizes para o desenvolvimento dessa competência crucial. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, no qual foram analisadas obras de autores que retratam o tema abordado, tais como livros, monografias, artigos científicos publicados para a coleta e análise qualitativa dos dados. Os resultados obtidos indicam que a capacidade de discernir informações confiáveis é um pilar fundamental para a validade das análises e a eficácia da prática jurídica. Inferimos que a aplicação de metodologias de pesquisa bibliográfica sistemáticas e o desenvolvimento de um senso crítico aguçado são indispensáveis para mitigar os riscos da desinformação e garantir que os operadores do Direito permaneçam atualizados e assertivos em suas argumentações.

Palavras-chave: pesquisa bibliográfica; fontes confiáveis; direito; senso crítico.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa bibliográfica no campo do Direito é fundamental e

intrinsecamente ligada à sua natureza dinâmica. Este artigo explora como o Direito, sendo um organismo vivo e em constante mutação, exige que seus profissionais e estudantes estejam continuamente atualizados para atuar de forma eficaz. São examinados os fatores que contribuem para essa dinamicidade, como a evolução social e tecnológica, as decisões judiciais, a criação de novas legislações, a globalização e as relações internacionais, bem como a crescente consciência e os movimentos sociais. Como bem observa Miguel Reale (2002, p. 76), "O Direito é experiência, não pura norma ou conceito, mas fato e valor, norma e ação, de onde a sua constante mutação na história".

Este estudo se concentra na importância da pesquisa bibliográfica como ferramenta indispensável para a compreensão e aplicação do Direito em um contexto de constante transformação. A análise se delimita à necessidade de identificar e selecionar fontes confiáveis em um cenário de vasto acesso à informação (impulsionado pela internet), enfatizando essa habilidade como um requisito ético e profissional para todos os operadores do Direito.

A escolha do tema justifica-se pela centralidade da pesquisa bibliográfica para a formação e atuação de profissionais do Direito, especialmente em um cenário jurídico que se mostra cada vez mais complexo e mutável. A rápida evolução do Direito, impulsionada por transformações sociais, tecnológicas e globais, exige uma constante atualização e uma capacidade crítica de análise das fontes de informação.

A relevância do tema reside, portanto, na necessidade de capacitar advogados, juízes, acadêmicos e demais operadores do Direito a navegar de forma eficaz e ética no vasto universo jurídico, garantindo a validade de seus argumentos e a profundidade de

suas análises.

Diante da natureza dinâmica do Direito e do crescente volume de informações disponíveis na era digital, o problema de pesquisa que norteia este trabalho é: como os profissionais e estudantes do Direito podem desenvolver e aplicar eficazmente a habilidade de identificar e selecionar fontes bibliográficas confiáveis para garantir a validade e a profundidade de suas análises jurídicas, frente aos desafios impostos pela desinformação e pela constante mutação do ordenamento jurídico? Acredita-se que a aplicação de metodologias de pesquisa bibliográfica sistemáticas e o desenvolvimento de um senso crítico aguçado para a avaliação de fontes de informação digitais são fundamentais para que os operadores do Direito consigam mitigar os riscos da desinformação e manter-se atualizados, assegurando a robustez de suas análises.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância da pesquisa bibliográfica como ferramenta essencial para a atuação eficaz de profissionais do Direito. Para tanto, os objetivos específicos são: identificar os principais fatores que contribuem para a dinamicidade do Direito contemporâneo; discutir os desafios e a importância da seleção de fontes confiáveis em um ambiente de proliferação de informações digitais; e propor diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da competência de pesquisa bibliográfica no contexto jurídico.

O presente estudo será desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, utilizando-se de fontes primárias e secundárias do Direito, como livros, artigos científicos, periódicos e documentos legais. A análise será qualitativa, buscando compreender os conceitos e as nuances que envolvem a pesquisa bibliográfica no universo jurídico. Conforme Lakatos e

Marconi (2003, p. 183), "a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados, registrando-se e analisando-se textos, artigos, livros, periódicos, etc.". Serão consultadas obras de autores renomados na área do Direito e da metodologia científica, a fim de fundamentar as discussões e as conclusões apresentadas.

Espera-se que esta pesquisa demonstre a natureza indispensável da pesquisa bibliográfica para a prática jurídica atualizada e ética, evidenciando que a capacidade de discernir informações confiáveis é um pilar para a validade das análises e a eficácia da atuação no Direito. Os resultados deverão reforçar a necessidade de se investir na formação contínua dos operadores do Direito no que tange às competências de pesquisa e análise crítica de fontes.

2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO CENÁRIO JURÍDICO DINÂMICO: DESAFIOS E IMPERATIVOS ÉTICOS NA BUSCA POR FONTES CONFIÁVEIS

No âmbito do Direito, a pesquisa bibliográfica é fundamental e está intrinsecamente ligada à natureza dinâmica dessa ciência, ou seja, no campo jurídico, a leitura e o estudo aprofundado de textos, leis, doutrinas e jurisprudências não são apenas uma etapa opcional, mas uma parte essencial e contínua da prática e do estudo.

É imprescindível considerar que o Direito não é estático. O universo jurídico é um organismo vivo, em constante mutação, que evolui e se transforma em resposta às complexas demandas da sociedade. Essa intrínseca dinamicidade é o que leva Miguel Reale

(2002) a observar que "o Direito é, ao mesmo tempo, unidade e multiplicidade, estabilidade e movimento, porque é a expressão da unidade múltipla da sociedade (*unitas ordinis*) e a garantia do progresso ético e material na ordem e na paz (*equilíbrio em movimento*)".

As mutações no universo jurídico se dá por diversos fatores, que contribuem para essa dinamicidade, como a Evolução Social e Tecnológica, que impulsiona o Direito a se adaptar a novas realidades como as relações digitais e a inteligência artificial. As Decisões Judiciais também desempenham um papel crucial, pois a jurisprudência pode alterar significativamente a forma como o Direito é compreendido e aplicado, criando novos precedentes ou revendo entendimentos. Constantemente, Novas Legislações são criadas para atender a necessidades sociais, econômicas e políticas emergentes. Além disso, a Globalização e as Relações Internacionais demandam que o Direito esteja atento às normas e tratados internacionais e às legislações estrangeiras, gerando áreas como o Direito Internacional e o Direito Comparado. Por fim, a Consciência Social e os Movimentos Sociais também são forças motrizes; a crescente conscientização sobre direitos humanos, sustentabilidade, inclusão e diversidade impulsiona a criação de novas normas e a reinterpretação de leis existentes, visando a uma sociedade mais justa e equitativa.

A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale se encaixa perfeitamente na compreensão desse dinamismo. A Dimensão Fática do Direito reflete as transformações sociais que impulsionam as mudanças jurídicas. A Dimensão Axiológica demonstra como os valores da sociedade (ou a busca por novos valores) permeiam e moldam as novas normas e interpretações. E a Dimensão

Normativa, por sua vez, é o resultado final dessas interações, expressa nas novas leis e decisões.

Em suma, o mundo dinâmico do Direito é um reflexo da própria complexidade humana e social. Ele exige de seus operadores uma postura proativa, flexível e adaptável, e oferece, em contrapartida, um campo vasto e sempre desafiador para a construção e aplicação da justiça.

Para os profissionais do Direito, a dinamicidade do campo representa, simultaneamente, um desafio intrínseco e uma fonte inesgotável de oportunidades.

A imperativa necessidade de atualização contínua se estabelece como um pilar fundamental da carreira, exigindo dedicação constante ao estudo, à pesquisa aprofundada e ao acompanhamento rigoroso das notícias jurídicas e dos debates acadêmicos. Quem não se adequa a essa realidade e não se mantém atualizado corre o sério risco de se tornar obsoleto, perdendo espaço em um mercado cada vez mais competitivo.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica assume um papel central e insubstituível. Ela não é apenas uma formalidade, mas um instrumento vital para a construção do conhecimento jurídico atualizado e a resolução de questões complexas. Como bem destaca Gil (2019), em sua obra sobre métodos e técnicas de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, embora possa ser um tipo de estudo independente, é também “uma parte essencial da maioria das pesquisas, já que ela é o primeiro passo de quase todas as investigações, servindo para embasar o referencial teórico e a discussão dos resultados (Gil, 2019, p. 50)”.

Para o jurista, dominar essa metodologia é, portanto, crucial, pois lhe permite não só se manter atualizado, mas também construir

argumentos sólidos e soluções inovadoras, garantindo a efetividade e a relevância de sua atuação. É essa capacidade analítica e prospectiva, nutrida pela pesquisa contínua e rigorosa, que distingue o profissional do Direito na atualidade.

3 RIGOR ÉTICO NA SELEÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FONTES

No contexto da pesquisa jurídica, o rigor ético na seleção e utilização de fontes é um pilar inegociável. Isso significa que não basta apenas encontrar informações; é preciso avaliá-las criticamente, garantindo sua autenticidade, confiabilidade e pertinência. Em um cenário de proliferação de informações, especialmente no ambiente digital, a tentação de utilizar fontes de fácil acesso, mas duvidosa procedência, é grande. No entanto, a base de um argumento jurídico sólido reside na legitimidade das suas fontes.

A pesquisa bibliográfica é uma das pedras angulares para a atuação eficaz no Direito. Por meio dela, conseguimos acessar e analisar o vasto acervo de leis, doutrinas, jurisprudências e estudos que moldam o cenário jurídico. Mais do que memorizar normas, a capacidade de investigar, interpretar e, acima de tudo, aplicar um rigor ético e metodológico em cada etapa do processo investigativo, tornou-se um diferencial competitivo. A integridade na pesquisa jurídica não apenas valida os argumentos apresentados, mas também salvaguarda a própria credibilidade do sistema de justiça.

A discussão sobre a ética na pesquisa jurídica é vital para a formação de profissionais conscientes. Nesse sentido, Alves J., Morais e Alves, A. (2024, p. 15) afirmam que:

Todavia, para ser um bom operador do direito, é preciso fazer bom uso da pesquisa jurídica, ferramenta essencial que envolve a pesquisa básica de casos e de marcos teóricos que são o ponto de partida para a resolução de controvérsias. Para a pesquisa jurídica é preciso habilidades especiais para que não se realize uma pesquisa superficial e sem substância. É preciso manter os altos padrões da pesquisa. Inclusive, é muito comum dizer que a força do(a)s advogado(a)s não reside no conhecimento puro do direito, mas na capacidade de pesquisar e ajustar os resultados da pesquisa por meio da interpretação otimizada das conclusões alcançadas. Embora pareça simples, saber pesquisar não é um trabalho fácil, é preciso desenvolver ao longo do curso de graduação em Direito – melhor seria se ao longo da vida acadêmica – a habilidade para realizar pesquisas, o que independe da área de estudo.

Dessa forma, fica evidente que o domínio da pesquisa jurídica, pautado pelo rigor ético na seleção e utilização de fontes, não é apenas uma competência técnica, mas um imperativo profissional e ético para todo operador do Direito. É a garantia de que as análises e decisões estarão alicerçadas em informações confiáveis e atualizadas, contribuindo para a solidez e a justiça do sistema legal.

Não obstante, acrescenta que,

[...] é preciso que o(a) pesquisador(a) esteja comprometido em desenvolver continuamente suas habilidades de pesquisa, sempre se atualizando das mudanças legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, o que pode levar longas horas de dedicação. Assim, é preciso que o(a) pesquisador(a) tenha paciência e desejo de aprender, mantendo-se atualizado ao longo de sua carreira. Isto porque, a pesquisa jurídica é a atividade que reúne informações que dão suporte jurídico a qualquer documento ou artigo científico. A pesquisa jurídica trata-se de um processo que se inicia com a extração de fatos de um leque de fontes pertinentes ao assunto, os quais serão analisados e interpretados para então serem aplicados os resultados da investigação. (Alves, J., Morais e Alves, A. 2024, p. 16).

Nesta ordem de ideias, o operador do Direito deve ter um compromisso contínuo com o aprendizado e a atualização, investindo tempo e dedicação para dominar as técnicas de coleta, análise e interpretação de informações. Somente assim a pesquisa jurídica poderá fornecer o suporte necessário para a elaboração de

argumentos sólidos e a fundamentação de qualquer trabalho ou documento na área.

4 METODOLOGIA: A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação que tem como base a leitura, análise e interpretação de materiais já publicados por diferentes autores e instituições, que oferecem suporte teórico relevante para a discussão do tema.

Ela pode ser vista como um "mergulho" profundo no conhecimento já existente. Em vez de coletar dados novos (por exemplo, através de entrevistas ou questionários), o pesquisador utiliza o que outros já estudaram, escreveram e publicaram.

A pesquisa bibliográfica foca principalmente em fontes que já interpretaram ou analisaram informações primárias, como livros, revistas e artigos científicos. Essa abordagem fornece ao pesquisador a base teórica essencial para fundamentar seu estudo.

Conforme explanam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica se constitui como um alicerce fundamental para qualquer estudo científico, servindo como um ponto de partida essencial para a construção do conhecimento. Elas afirmam que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados, registrando-se e analisando-se textos, artigos, livros, periódicos, etc. É, pois, o levantamento de toda a bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita (p. 183).

Essa perspectiva ressalta a importância de um mergulho profundo na literatura existente, não apenas para coletar informações, mas para interpretá-las criticamente e estabelecer conexões que fundamentem a argumentação. Além disso, a

abordagem bibliográfica é valorizada por sua capacidade de oferecer uma visão abrangente do conhecimento já produzido, como destaca Gil (2019):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em vários estudos se apresente como um tipo de pesquisa independente, ela é também uma parte essencial da maioria das pesquisas, já que ela é o primeiro passo de quase todas as investigações, servindo para embasar o referencial teórico e a discussão dos resultados.

Neste sentido, a pesquisa é essencial para fundamentar um estudo, servindo como base teórica e auxiliando na construção do referencial e na contextualização do problema. Ela permite conhecer o "estado da arte" ao identificar os principais autores, teorias, debates e lacunas sobre o tema. Ao fazer isso, ajuda a evitar repetições desnecessárias de pesquisas já realizadas e a aprofundar a compreensão, oferecendo diversas perspectivas sobre o assunto.

Assim, a pesquisa bibliográfica não é vista apenas como um método isolado, mas como a base sobre a qual se constrói toda a estrutura conceitual e analítica do trabalho. A análise qualitativa dos dados coletados em obras de autores renomados e publicações especializadas proporciona o suporte necessário para a elaboração de diretrizes sólidas, a sustentação de argumentos consistentes.

5 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE DE FONTES NO CENÁRIO JURÍDICO

Diante do crescimento do acesso à informação, , impulsionado pela internet, fica cada dia mais complexo a busca de fontes informacionais que estudantes e pesquisadores deverão consultar

para realizar a busca de materiais e documentos, exigindo uma habilidade aprimorada de seleção e discernimento em meio à vasta quantidade de dados disponíveis.

Apenas algumas décadas atrás, as fontes de informação eram predominantemente físicas e impressas. No entanto, a ascensão da tecnologia da informação e seus efeitos globais transformaram esse panorama, como notam Capurro e Hjørland (2003, p. 149), “Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação”.

Como essa abundância, embora positiva, cria o desafio de filtrar e validar a credibilidade das fontes, combatendo a desinformação. Com isso surge a necessidade de o jurista desenvolver novas competências para navegar nesse ambiente digital.

Para Marteletto (2018), os pesquisadores necessitam aprimorar seus critérios quanto a seleção dos materiais e documentos que serão utilizados na realização de pesquisas e outros afazeres no campo acadêmico.

A avaliação da credibilidade de uma fonte no âmbito jurídico é um processo multifacetado que exige a análise de diversos critérios. A pesquisa eficaz e eticamente responsável depende da capacidade do pesquisador em discernir a qualidade e a fidedignidade das informações encontradas. Os pontos a seguir destacam os aspectos cruciais para essa avaliação:

5.1. AUTORIA E QUALIFICAÇÕES

Verificar a identidade e as qualificações do autor é o primeiro e

primordial passo na avaliação de uma fonte. É fundamental investigar a expertise do autor no tema abordado, sua formação acadêmica, experiência profissional, afiliação institucional e histórico de publicações. Autores com reconhecimento na área do Direito ou que sejam especialistas comprovados no assunto tendem a conferir maior credibilidade ao material.

5.2. PUBLICAÇÃO E EDITORA

O local e o processo de publicação da informação são indicativos importantes de sua confiabilidade. É preciso descobrir onde a informação foi publicada (periódico científico, livro de editora renomada, repositório institucional, site governamental, etc.), o processo de revisão do texto (se passou por revisão por pares, por exemplo) e a data de publicação. Fontes mais recentes são geralmente preferíveis no Direito, dada sua natureza dinâmica. Publicações de editoras ou periódicos com reputação acadêmica estabelecida geralmente indicam maior rigor editorial.

O ano de publicação ajuda a identificar a versão exata da obra consultada, especialmente se houver várias edições.

A editora permite localizar ou verificar a fonte, já que diferentes editoras podem lançar versões distintas da mesma obra.

Com esses dados, outros leitores podem encontrar a mesma obra citada, garantindo a rastreabilidade da informação.

Normas como ABNT, APA e MLA exigem a inclusão desses dados para manter a uniformidade e qualidade das referências.

5.3. OBJETIVIDADE E EQUILÍBRIO

A objetividade e o equilíbrio na apresentação do tema são cruciais. É necessário confirmar se a visão do autor é imparcial, buscando identificar possíveis vieses ou agendas ocultas. Um texto confiável geralmente apresenta diferentes perspectivas sobre o assunto, discute argumentos contrários e oferece evidências claras e verificáveis para suas afirmações. A origem das informações e dos dados citados deve ser transparente e rastreável.

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica no campo do Direito, é fundamental que as fontes consultadas apresentem objetividade e equilíbrio. Esses dois critérios garantem que a informação não esteja distorcida por opiniões pessoais, ideológicas ou interesses específicos, permitindo ao leitor uma análise justa e imparcial dos fatos e argumentos apresentados.

Objetividade refere-se à clareza e à neutralidade com que um autor expõe determinado tema. Em textos objetivos, os dados são apresentados de forma direta, com base em evidências e sem manipulação emocional. Isso é particularmente importante no meio jurídico, onde argumentos precisam ser sustentados por fundamentos legais e doutrinários, e não por opiniões subjetivas. Já o equilíbrio diz respeito à capacidade do autor de considerar diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto. Uma obra equilibrada não defende uma única posição sem apresentar contrapontos. Ao contrário, ela expõe diversas interpretações, jurisprudências ou entendimentos doutrinários, permitindo que o leitor desenvolva um raciocínio crítico e forme sua própria opinião com base nas informações disponíveis.

5.4. ABRANGÊNCIA E PROFUNDIDADE

Uma fonte de alta qualidade deve abordar o assunto de forma completa e aprofundada. Isso implica verificar se o texto oferece uma análise abrangente do tema, explorando suas diferentes facetas, nuances e implicações. A profundidade se manifesta na clareza dos conceitos, na riqueza da argumentação e na capacidade de ir além de uma descrição superficial.

5.5. A TRANSPARÊNCIA DOS ALGORITMOS DE BUSCA JURÍDICA

No contexto digital, a transparência dos algoritmos de busca jurídica é um critério emergente e de suma importância. Ao utilizar plataformas como Jusbrasil, Planalto, Google Scholar ou outros bancos de dados jurídicos, é vital compreender como os resultados são ranqueados e apresentados. Nem todos os resultados são igualmente relevantes ou confiáveis. O pesquisador deve ser crítico quanto à ordem de aparição, preferindo fontes oficiais (como o Planalto para legislação) e buscando artigos revisados por pares em plataformas acadêmicas, em vez de se basear exclusivamente em resultados de buscadores gerais que podem priorizar a popularidade sobre rigor científico ou legal. Sales e Almeida (2007) propõem um conjunto de critérios e aspectos que devem ser considerados ao examinar fontes de informação obtidas na internet ou em redes sociais, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet

Aspecto a ser analisado	Item a ser verificado
Informação de Identificação	<ul style="list-style-type: none">• Endereço eletrônico do site e da fonte de informação;• E-mail do site (organização que disponibiliza a fonte);• Título da fonte de informação;• Endereço eletrônico da fonte de informação; - Objetivos da fonte e a que público se destina;• Disponibilização de informações adequadas sobre a fonte;• Identificação da tipologia da fonte e de sua origem.
Confiabilidade das Fontes	<ul style="list-style-type: none">• Dados completos de autoria (como mantenedor); - Autoria reconhecida em sua área de atuação;• Organização que disponibiliza o site;• Conteúdo informacional relacionado com a área de atuação do autor;• Observância de outras informações como: referências bibliográficas dos trabalhos do autor; endereço para contato com autor; origem da informação;• Verificação de datas.
Links	<ul style="list-style-type: none">➤ Links internos;• clareza para onde conduzem;• tipos disponíveis;• atualização dos links;➤ Links externos;• clareza para onde conduzem;• devem apontar apenas para sites confiáveis;• tipos disponíveis mais comuns: informações; complementares, ilustrações, portais temáticos etc.• revisão constante dos links
Facilidade de Uso	<ul style="list-style-type: none">➤ Links;• que possibilitem fácil movimentação;• que possibilitem avançar e retroceder;➤ Quantidade de cliques para acessar a fonte e a informação;• da página inicial até a fonte são recomendados três cliques;• da fonte à informação são três ou menos cliques;➤ Disponibilidade de recursos da pesquisa na fonte;• função de busca;• lógica booleana;• índice; arranjo;• outros;➤ Recursos auxiliares à pesquisa;• tesouros, listas, glossários, mapa do site, guia, ajuda na pesquisa, outros;• instruções de uso;• manuais da fonte de informação para download ou impressão.

<p>Layout da Fonte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As mídias utilizadas devem ser interessantes; • Tipos de mídias utilizadas; • A harmonia entre a quantidade de mídias; ➤ Coerência entre as várias mídias; • imagens com função de complementar o conteúdo e não apenas ilustrar; • pertinência com os propósitos da fonte; • legibilidade; • clara identificação das imagens; ➤ Na estrutura do layout e arranjo é importante que: <ul style="list-style-type: none"> • haja coerência na utilização de padrões; • os recursos sirvam a um propósito e não apenas decoração; • as imagens facilitam a navegação; • o design do menu seja estruturado para facilitar a busca; • a criatividade contribua para a qualidade; evite-se o frame, que limita o uso da fonte.
<p>Restrições Percebidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena quantidade de acessos simultâneos; • Alto custo de acesso à fonte de informação; • Mensagens de erro durante a navegação; • Direitos autorais impedindo o acesso à informação completa.
<p>Suporte ao Usuário</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contato com o produtor da fonte; • Informações de ajuda na interface.
<p>Outras Observações Percebidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos que auxiliam o deficiente no uso da fonte; • Opção de consulta em outras línguas.

Fonte: Tomaél *et al.* (2004) *apud* Sales e Almeida (2007, p. 76-78).

No cenário jurídico contemporâneo, a pesquisa transcendeu as bibliotecas físicas, migrando para plataformas digitais impulsionadas por algoritmos de busca. Essas ferramentas, contudo, não são neutras, operam como que selecionam e ranqueiam informações com base em lógicas muitas vezes opacas. A "caixa preta" que envolve seus critérios de ranqueamento pode gerar vieses, privilegiando certas fontes ou doutrinas e, inadvertidamente, criando filtros que limitam a diversidade de perspectivas acessíveis ao pesquisador. Essa opacidade e o potencial de viés comprometem a transparência e a imparcialidade do processo de busca.

Portanto, é fundamental que o operador do Direito adote uma postura crítica, questionando os resultados apresentados e explorando múltiplas estratégias de busca para garantir a abrangência e a confiabilidade das fontes consultadas.

A inteligência artificial auxilia, mas o discernimento final sobre a relevância e fidedignidade da informação permanece sendo uma responsabilidade humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reforça a essencialidade da pesquisa bibliográfica para o Direito, um campo em constante evolução. Destacamos que a capacidade de selecionar fontes confiáveis no ambiente digital é crucial para a validade das análises jurídicas, exigindo um senso crítico apurado e metodologias sistemáticas para combater a desinformação e assegurar a atualização e a assertividade dos profissionais.

Em suma, a verificação da autoria e suas qualificações não é apenas um critério, mas o ponto de partida inegociável para qualquer pesquisa bibliográfica sólida, especialmente no Direito. Reconhecer a expertise, a formação e a trajetória de um autor é fundamental para validar a credibilidade e a profundidade de uma fonte, garantindo que o conhecimento construído esteja alicerçado em bases confiáveis e, conseqüentemente, que as análises jurídicas sejam robustas e éticas. Ignorar este passo primordial compromete a integridade de toda a pesquisa e a validade dos argumentos apresentados.

A publicação e a editora são pilares fundamentais no processo de compartilhamento do conhecimento, da cultura e da

informação. Publicar uma obra significa torná-la acessível ao público, dando voz ao autor e possibilitando que suas ideias, pesquisas ou narrativas alcancem leitores diversos. Já a editora desempenha um papel essencial como mediadora entre o autor e o leitor por isso é importante ter essas informações inclusas nas referências.

Ter atenção à objetividade e ao equilíbrio na hora de escolher uma fonte é essencial pra fazer uma pesquisa séria e confiável no Direito. Quando o autor mostra só um lado da história ou tenta empurrar uma opinião pessoal, a gente corre o risco de construir argumentos fracos ou tendenciosos. Já quando a fonte é equilibrada, a gente entende melhor o tema, vê os dois lados e consegue formar uma opinião própria com base em dados concretos. No fim das contas, isso faz toda a diferença num trabalho acadêmico ou até na prática profissional.

Fazendo essa pesquisa, eu pude perceber que a abrangência e a profundidade de uma fonte são a espinha dorsal de qualquer análise jurídica robusta. Não basta apenas tocar na superfície de um tema; é preciso mergulhar em suas múltiplas facetas, nuances e implicações. Essa capacidade de ir além de uma descrição superficial, manifestada na clareza dos conceitos e na riqueza da argumentação, é fundamental para construir um conhecimento sólido e para a atuação eficaz no Direito.

No contexto jurídico digital, a transparência dos algoritmos de busca é fundamental, exigindo que o pesquisador adote uma postura crítica diante dos resultados, priorizando fontes oficiais e acadêmicas em detrimento da popularidade, e aplicando critérios de avaliação como os de Sales e Almeida (2007) para verificar a confiabilidade, usabilidade e identificação das fontes. A inteligência

artificial pode auxiliar, mas o discernimento humano permanece insubstituível para garantir a fidedignidade e abrangência das informações, combatendo vieses da "caixa preta" algorítmica e assegurando a integridade da pesquisa jurídica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jhéssica Luara; NOGUEIRA DE MORAIS, Lindocastro; SANTOS DONATO ALVES, Ana Georgia. Importância da ética em pesquisa na área jurídica. In: **Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença**, v. 22, n. 2, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science of Technology**, New York, v. 37, p. 343-411, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTELETO, R. M. **Redes sociais, mediação e apropriação de informações**: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. *Revista Telfrac*, n.1, 2018.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 1(1). Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 19 maio 2025.

SALES, R.; ALMEIDA, P. P. Avaliação de fontes de informação na internet: avaliando o site Nupill/UFSC. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação**. Campinas, v. 4, n. 2, p. 67-87, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28155739_Avaliacao_de_fontes_de_informacao_na_internet_avaliando_o_site_do_NUPIILLUFS. Acesso em: 20 maio. 2025.

SANTOS, Anis Costa dos; CASARIN, Helen de Castro Silva. Critérios de avaliação de fontes informacionais utilizados por pesquisadores das áreas de Ciências Políticas, História e Sociologia. **IX SECIN**, 22 a 24 de agosto de 2022. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2022/secin2022/paper/view/801/609>. Acesso em: 19 maio 2025.

TOMAÉL, M. I. et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na Internet. In: TOMAÉL, Maria Inês.; VALENTIM, Marta. Lígia Pomim (org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004, p. 19-40.



O FICHAMENTO COMO FERRAMENTA
ESTRATÉGICA PARA CONCURSOS
PÚBLICOS NA ÁREA JURÍDICA



Josiele Almeida Souza
Juliana Silva de Moraes
Marcos Antônio de Souza Paes
João Guilherme Falcão de Lima
Geovanna Keverlly Lopes Paixão
Maria Clara Silva Alves
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: O presente artigo analisa a importância do fichamento como metodologia estratégica de estudo para candidatos a concursos públicos na área jurídica. A pesquisa bibliográfica realizada demonstra que o fichamento constitui uma ferramenta fundamental para organização, sistematização e retenção do conhecimento jurídico, contribuindo significativamente para o sucesso em certames públicos. O estudo aborda as diferentes modalidades de fichamento, suas aplicações específicas no estudo do Direito e os benefícios cognitivos decorrentes de sua utilização sistemática. Conclui-se que a adoção de técnicas adequadas de fichamento pode otimizar o processo de aprendizagem, melhorar a capacidade de argumentação jurídica e aumentar as chances de aprovação em concursos públicos, sendo especialmente relevante em um contexto de alta competitividade e grande volume de conteúdo a ser assimilado.

Palavras-chave: fichamento; concursos públicos; metodologia de estudo; direito; aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A preparação para concursos públicos na área jurídica representa um desafio complexo e multifacetado, caracterizado pela necessidade de assimilação de extenso conteúdo teórico, jurisprudencial e doutrinário. Neste contexto, a adoção de metodologias eficazes de estudo torna-se imperativa para o sucesso do candidato, destacando-se o fichamento como uma das principais ferramentas de organização e sistematização do conhecimento.

O fichamento, enquanto técnica de estudo consolidada no meio acadêmico, assume particular relevância no campo jurídico devido às características específicas desta área do conhecimento, que demanda não apenas memorização de conteúdos, mas também capacidade de análise, síntese e correlação entre diferentes institutos jurídicos. A natureza dinâmica do Direito, com suas constantes mudanças legislativas e evolutivas jurisprudenciais, exige do estudioso uma metodologia que permita atualização constante e rápida recuperação de informações.

A problemática que se apresenta é compreender de que forma o fichamento pode ser otimizado como ferramenta estratégica para candidatos a concursos públicos na área jurídica, considerando as especificidades desta modalidade de avaliação e as características do conhecimento jurídico. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a eficácia do fichamento como metodologia de estudo para concursos públicos jurídicos, e como objetivos específicos: identificar os tipos de fichamento mais adequados ao estudo do Direito; examinar as estratégias de implementação do fichamento na rotina de estudos; e avaliar os benefícios cognitivos decorrentes da utilização sistemática desta técnica.

A justificativa para esta pesquisa reside na crescente competitividade dos concursos públicos e na necessidade de otimização das metodologias de estudo empregadas pelos candidatos. A alta concorrência e o volume significativo de conteúdo exigem estratégias eficientes que maximizem o aproveitamento do tempo dedicado aos estudos e a retenção das informações essenciais para o êxito nas provas.

2 FICHAMENTO

2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO FICHAMENTO

O fichamento constitui uma técnica de estudo que consiste na elaboração de registros sintéticos e organizados das informações mais relevantes contidas em textos, obras ou documentos estudados. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o fichamento representa um processo de investigação que visa coletar, analisar e interpretar informações, constituindo-se como base fundamental para a construção do conhecimento científico.

Esta metodologia caracteriza-se pela sistematização das informações de forma hierarquizada e estruturada, permitindo ao estudioso criar um banco de dados pessoal que facilite a recuperação posterior das informações. O fichamento transcende a mera transcrição de trechos, exigindo do elaborador capacidade de síntese, análise crítica e estabelecimento de conexões conceituais.

Do ponto de vista cognitivo, o fichamento atua como facilitador do processo de aprendizagem ao promover a ativação de diferentes operações mentais. Durante a elaboração das fichas, o estudante exercita a leitura analítica, a capacidade de síntese, a organização lógica do pensamento e a memorização ativa. Estes processos contribuem para a construção de uma aprendizagem significativa, conforme preconizado por Ausubel (2003), na qual os novos conhecimentos se ancoram em estruturas cognitivas preexistentes.

2.2 TIPOS DE FICHAMENTO E SUAS APLICAÇÕES

A literatura especializada identifica diferentes modalidades de fichamento, cada uma adequada a objetivos específicos de estudo. O fichamento bibliográfico destina-se ao registro das informações essenciais sobre as fontes consultadas, incluindo dados como autor, título, editora, ano de publicação e outras informações relevantes para posterior referência.

O fichamento de resumo consiste na síntese das ideias principais do texto estudado, preservando a sequência lógica do raciocínio do autor, mas apresentando-a de forma condensada. Esta modalidade é particularmente útil para a revisão de conteúdos extensos e para a identificação rápida dos pontos centrais de uma obra.

O fichamento de citações envolve a transcrição literal de passagens consideradas relevantes, acompanhadas da indicação precisa da fonte. Este tipo de fichamento é fundamental para a fundamentação de argumentos e para a preservação da fidelidade ao pensamento original do autor citado.

Por fim, o fichamento de comentário ou analítico inclui as reflexões, críticas e observações pessoais do estudioso sobre o conteúdo estudado. Esta modalidade promove o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção de uma visão própria sobre os temas abordados, sendo especialmente valiosa na área jurídica, onde a capacidade argumentativa é essencial.

3 O FICHAMENTO NO CONTEXTO JURÍDICO

3.1 ESPECIFICIDADES DO ESTUDO DO DIREITO

O estudo do Direito apresenta características peculiares que o

distinguem de outras áreas do conhecimento, demandando metodologias específicas de aprendizagem. A ciência jurídica caracteriza-se pela interdisciplinaridade, pela constante evolução normativa e jurisprudencial, e pela necessidade de correlação entre teoria e prática.

Uma das principais especificidades do conhecimento jurídico reside na hierarquia das fontes do Direito, que estabelece precedência entre constituição, leis, decretos, jurisprudência e doutrina. Esta hierarquização exige do estudioso capacidade de organizar as informações respeitando tal ordem de importância, o que pode ser otimizado através de técnicas adequadas de fichamento.

A dinamicidade do ordenamento jurídico, com suas frequentes alterações legislativas e evolutivas jurisprudenciais, impõe ao estudioso a necessidade de atualização constante. Neste contexto, o fichamento assume papel fundamental ao permitir a incorporação sistemática de novos entendimentos e modificações normativas ao acervo de conhecimentos previamente organizados.

3.2 APLICAÇÃO DO FICHAMENTO EM DISCIPLINAS JURÍDICAS

A aplicação do fichamento nas disciplinas jurídicas deve considerar as especificidades de cada ramo do Direito. No Direito Constitucional, por exemplo, o fichamento deve privilegiar a sistematização dos princípios fundamentais, a organização dos direitos e garantias constitucionais, e o registro da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

No Direito Civil, o fichamento mostra-se particularmente útil para a organização dos institutos jurídicos segundo a estrutura do

Código Civil, permitindo a correlação entre parte geral e parte especial. A técnica facilita também o registro de entendimentos doutrinários divergentes e a evolução jurisprudencial sobre temas controversos.

Para o Direito Penal, o fichamento deve contemplar a sistematização dos tipos penais, a organização das causas de exclusão da ilicitude e da culpabilidade, e o registro das súmulas e precedentes dos tribunais superiores. A natureza taxativa do Direito Penal exige precisão conceitual que pode ser assegurada através de fichamentos detalhados.

No Direito Administrativo, caracterizado pela abundante produção jurisprudencial e pela constante evolução doutrinária, o fichamento assume papel estratégico na organização dos princípios administrativos, na sistematização dos atos administrativos e na atualização das orientações dos tribunais superiores sobre temas relevantes para concursos públicos.

4 ESTRATÉGIAS DE FICHAMENTO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

4.1 ORGANIZAÇÃO TEMPORAL E TEMÁTICA

A preparação para concursos públicos demanda organização temporal rigorosa, considerando os prazos para estudo e a extensão do conteúdo programático. Neste contexto, o fichamento deve ser estruturado de forma a otimizar o tempo disponível e maximizar a eficiência da aprendizagem.

Uma estratégia eficaz consiste na elaboração de cronograma de fichamento que contemple todas as disciplinas do edital, distribuindo o tempo de forma proporcional ao peso de cada

matéria na prova. Este planejamento deve considerar também a complexidade de cada disciplina e o nível de conhecimento prévio do candidato.

A organização temática do fichamento deve seguir preferencialmente a estrutura do programa do concurso, facilitando a localização posterior das informações durante as revisões. É recomendável a criação de sistema de codificação que permita identificação rápida do conteúdo, utilizando cores, símbolos ou numeração específica para cada disciplina.

Para concursos com grande volume de jurisprudência, sugere-se a criação de fichas específicas para súmulas, acórdãos relevantes e entendimentos consolidados dos tribunais superiores. Esta organização facilita a consulta durante as revisões e permite atualização constante conforme novos julgados sejam proferidos.

4.2 INTEGRAÇÃO COM OUTRAS TÉCNICAS DE ESTUDO

O fichamento não deve ser utilizado isoladamente, mas integrado a outras técnicas de estudo para maximizar sua eficácia. A combinação com mapas mentais, por exemplo, permite visualização gráfica das conexões entre diferentes conceitos jurídicos, facilitando a compreensão de temas complexos.

A integração do fichamento com a resolução de questões de provas anteriores constitui estratégia particularmente eficaz para concursos públicos. As fichas podem ser utilizadas como fonte de consulta rápida durante a análise das questões, permitindo identificação imediata dos conceitos envolvidos e dos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais relevantes.

O uso de tecnologias digitais pode potencializar os benefícios do

fichamento, através de aplicativos que permitem busca textual, criação de links entre fichas relacionadas e sincronização entre diferentes dispositivos. Estas ferramentas facilitam a atualização das fichas e permitem acesso ao conteúdo em qualquer local.

A técnica do espaçamento temporal, baseada na curva do esquecimento de Ebbinghaus, pode ser aplicada ao fichamento através de sistema de revisões programadas. As fichas devem ser revisitadas em intervalos crescentes, reforçando a memorização e identificando pontos que necessitam de aprofundamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no presente trabalho confirma a relevância do fichamento como ferramenta estratégica para candidatos a concursos públicos na área jurídica. As evidências apresentadas demonstram que esta metodologia, quando adequadamente aplicada, contribui significativamente para a organização, sistematização e retenção do conhecimento jurídico.

Os diferentes tipos de fichamento apresentam aplicações específicas no contexto do estudo do Direito, sendo o fichamento de citações fundamental para a preservação da precisão conceitual, o fichamento de resumo essencial para a síntese de conteúdos extensos, e o fichamento analítico importante para o desenvolvimento do raciocínio crítico.

As especificidades do conhecimento jurídico, caracterizado pela hierarquia das fontes, pela abstração conceitual e pela dinamicidade normativa, tornam o fichamento não apenas útil, mas necessário para o sucesso em concursos públicos. A técnica permite ao candidato criar banco de dados personalizado que

facilita a recuperação de informações e a atualização constante do conhecimento.

A integração do fichamento com outras técnicas de estudo e o uso de tecnologias digitais potencializam seus benefícios, permitindo otimização do tempo de estudo e melhoria da qualidade da aprendizagem. A organização temporal e temática adequada constitui fator determinante para o sucesso da metodologia.

Conclui-se que o fichamento, quando utilizado de forma sistemática e estratégica, constitui ferramenta indispensável para candidatos a concursos públicos na área jurídica, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais como organização, síntese, análise crítica e memorização. Sua adoção pode representar diferencial significativo em contexto de alta competitividade, maximizando as chances de aprovação do candidato.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos**

de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Monografia jurídica: uma visão prática**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.



A FUNÇÃO DOS TRABALHOS
ACADÊMICOS (RESUMO, RESENHA,
ARTIGO) NA FORMAÇÃO DO JURISTA



RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o papel dos principais gêneros textuais acadêmicos — resumo, artigo científico e resenha — na formação do jurista. Considerando que o exercício do Direito exige sólida base teórica, capacidade crítica e clareza argumentativa, a produção acadêmica contribui decisivamente para o amadurecimento intelectual do estudante de Direito. Através de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, destaca-se como essas produções desenvolvem competências de leitura, escrita e interpretação jurídica, essenciais para a atuação profissional. Ao final, conclui-se que a prática constante desses trabalhos é indispensável para a construção de uma postura crítica, reflexiva e tecnicamente apurada do futuro operador do Direito.

Palavras-chave: formação jurídica; trabalhos acadêmicos; resumo; artigo; resenha.

1 INTRODUÇÃO

A formação do jurista contemporâneo demanda não apenas o domínio da legislação, doutrina e jurisprudência, mas também o desenvolvimento de habilidades comunicativas, críticas e científico e a resenha — desempenham papel fundamental na consolidação do conhecimento jurídico, permitindo que o estudante interaja ativamente com os textos e elabore suas próprias compreensões.

Ao longo da graduação em Direito, o aluno é constantemente desafiado a ler textos densos, interpretar normas e elaborar respostas argumentativas. Esses desafios exigem domínio da linguagem técnica, clareza de pensamento e capacidade de análise.

Os gêneros acadêmicos surgem, assim, como ferramentas metodológicas indispensáveis para o desenvolvimento dessas competências.

Além disso, o envolvimento com a produção acadêmica também contribui para o estímulo à pesquisa científica, à autonomia intelectual e à capacidade de participar de debates acadêmicos e profissionais. Ao exercitar-se nesses formatos, o estudante aprende não apenas a reproduzir o conhecimento, mas também a questioná-lo, ampliando sua visão crítica sobre o Direito e a sociedade. Este trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre como esses gêneros acadêmicos contribuem para a formação técnica, crítica e argumentativa do estudante de Direito, enfatizando o papel que cada um desempenha nesse processo formativo.

2 O RESUMO COMO INSTRUMENTO DE SÍNTESE E COMPREENSÃO

O resumo é um gênero textual fundamental na vida acadêmica e profissional do jurista. Ele tem como objetivo apresentar, de forma sintética, os principais argumentos, conceitos e conclusões de uma obra. A elaboração de resumos contribui para o desenvolvimento de habilidades de leitura analítica, capacidade de síntese, identificação de ideias centrais e objetividade — competências indispensáveis para lidar com o volume e a complexidade dos textos jurídicos.

Na prática jurídica, o profissional frequentemente precisa analisar e condensar decisões judiciais, pareceres, leis e doutrinas. A experiência adquirida na redação de resumos durante a vida

acadêmica proporciona o treino necessário para desenvolver relatórios jurídicos claros e objetivos, além de possibilitar uma compreensão mais eficaz dos conteúdos estudados.

Outro aspecto relevante é que o resumo exige uma leitura atenta e criteriosa do texto-base, o que contribui para a formação de uma postura ativa diante da leitura. O estudante que resume é compelido a interpretar, selecionar informações e reformular o conteúdo com suas próprias palavras, o que facilita a aprendizagem significativa e o domínio do vocabulário técnico-jurídico. Portanto, o resumo se apresenta como uma ferramenta valiosa de estudo e prática profissional.

3 O ARTIGO CIENTÍFICO E O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO JURÍDICO

O artigo científico é um dos mais sofisticados instrumentos de formação acadêmica, pois estimula o estudante a realizar uma investigação aprofundada sobre um tema jurídico, estruturando seu raciocínio por meio de hipóteses, argumentos e fundamentações teóricas. Trata-se de uma produção textual que exige não apenas conhecimento, mas também método, organização e espírito crítico.

Ao redigir um artigo científico, o estudante deve dominar as técnicas de pesquisa, selecionar bibliografia adequada, interpretar dados e posicionar-se frente aos diferentes pontos de vista existentes. Essa atividade fortalece o raciocínio lógico, a capacidade de argumentar com coerência e coesão, além de treinar a redação técnica — elementos centrais para o exercício da advocacia, da magistratura e da docência.

O processo de elaboração do artigo também envolve o respeito às normas técnicas de formatação e citação (como as da ABNT), habilidades que são exigidas tanto no meio acadêmico quanto profissional. Publicar artigos pode ser o primeiro passo para a inserção do aluno em eventos científicos, revistas jurídicas e grupos de pesquisa, promovendo o reconhecimento de sua produção intelectual e o aprofundamento em áreas específicas do Direito.

Portanto, o artigo científico deve ser valorizado como um exercício de maturidade acadêmica e de formação profissional sólida, que promove não apenas o conhecimento, mas também a autonomia e a inovação no campo jurídico.

Figura 1 - Resumo, Resenha e Artigo



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

4 A RESENHA COMO LEITURA CRÍTICA E POSICIONAMENTO INTELLECTUAL

A resenha crítica, por sua vez, é um instrumento poderoso para o desenvolvimento da leitura reflexiva e da argumentação jurídica. Diferentemente do resumo, que busca a objetividade e a síntese, a resenha exige uma postura analítica, interpretativa e avaliativa frente ao texto.

Ao produzir uma resenha, o estudante precisa compreender o

conteúdo da obra, identificar sua estrutura argumentativa, apontar as contribuições e as fragilidades do autor, e posicionar-se frente às ideias apresentadas. Essa prática estimula o pensamento autônomo, a articulação de ideias e o diálogo com diferentes perspectivas doutrinárias.

Na esfera jurídica, essas competências são indispensáveis. O operador do Direito deve ser capaz de interpretar textos legais e doutrinários com profundidade crítica, avaliar jurisprudências e construir suas próprias teses com fundamento e clareza. A resenha permite esse tipo de treinamento, além de desenvolver a capacidade de sintetizar argumentos alheios e compará-los com outros posicionamentos.

Além disso, a prática constante da resenha proporciona maior domínio da escrita técnica e do vocabulário jurídico, preparando o estudante para enfrentar debates acadêmicos e profissionais com segurança e consistência. É, portanto, uma ferramenta de formação integral, que alia leitura, interpretação, crítica e produção textual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, os gêneros textuais acadêmicos desempenham papel de destaque na formação do jurista, não apenas pela contribuição que oferecem ao processo de aprendizagem, mas pela preparação que proporcionam para os desafios do exercício profissional. O resumo desenvolve a capacidade de leitura e síntese; o artigo, o raciocínio lógico e argumentativo; e a resenha, o senso crítico e a análise aprofundada.

Essas produções constituem o alicerce para a construção de uma postura reflexiva, analítica e ética frente ao Direito e à sociedade. A prática acadêmica permite ao futuro operador do Direito compreender melhor os fundamentos da ciência jurídica, reconhecer a importância do debate teórico e aplicar esse conhecimento na solução de conflitos reais.

Diante disso, é imprescindível que as instituições de ensino jurídico incentivem, de forma contínua, a elaboração de trabalhos acadêmicos como parte integrante da formação do bacharel em Direito. O domínio da linguagem escrita, o hábito da leitura crítica e a capacidade de sistematização do conhecimento são competências indispensáveis à atuação jurídica de excelência.

Conclui-se, portanto, que a valorização da produção acadêmica deve estar no centro do projeto pedagógico do curso de Direito, não como um fim em si mesmo, mas como meio de formação intelectual e cidadã do jurista.

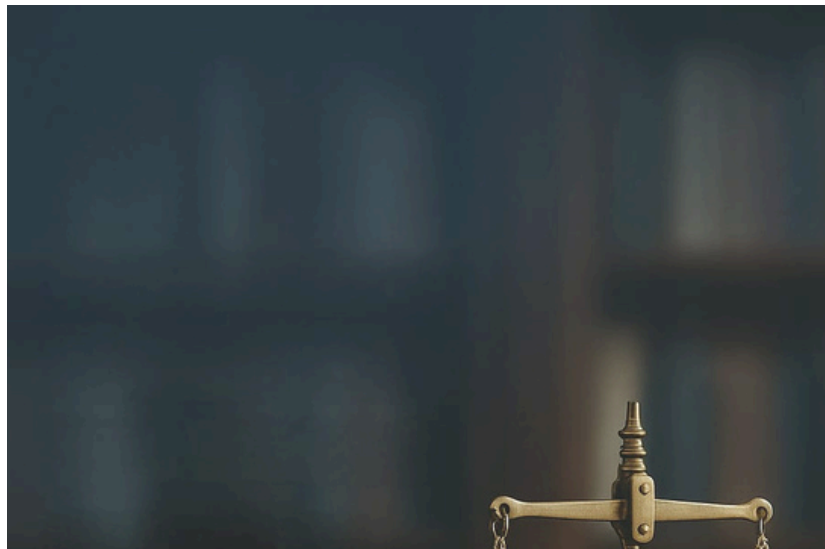
REFERÊNCIAS

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é o direito**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FAUSTO, Paulo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2017.

NOGUEIRA, André. **Escrita jurídica**: clareza e precisão no texto do jurista. Curitiba: Juruá, 2020.



A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE PESQUISA CIENTÍFICA APLICADOS AO DIREITO



Bruna Gomes da Silva
Carlos Lima dos Santos
Francileno Oliveira da Silva
Marvin Dikaimi Ribeiro Davila
Shirlene Marinho Pereira
Kellen Cristina Encarnação Moraes

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a importância da aplicação de métodos de pesquisa científica no campo jurídico, visando superar a tradicional abordagem dogmática e normativista que ainda predomina nos estudos do Direito. Parte-se da premissa de que a complexidade do fenômeno jurídico exige metodologias compatíveis com sua natureza normativa, axiológica e sociopolítica. O objetivo central é examinar os principais métodos científicos utilizados na pesquisa jurídica — dedutivo, indutivo, dialético, empírico e o estudo de caso — destacando sua contribuição para uma análise mais crítica, contextualizada e interdisciplinar do Direito. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, e defende que a integração entre métodos teóricos e empíricos fortalece a formação de juristas mais conscientes, criativos e comprometidos com a justiça social. Além disso, ressalta-se a relevância da revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo e estudos de caso como instrumentos fundamentais para a produção de um saber jurídico mais realista e transformador. O estudo conclui que a adoção sistemática de métodos científicos na pesquisa jurídica é essencial para renovar o ensino do Direito, ampliar a consciência crítica dos profissionais e promover soluções jurídicas mais eficazes, democráticas e socialmente responsáveis.

Palavras-chave: direito; pesquisa científica; metodologia jurídica; interdisciplinaridade; crítica social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a importância da aplicação de métodos de pesquisa científica no campo jurídico. Historicamente, o estudo do Direito esteve ancorado em uma

abordagem dogmática, centrada na interpretação das normas. No entanto, as profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas das últimas décadas demandam uma nova postura investigativa, que aproxime o conhecimento jurídico da realidade concreta em que se insere.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de compreender o Direito como um fenômeno social complexo e dinâmico, que, para ser plenamente analisado, deve dialogar com outras áreas do saber. Nesse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte problemática: de que forma os métodos científicos podem contribuir para uma compreensão mais crítica e abrangente do Direito?.

Parte-se da hipótese de que a utilização apropriada de métodos científicos — notadamente o método qualitativo, o empírico e o estudo de caso — representa um instrumento valioso para o aprimoramento da formação acadêmica e prática do jurista, favorecendo análises mais rigorosas, reflexivas e contextualizadas.

O objetivo geral da pesquisa é examinar os principais métodos científicos aplicáveis ao Direito, destacando suas características, formas de aplicação e relevância para a construção de um pensamento jurídico crítico. Para isso, adota-se uma metodologia qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, por ser mais adequada ao desenvolvimento teórico proposto.

A aplicação de métodos científicos no Direito contribui de forma significativa para a formação de profissionais mais conscientes, críticos e comprometidos com a justiça social. De acordo com Ferraz Jr. (2003), o Direito deve ser compreendido para além de um sistema normativo fechado, considerando-se sua dimensão sociopolítica. Essa perspectiva permite enxergar o Direito como

uma prática inserida em contextos históricos e sociais, e não apenas como técnica jurídica. Já Gil (2008) enfatiza que a formulação de um problema de pesquisa claro e bem delimitado é essencial para o avanço do conhecimento. Esse entendimento reforça a necessidade de rigor e precisão na delimitação temática das investigações jurídicas. Por sua vez, Lakatos e Marconi (2017) argumentam que a adoção de métodos científicos fortalece a consistência e a credibilidade dos resultados obtidos. Essa observação evidencia o valor de uma abordagem metodológica sistemática para assegurar resultados válidos e aplicáveis à realidade.

Diante dessas considerações, percebe-se que a incorporação de métodos científicos na pesquisa jurídica não apenas enriquece o processo de produção do conhecimento, mas também amplia a capacidade crítica do pesquisador e fortalece o papel do Direito como instrumento de transformação social.

2 A CIÊNCIA DO DIREITO E SEU OBJETO DE ESTUDO

A ciência jurídica tem como objeto o estudo das normas que regulam a convivência humana, diferenciando-se das ciências naturais, que investigam fenômenos observáveis e quantificáveis. Bobbio (2007) ressalta que o Direito possui uma natureza normativa, o que exige um esforço teórico que ultrapasse a mera descrição para envolver a interpretação e sistematização das normas, já que seu objeto é marcado pela historicidade, pela linguagem e pelos valores envolvidos, o que demanda metodologias compatíveis com essa complexidade.

Dallari (2019) aponta que o Direito não deve ser reduzido a uma

mera técnica de controle social, pois é fundamentado em princípios éticos e políticos que refletem tanto a organização do Estado quanto os valores da sociedade. Portanto, a compreensão do objeto jurídico requer uma abordagem que leve em consideração seu caráter normativo, axiológico e institucional.

2.1 CONHECIMENTO JURÍDICO: ENTRE DOGMÁTICA E CRÍTICA

A produção do conhecimento jurídico oscila entre abordagens dogmáticas e críticas. A dogmática tem como objetivo interpretar e aplicar as normas do ordenamento jurídico vigente de maneira sistemática, cumprindo uma função estabilizadora e legitimadora do sistema, conforme Bobbio (2007) destaca. Em contrapartida, a abordagem crítica examina o Direito como um fenômeno político e social, identificando seus limites, omissões e contradições.

Cunha Júnior (2021) enfatiza que o conhecimento jurídico não pode se limitar a uma função meramente descritiva das normas, devendo contemplar também a análise das estruturas de poder e das desigualdades sociais que o Direito pode reforçar ou ignorar. Dessa forma, a escolha do método de pesquisa influencia diretamente a profundidade e o alcance das análises produzidas.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE PESQUISA JURÍDICA

3.1 MÉTODOS TEÓRICOS: DEDUTIVO, INDUTIVO E DIALÉTICO

O método dedutivo parte de premissas gerais para a análise de casos concretos, sendo amplamente aplicado no estudo das normas jurídicas, conforme Silva (2018) ressalta ao tratar da

aplicabilidade das normas constitucionais. Já o método indutivo, frequentemente associado à pesquisa empírica, constrói generalizações teóricas a partir da observação de fatos, conforme explicado por Lakatos e Marconi (2017).

O método dialético, por sua vez, considera a realidade jurídica como contraditória e em transformação ao longo do tempo, sendo especialmente útil para abordagens críticas. Miguel (2018) destaca que essa perspectiva dialética é essencial para compreender o Direito em sua relação com os conflitos sociais, permitindo uma análise que ultrapasse o positivismo jurídico.

3.2 MÉTODOS EMPÍRICOS APLICÁVEIS AO DIREITO

Apesar do caráter tradicionalmente teórico e normativo do Direito, ele também pode ser objeto de investigações empíricas. Instrumentos como pesquisas de campo, entrevistas, estudos de caso e análises estatísticas têm sido cada vez mais utilizados para entender os impactos concretos da legislação e das decisões judiciais, conforme destaca García (2020).

No âmbito do Direito Constitucional, Tavares (2020) ressalta que a análise empírica das decisões do Supremo Tribunal Federal tem revelado padrões e tendências que não seriam evidentes em abordagens puramente dogmáticas. Assim, os métodos empíricos constituem um complemento importante para a compreensão do Direito em sua aplicação prática.

4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA NO CAMPO JURÍDICO

4.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL

A revisão bibliográfica é um procedimento fundamental para mapear o estado atual do conhecimento sobre um tema jurídico, identificar lacunas e orientar a formulação do problema de pesquisa, conforme defendem Lakatos e Marconi (2017). Já a análise documental é central no Direito, pois seu objeto de estudo frequentemente se encontra em normas, jurisprudências, pareceres e atos administrativos. García (2020) enfatiza que a análise crítica desses documentos é um dos principais métodos da pesquisa dogmática, permitindo uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico.

4.2 ESTUDO DE CASO E PESQUISA DE CAMPO

O estudo de caso possibilita a análise aprofundada de situações jurídicas específicas, como decisões judiciais paradigmáticas ou conflitos institucionais relevantes. Já a pesquisa de campo oferece uma visão mais direta da realidade, por meio de entrevistas com operadores do Direito, observações em fóruns ou aplicação de questionários. Miguel (2018) afirma que essas técnicas são fundamentais para produzir um conhecimento jurídico mais realista e comprometido com a transformação social, sobretudo quando utilizadas em conjunto com referenciais teóricos sólidos.

5 CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A PRODUÇÃO DO SABER JURÍDICO

5.1 SUPERAÇÃO DO FORMALISMO E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

A aplicação de métodos científicos no Direito permite superar práticas formais e repetitivas, abrindo espaço para abordagens mais criativas e críticas. Cunha Júnior (2021) destaca que a ciência jurídica deve questionar seus próprios fundamentos e propor soluções jurídicas inovadoras e inclusivas. Dallari (2019) complementa ao afirmar que a metodologia científica reforça a função transformadora do Direito, aproximando o saber jurídico das demandas sociais concretas.

5.2 INTERDISCIPLINARIDADE E INOVAÇÃO NA PESQUISA JURÍDICA

A pesquisa jurídica ganha em riqueza quando adotada uma perspectiva interdisciplinar, que possibilita o diálogo com áreas como Sociologia, Filosofia, Economia e Psicologia. Bobbio (2007) salienta que o conhecimento jurídico não pode ser isolado, pois sofre influência de diversos fatores sociais, políticos e culturais. García (2020) reforça que a inovação metodológica, aliada à interdisciplinaridade, é caminho essencial para tornar o Direito mais eficaz e responsivo aos desafios contemporâneos.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA APLICAÇÃO DE MÉTODOS CIENTÍFICOS AO DIREITO

6.1 LIMITAÇÕES DA DOGMÁTICA JURÍDICA TRADICIONAL

A predominância da tradição dogmática e positivista no ensino jurídico ainda representa um obstáculo à adoção de métodos científicos mais abrangentes. Silva (2018) ressalta que a resistência à crítica e à interdisciplinaridade impede o avanço da ciência jurídica no Brasil em direção a uma prática mais reflexiva e responsável. Dallari (2019) destaca que superar essa limitação depende da formação de juristas com pensamento autônomo e espírito crítico, capazes de atuar tanto na produção do conhecimento quanto na transformação da realidade social.

6.2 FORMAÇÃO METODOLÓGICA NOS CURSOS DE DIREITO

É urgente fortalecer a formação metodológica nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Miguel (2018) afirma que o ensino jurídico precisa incorporar sistematicamente conteúdos de epistemologia, lógica, técnicas de pesquisa e análise de dados. Tavares (2020) acrescenta que essa formação é indispensável para que futuros profissionais desenvolvam pesquisas científicas de qualidade, contribuam para o avanço do saber jurídico e atuem com responsabilidade social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação de métodos de pesquisa científica ao Direito revela-

se fundamental para a superação de paradigmas reducionistas e para o fortalecimento de uma ciência jurídica comprometida com a realidade social. A pluralidade metodológica, que abrange desde abordagens teóricas até procedimentos empíricos, possibilita uma compreensão mais completa e crítica dos fenômenos jurídicos.

Nesse contexto, a adoção consciente e adequada dos métodos científicos contribui para uma produção acadêmica mais rigorosa, fundamentada e relevante, promovendo o diálogo interdisciplinar e a construção de soluções jurídicas mais efetivas e democráticas. Ainda que persistam desafios, como o predomínio da dogmática tradicional e a insuficiente formação metodológica nos cursos de Direito, o fortalecimento da pesquisa científica constitui um caminho indispensável para a evolução do pensamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

CUNHA JÚNIOR, José Carlos. **Crítica e poder no direito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Introdução ao estudo do direito**. 22. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

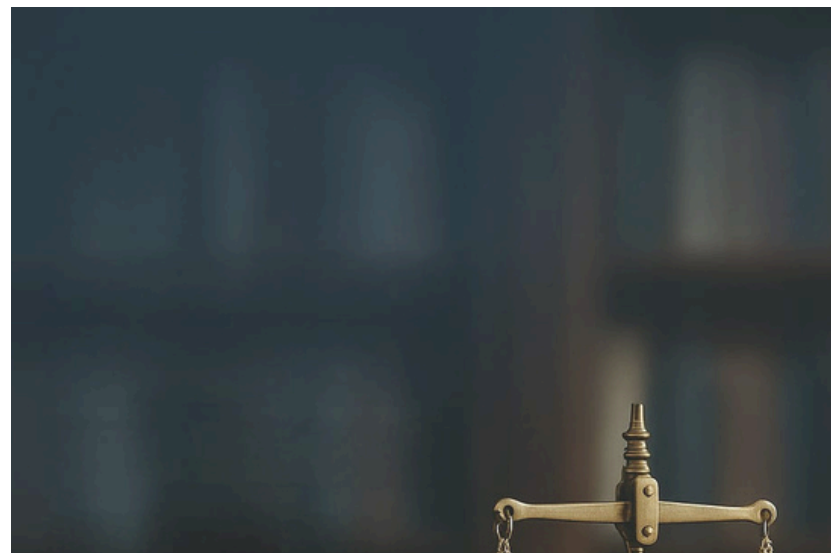
GARCÍA, Ana María. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. Madrid: Editorial Jurídica, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIGUEL, Paulo Sérgio. **Métodos e técnicas da pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.

SILVA, Roberto. **Princípios constitucionais e métodos jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TAVARES, Lucas. **Jurisprudência e pesquisa empírica no direito constitucional**. Brasília: Editora UnB, 2020.



O MÉTODO DEDUTIVO E O MÉTODOS INDUTIVO NA PESQUISA JURÍDICA



*Adryell de Souza Gonzales
Aias Silva de Queiroz
Gilbert da Costa Paes Barreto
Hilo Cristiano dos Reis Oliveira
José Leonardo Paixão de Andrade
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Este artigo analisa os métodos dedutivo e indutivo no contexto da pesquisa jurídica, buscando compreender suas aplicações, vantagens e limitações. Através de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, foram investigadas as características de cada método, evidenciando como o dedutivo parte de premissas gerais para conclusões particulares, enquanto o indutivo constrói generalizações com base em casos específicos. Os resultados apontam que a combinação equilibrada desses métodos pode enriquecer a investigação jurídica, permitindo maior profundidade teórica e empírica. Conclui-se que a escolha entre dedução e indução deve considerar os objetivos específicos da pesquisa, sua natureza e os dados disponíveis.

Palavras-chave: método dedutivo; método indutivo; pesquisa jurídica.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os métodos dedutivo e indutivo, fundamentais para a pesquisa jurídica, com o intuito de compreender como esses métodos contribuem para o desenvolvimento do raciocínio jurídico e da produção científica no campo do Direito. A escolha do tema se justifica pela necessidade de esclarecer as formas de raciocínio utilizadas por juristas e pesquisadores. Como problema de pesquisa, questiona-se: de que maneira os métodos dedutivo e indutivo se aplicam à pesquisa jurídica e quais são suas principais contribuições? A hipótese é de que a aplicação adequada desses métodos potencializa a produção

de conhecimento jurídico. O objetivo geral é analisar comparativamente os métodos dedutivo e indutivo, e os objetivos específicos são: a) conceituar ambos os métodos; b) apresentar exemplos práticos de suas aplicações no campo jurídico. A metodologia empregada é bibliográfica e qualitativa, com base em autores clássicos e contemporâneos. Os resultados indicam que o uso combinado e criterioso desses métodos proporciona resultados mais completos e fundamentados na pesquisa jurídica.

2 MÉTODO DEDUTIVO

O método dedutivo baseia-se na lógica formal, partindo de premissas gerais para conclusões específicas. Na pesquisa jurídica, é frequentemente utilizado para aplicar normas gerais a casos concretos. Por exemplo, ao se partir do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana para resolver um caso específico de violação de direitos, está-se aplicando o raciocínio dedutivo. Esse método é amplamente adotado em decisões judiciais e na elaboração de pareceres jurídicos.

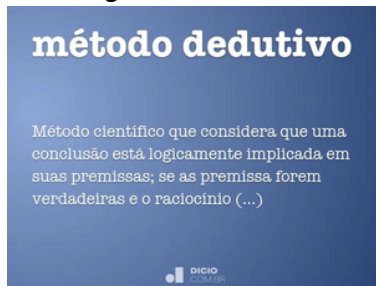
3 MÉTODO INDUTIVO

O método indutivo opera em sentido inverso ao dedutivo. Parte-se da observação de casos específicos para a formulação de generalizações. Na pesquisa jurídica, é empregado em estudos empíricos e análises sociológicas do Direito. Por exemplo, ao observar diversas decisões judiciais sobre um mesmo tema e extrair uma tendência interpretativa, o pesquisador está utilizando o método indutivo. Esse método é essencial para a construção de

teorias a partir da prática jurídica.

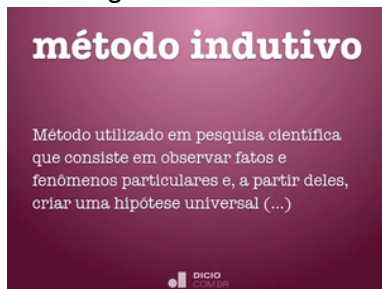
Além disso, o método indutivo permite uma compreensão mais dinâmica e realista do Direito, especialmente em contextos nos quais a legislação não acompanha, na mesma velocidade, as transformações sociais. Ao analisar comportamentos, práticas e decisões reiteradas, o pesquisador pode identificar padrões normativos que, muitas vezes, acabam influenciando tanto a doutrina quanto futuras formulações legislativas. Dessa forma, a indução não apenas revela como o Direito é aplicado na prática, mas também contribui para sua evolução e aprimoramento.

Figura 1 - Método dedutivo



Fonte: Dicio, Dicionário online /Google (2025).

Figura 2 - Método indutivo



Fonte: Dicio, Dicionário online /Google (2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, constata-se que os métodos dedutivo e indutivo são ferramentas indispensáveis para a pesquisa jurídica, cada qual com características próprias, mas que se complementam na construção do conhecimento no campo do Direito. O método dedutivo, fundamentado na lógica formal, demonstra ser essencial para a aplicação de normas gerais a casos concretos, conferindo segurança, coerência e previsibilidade às decisões jurídicas. Por outro lado, o método indutivo revela sua importância ao possibilitar a formulação de generalizações e teorias a partir da análise de múltiplos casos, permitindo compreender como o Direito se manifesta na prática e se adapta às transformações sociais.

Os resultados deste estudo confirmam a hipótese inicialmente proposta, na medida em que a utilização adequada e criteriosa de ambos os métodos potencializa a produção científica e fortalece a fundamentação teórica e prática no âmbito jurídico. Além disso, ficou evidente que a articulação entre dedução e indução contribui não apenas para o desenvolvimento do raciocínio jurídico, mas também para a elaboração de soluções mais justas e contextualizadas.

É possível afirmar que o domínio desses métodos não se limita ao campo acadêmico, mas também se estende à prática profissional, sendo essencial para a atuação de advogados, magistrados, promotores e demais operadores do Direito. A correta aplicação dos métodos dedutivo e indutivo favorece uma interpretação mais precisa das normas jurídicas, bem como uma melhor compreensão dos fenômenos sociais que impactam o

ordenamento jurídico.

Ademais, observa-se que, em um cenário de constante evolução normativa e de crescente complexidade das relações sociais, a utilização isolada de um único método pode ser insuficiente. Assim, a integração entre o raciocínio dedutivo e indutivo se mostra cada vez mais necessária, permitindo que o pesquisador e o operador do Direito transitem entre a segurança proporcionada pela lógica normativa e a adaptabilidade exigida pela realidade fática.

Além disso, observa-se que o avanço da sociedade, aliado às constantes transformações tecnológicas, sociais e econômicas, impõe novos desafios à pesquisa jurídica. Nesse contexto, o uso adequado dos métodos dedutivo e indutivo permite não apenas a interpretação e aplicação das normas, mas também a construção de soluções inovadoras para problemas jurídicos complexos.

Portanto, compreender as potencialidades e os limites de cada método é fundamental para juristas, pesquisadores e operadores do Direito que buscam aprofundar a análise dos fenômenos jurídicos. A pesquisa jurídica, quando fundamentada em métodos científicos bem delimitados, tende a produzir resultados mais robustos, contribuindo de forma efetiva para a evolução do Direito e para o aprimoramento da justiça.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Técnicas para elaboração dos trabalhos de graduação. *In*: ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 25-38.

KNOWLES, Malcolm. **The adult learner**: a neglected species. Houston: Gulf Publishing, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de**

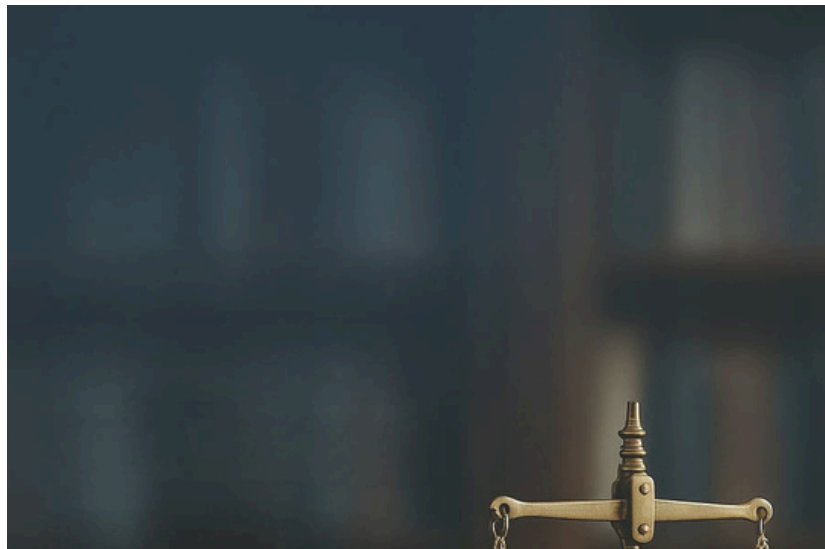
pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira. A prática retórica de escrita de fichamento como ferramenta de incentivo à pesquisa e ao planejamento textual de outros gêneros acadêmicos.

Revista Multidebates, Palmas-TO, v.3, n.1, p. 9-23, março de 2019.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica:** passo a passo. São Paulo: Método, 2015. 183p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



O USO DA TECNOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA JURÍDICA: ferramentas digitais e repositórios online



RESUMO: Em um ambiente permeado por mudanças, onde se tem a pesquisa acadêmica e o uso da tecnologia, como instrumentos que reconfiguram o acesso ao conhecimento jurídico, redefinindo a maneira de como é produzido, acessado e compartilhado. O avanço da internet surge com novas ferramentas que ampliam o acesso às fontes e otimizam a organização do conteúdo acadêmico. Diante dessa realidade, seu uso levanta preocupações éticas quanto ao seu uso indevido e a conduta acadêmica. Nessa perspectiva, visões doutrinárias exigem que seu uso seja transparente, evitando a prática de desinformação e vies discriminatório quanto ao uso das plataformas digitais.

Palavras-chave: tecnologia; pesquisa jurídica; ferramentas digitais.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa no meio acadêmico contribui para o avanço do conhecimento e do desenvolvimento social. No âmbito jurídico, ela requer estudo e leitura por parte dos acadêmicos, que devem recorrer a fontes confiáveis, por meio de artigos, livros, sites, periódicos entre outros. Com o avanço da internet e das tecnologias da informação, surgiram novas ferramentas (softwares) que ampliaram o acesso às fontes e otimizaram a organização do conteúdo acadêmico, representando um marco no compartilhamento do conhecimento.

O uso dessas inovações tecnológicas auxilia na criação de produções acadêmicas, na análise de dados e na elaboração de

argumentos jurídicos, redefinindo a forma como o conhecimento jurídico está sendo produzido, acessado e compartilhado. Neste contexto, a conduta acadêmica gera preocupações associadas aos desafios éticos, sociais e metodológicos, no qual as ferramentas digitais podem ser usadas indevidamente para a criação de textos ou plágio de conteúdos, ferindo os princípios fundamentais da integridade científica, como originalidade, transparência e responsabilidade (Wager & Wiffen, 2011).

Logo, plataformas como: Google Acadêmico, ResearchGate, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), não apenas ampliaram o alcance das pesquisas acadêmicas, mas também criaram acervos jurídicos para a construção de redes colaborativas, certificando-se da confiabilidade das informações disponibilizadas (Streck, 2014). Nessa perspectiva, os operadores de Direito precisam ter uma postura mais crítica, dinâmica e adaptada aos desafios da era digital.

Para enriquecer a fundamentação teórica deste trabalho, optou-se pelas obras: Introdução ao Estudo do Direito (Ferraz Jr.), Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica (Streck) e Direito, Tecnologia e Cultura (Ronaldo Lemos). Essa base teórica permite uma visão doutrinária dos autores e uma reflexão sobre como as ferramentas digitais e os repositórios online estão reconfigurando o campo jurídico, promovendo avanços significativos, mas também exigindo um olhar atento às suas implicações, destacando a importância de uma abordagem crítica e inclusiva.

2 DIREITO E TECNOLOGIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

A história retrata que a relação entre o Direito e a Tecnologia, não deve ser compreendida como algo harmônico. Evento ocorrido na década de 20 e 30, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), em que o advogado da parte vencida solicitou a nulidade da sentença em ação penal, devido a mesma ter sido datilografada e apenas assinada pelo juiz da causa. Tendo como justificativa a impossibilidade de haver provas que confirmasse que a decisão teria sido deferida pelo magistrado, levantando a hipótese de ter sido escrita por qualquer pessoa. Diante desse pedido, o Tribunal rejeitou o argumento, justificando que não existia presunção do magistrado não ter lido o processo e subscrito a decisão. Esse episódio foi relatado, em um fórum promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), e o Ministro José Antônio Dias Toffoli, que ressaltou a importância do momento de transição e a resistência daquela época quanto à tecnologia.

Constata-se, que a partir desta curiosidade, discussões envolvendo o uso das tecnologias vem se tornando cada vez mais frequentes no âmbito jurídico, gerando opiniões diversas entre os doutrinadores. Segundo Weizenbaum (1974, p.23 apud Lima e Gouveia, 2024) “o homem deixou de acreditar na sua própria autonomia, e passou a confiar em máquinas autônomas, que funcionam durante longo período de tempo, unicamente com base nas suas próprias realidades internas”. No entanto, Childs (2016) esclarece que é o ser humano que determina o uso da tecnologia e suas consequências. Dessa forma, compete aos acadêmicos de Direito, a decisão de como integrar o uso das tecnologias em suas produções acadêmicas.

3 A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DIGITAIS

As ferramentas digitais, transformaram a forma como as produções acadêmicas jurídicas estão sendo pesquisadas, tornando o acesso ao conhecimento ágil, acessível e relevante. Tendo como objetivo estimular a pesquisa acadêmica das plataformas colaborativas (Google Acadêmico, Scielo, Jusbrasil) e dos softwares de gestão bibliográfica (Mendely e Zotero) que auxiliam na organização das referências. Ferraz Jr. (2003), enfatiza que o pensamento jurídico deve ser prático e adaptável às mudanças sociais. Para ele, o avanço tecnológico não é apenas um suporte, mas uma extensão da capacidade humana de resolver conflitos de maneira mais rápida e precisa.

Enquanto Streck (2014), destaca a importância das ferramentas digitais na hermenêutica constitucional, auxiliando na análise de precedentes, na construção de interpretações consistentes de um direito mais fundamentado, porém, justifica que a tecnologia deve ser aliada à ética e ao rigor teórico. Por outro lado, Lemos (2005), defende que a tecnologia é um instrumento fundamental para o compartilhamento do conhecimento e para a ampliação do acesso à justiça. Ele defende que ferramentas digitais possibilitam maior transparência, acessibilidade e participação cidadã nos processos sociais e jurídicos, evitando desigualdades ou abusos decorrentes de seu mau uso. De acordo, com os doutrinadores as tecnologias são vistas como facilitadoras da eficiência, democratização e coerência, mas demandam um equilíbrio entre inovação e preservação de valores éticos e jurídicos.

4 REPOSITÓRIOS ONLINE E O COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO

Os repositórios online como: ResearchGate, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), transformaram o acesso à literatura acadêmica e à legislação, um ambiente mais inclusivo para a produção e disseminação do conhecimento jurídico. Sob essa visão, Streck (2014), enfatiza que os repositórios online, podem auxiliar na criação de uma "comunidade hermenêutica", promovendo interpretações jurídicas mais inclusivas e pluralistas. Enquanto Ferraz Jr (2003), destaca que para que haja uma formação jurídica sólida é necessário um acesso diversificado e atualizado ao conhecimento, algo que as plataformas promovem ao disponibilizar uma vasta gama de conteúdo para acadêmicos.

Por sua vez, Lemos (2005), destaca a importância da tecnologia no compartilhamento do acesso à informação. E ressalta como o aplicativo "Mudamos", facilitou a coleta de assinaturas em projetos de lei de iniciativa popular, atuando como um repositório digital de propostas legislativas. Exemplo de como os repositórios digitais podem ser utilizados para fortalecer a participação cidadã e a inovação legislativa. As perspectivas dos doutrinadores mostram que os repositórios online exercem um papel fundamental na modernização das pesquisas acadêmicas, promovendo uma compreensão mais profunda e contextualizada das normas jurídicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços, o uso da tecnologia na pesquisa acadêmica jurídica enfrenta desafios significativos. Questões como a confiabilidade das fontes, a capacitação técnica e a proteção de dados exigem atenção redobrada. As ferramentas digitais e os repositórios online são aliados indispensáveis nessa evolução, proporcionando a eficiência nas análises e novas perspectivas ao estudo.

Mais do que adotar ferramentas digitais disponíveis, é necessário desenvolver uma postura reflexiva que permita utilizar a tecnologia de forma responsável e ética, contribuindo para a construção de um saber jurídico mais justo e acessível.

REFERÊNCIAS

CHILDS, Thomas. **Uma encruzilhada do século XXI: tecnologia e humanidade**. Coimbra:

Associação de Professores de Filosofia, 2016. Disponível em: https://www.apfilosofia.org/wp-content/uploads/2017/04/Uma-Encruzilhada-do-S%C3%A9culo-XXI-%E2%80%93Tecnologia-e-Humanidade_New.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação**. São Paulo: Atlas, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, F. (2020, junho 29). **Webinar | Fórum sobre Direito e Tecnologia**. 2020. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=LbVnv7a1wkU>. Acesso em: 23 maio 2025.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura: Para um direito da informação no século 21**. São Paulo: FGV Editora, 2005.

LIMA, F.; GOUVEIA, H. Os impactos do uso da IA na pesquisa jurídica. **Diké - Revista Jurídica**, v. 23, n. 26, p. 106-119. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/4368>.

Acesso em: 24 maio 2025.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e decisão jurídica: hermenêutica e metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WAGNER, E., & WIFFEN, P. J. (2011). Questões éticas na preparação e publicação de revisões sistemáticas. **Journal of Evidence-Based Medicine**, 4(2), 130–134.
Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1756-5391.2011.01122.x>. Acesso em: 25 maio 2025.



DIFERENÇAS ENTRE CONHECIMENTO EMPÍRICO, FILOSÓFICO E CIENTÍFICO NO CONTEXTO JURÍDICO



*Anthonella Rosmery Vera Amoroso
Josué Warlleson de Souza Lira
Lidia Moreira e Moreira
João Emerson Ferreira da Silva
Julyane Serra da Silva
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar as principais diferenças entre o conhecimento empírico, filosófico e científico, com ênfase em suas aplicações e influências no campo jurídico. Cada tipo de conhecimento contribui de forma distinta para a construção do saber jurídico, sendo o empírico associado à experiência cotidiana, o filosófico à reflexão crítica e o científico à produção sistemática e metodológica de saberes. Por meio de revisão bibliográfica e análise comparativa, busca-se evidenciar como essas formas de conhecer se articulam e impactam as práticas do Direito. Conclui-se que a articulação entre essas formas de conhecimento enriquece o pensamento jurídico e amplia sua capacidade crítica e analítica diante da complexidade social contemporânea.

Palavras-chave: conhecimento; filosofia; ciência; direito.

1 INTRODUÇÃO

Nos campos legais, a construção do conhecimento é influenciada por uma variedade de formas de conhecimento que sempre envolvem diálogos de prática profissional e reflexão teórica. O conhecimento jurídico não é apenas formado a partir da lei, mas também de uma maneira pela qual os especialistas jurídicos observam, interpretam e usam normas levando em consideração a complexidade das relações humanas e sociais. Nesse sentido, precisamos enfatizar o conhecimento de três formas básicas: empírico, filosófico e científico.

O conhecimento empírico permite que os advogados

reconheçam padrões sociais, entendam o comportamento e desenvolvam estratégias com base em observações diretas dos fatos. Por exemplo, acaba sendo uma maneira de advogados, juízes e outros operadores legais desenvolverem conhecimentos especializados durante medidas reais. Esse é o conhecimento que não depende da validação sistemática ou acadêmica, mas é extremamente importante para ações práticas e intuição profissional.

Conhecimento filosófico significa que os fundamentos da lei, o valor a favor das normas legais e as limitações das medidas do Estado causarão reflexão crítica. As leis à luz dos princípios éticos, políticos e morais são questionados e reinterpretados por filosofias que nos permitem entender conceitos como justiça, igualdade, liberdade e dignidade humana. Sem esse remorso, temos o direito de ser um instrumento de opressão e formalismo vazio.

O conhecimento científico busca demonstrar a prática jurídica por meio de métodos sistemáticos com base em dados, análise e lógica rigorosa. A lei prevê que fornecem respostas mais precisas e coerentes para questões sociais, pois a pesquisa é usada como uma ferramenta para apoiar decisões e propostas de mudança no sistema jurídico. Com outros desenvolvimentos em tecnologia e natureza interdisciplinar, esse tipo de conhecimento sobre o desenvolvimento da política pública e a interpretação da justiça tornou -se cada vez mais relevante.

2 CONHECIMENTO

O conhecimento empírico é baseado em experiência real, observações diretas de fenômenos e sensações. Está enraizado na

vida cotidiana dos operadores legais e é sempre usado, mesmo que não seja codificado. O advogado que acompanha várias audiências, juízes que analisam repetidamente casos semelhantes ou policiais que observam comportamentos típicos quando ocorrem adquire todo o conhecimento empírico durante a prática profissional.

Esse tipo de conhecimento é intuitivo, informal e é frequentemente construído por meio de experimentos e erros. Embora não haja validação científica, é de grande valor prático e é um ponto de partida para considerações mais profundas e decisões diretas no campo legal.

O conhecimento filosófico fornece conhecimento abstrato, mas também uma perspectiva importante sobre a lei. É baseado na razão, na lógica do argumento e na reflexão crítica sobre os fundamentos do conhecimento e do comportamento humano. Em um contexto legal, esse tipo de conhecimento surge através de questões de justiça, a moralidade da lei, a legitimidade do poder e os direitos universais do homem. Ao estudar filósofos como Platão, Aristóteles, Kant e Habermas, os estudantes de direito são incentivados a pensar além das cartas legislativas para entender o valor que apóia o sistema jurídico. A filosofia legal contribui para a formação de especialistas em ética que podem aderir conscientemente a princípios que vão além dos padrões escritos.

O conhecimento científico é caracterizado por procurar a verdade de maneiras sistemáticas, objetivas e verificáveis. No campo jurídico, a ciência surge através da pesquisa teórica (doutrina), análise da jurisprudência, estatísticas aplicadas à lei, pesquisa empírica e construção da teoria jurídica. Os pesquisadores jurídicos usam métodos metodológicos para

examinar o comportamento legal, falhas e resultados sociais e propor soluções baseadas em evidências. Por exemplo, é o conhecimento científico que se baseia em política pública, reforma legislativa e debate técnico usado no Supremo Tribunal. Requer clareza conceitual estrita e comprometimento com a eficácia dos resultados alcançados.

A integração entre esses três tipos de conhecimento, empírica, filosófica e científica, é essencial para aperfeiçoar a prática jurídica. Os advogados que ignoram o valor da experiência podem teoricamente removê-la excessivamente e removê-la da realidade. Por outro lado, aqueles que são SPI com reflexos filosóficos podem cair em práticas automatizadas e não críticas. E aqueles que rejeitam o método científico podem manter o erro porque não há base técnica. Portanto, um bom especialista em direito pode esclarecer as experiências da vida cotidiana com reflexão crítica e pensamento metodológico lógico. Essa combinação nos permite entender a lei não apenas como um conjunto de normas, mas também como um instrumento de mudança e equilíbrio social.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa para evidenciar as principais diferenças entre esses tipos de conhecimento no contexto jurídico.

Tabela 1 – Comparativo entre Conhecimentos Empírico, Filosófico e Científico no Direito

Tipo de conhecimento	Base	Aplicação no Direito	Características
Empírico	Experiência cotidiana	Prática forense, observação de casos	Intuitivo, informal, repetitivo
Filosófico	Reflexão crítica	Discussões sobre justiça, moral e ética	Abstrato, questionador, normativo
Científico	Método sistemático	Pesquisa jurídica, análise de dados	Objetivo, testável, replicável

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)..

Figura 1 - Tipos de conhecimento



Fonte: Menezes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das diferenças entre os tipos de conhecimento é fundamental para o desenvolvimento de práticas legais que se tornaram mais conscientes, mais reflexivas e mais visíveis. Uma base empírica fornece uma base prática. A filosofia fornece fundamentos importantes e estruturas científicas e examina o comportamento. Portanto, os advogados modernos devem ser capazes de interagir com essas três formas de conhecimento, a fim de entender melhor a complexidade geral e social.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Francisco. **Epistemologia e pesquisa científica**. São Paulo: Cortez, 2005.
- REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.



A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DIREITO



*Antônio Rafael Fernandes de Lima
Lucas Medeiros e Silva
Marion Matos Ribeiro
Paulo Eduardo Rodrigues Costa
Robson Henrique da Silva Souza
Valéria Belém de Castro
Kellen Cristina Encarnação Moraes*

RESUMO: Este artigo visa discutir a pesquisa bibliográfica no campo do Direito, abordando seus fundamentos, importância, estrutura e implicações éticas. Parte-se da compreensão dos elementos essenciais de um resumo científico e da estruturação de um paper, destacando sua relevância para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no contexto jurídico. Além disso, discute-se a ética na pesquisa e as práticas que configuram plágio, bem como as formas de evitá-las. O estudo utiliza metodologia qualitativa, com abordagem exploratória e bibliográfica, apoiada em análise documental. Os resultados demonstram que a pesquisa bibliográfica é indispensável para a formação acadêmica e profissional no Direito, fortalecendo a construção do raciocínio jurídico, a argumentação e o desenvolvimento de trabalhos científicos éticos e consistentes.

Palavras-chave: pesquisa bibliográfica; ética acadêmica; direito; plágio.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem como objetivo central refletir sobre a importância da pesquisa bibliográfica no Direito, sua estrutura, seus fundamentos, bem como os princípios éticos que devem nortear a produção acadêmica. A escolha deste tema se justifica pela crescente necessidade de que estudantes e profissionais do Direito compreendam não apenas a metodologia científica, mas também as boas práticas acadêmicas, evitando o plágio e adotando condutas éticas na pesquisa.

O tema aborda questões fundamentais: **Quais os elementos essenciais de um resumo? Como construir um bom resumo para artigos científicos? Qual a importância da ética na pesquisa acadêmica e no contexto jurídico? E como evitar o plágio e suas implicações?**

Parte-se da hipótese de que o desenvolvimento de competências na elaboração de papers, resumos e pesquisas bibliográficas, aliada à adoção de princípios éticos, é essencial para uma formação jurídica de excelência.

Os objetivos são: (a) compreender a estrutura de um resumo e de um paper científico; (b) entender o conceito e a aplicabilidade da pesquisa bibliográfica no Direito; (c) refletir sobre a importância da ética na pesquisa acadêmica; e (d) identificar práticas que configuram plágio, bem como estratégias para evitá-las.

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico, pautada em análise documental de materiais acadêmicos, obras doutrinárias e normativas sobre metodologia científica e ética na pesquisa.

2 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DIREITO

A pesquisa bibliográfica é uma das principais formas de levantamento de dados na área do Direito. Ela se baseia na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, legislação, doutrinas e jurisprudências. Conforme Gil (2008), é um procedimento fundamental para a construção do referencial teórico, permitindo ao pesquisador compreender o estado da arte sobre determinado tema.

No Direito, ela é imprescindível, pois a fundamentação de

de qualquer trabalho acadêmico, peça processual ou parecer jurídico depende do estudo e interpretação das normas, da doutrina e da jurisprudência.

Diferente de outras áreas, onde a experimentação empírica é comum, no Direito grande parte do conhecimento é construído através da análise de textos normativos e teóricos, tornando a pesquisa bibliográfica uma etapa indispensável.

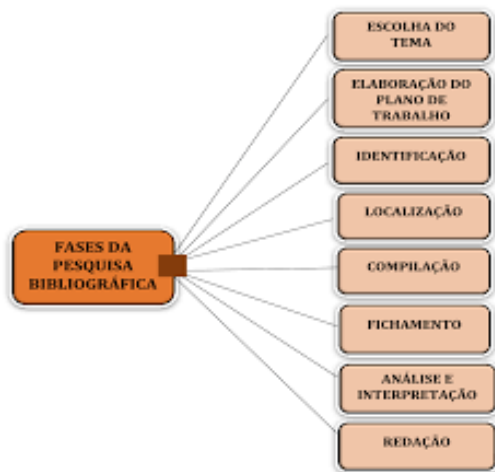
3 TIPOS DE FICHAMENTOS

A produção acadêmica no Direito segue normas específicas, principalmente as estabelecidas pela ABNT, que garantem padronização e qualidade científica aos trabalhos. O paper é um modelo de artigo científico de curta extensão, muito utilizado em congressos, simpósios e eventos acadêmicos, caracterizado pela objetividade, clareza e foco em um tema específico. Sua principal função é comunicar os resultados de uma pesquisa de forma resumida, permitindo a disseminação rápida do conhecimento. Por isso, seu desenvolvimento deve obedecer a uma estrutura bem definida, que facilite tanto a compreensão do leitor quanto a apresentação do conteúdo. Além disso, o paper é uma ferramenta essencial na formação acadêmica, pois estimula o desenvolvimento da escrita científica e da argumentação jurídica. Seu uso no meio jurídico reforça a importância da organização, da lógica textual e da fundamentação teórica. Assim, torna-se indispensável compreender seus elementos estruturais.

A estrutura do paper compreende basicamente: título, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências. O **título** deve ser claro, direto e refletir o conteúdo do

trabalho. O **resumo**, por sua vez, apresenta de forma concisa o problema, os objetivos, a metodologia, os resultados e as conclusões, sem utilizar citações, com um limite entre 100 e 250 palavras. As **palavras-chave** funcionam como facilitadores da busca e indexação, sendo entre três e cinco termos relacionados ao tema. Na **introdução**, delimita-se o tema, define-se o problema de pesquisa, a justificativa, a hipótese (se houver), os objetivos e a metodologia utilizada. O **desenvolvimento** corresponde à parte central do trabalho, onde são discutidos os tópicos, conceitos jurídicos, fundamentos doutrinários e teóricos, organizados de forma lógica e coerente.

Figura 1 - Tipos de conhecimento



Fonte: PPT Fichamento (2020).

Figura 2 - Modelo de Fichamento

FICHAMENTO

É uma das fases da Pesquisa Bibliográfica, seu objetivo é facilitar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e profissionais.

O fichamento é uma técnica de estudo e ferramenta imprescindível de todo pesquisador objetivando a sistematização do conteúdo essencial de uma obra, bem como articular o conteúdo com nossa reflexão pessoal.

Pode ser utilizado para:

Fonte: PPT Fichamento (2020).

4 ÉTICA NA PESQUISA ACADÊMICA E PLÁGIO

A ética na pesquisa acadêmica é um princípio indispensável que assegura a credibilidade e a integridade dos trabalhos produzidos no meio científico. Ela se fundamenta no respeito aos direitos autorais, na valorização da verdade científica e na transparência na divulgação de dados e informações. No campo jurídico, esse compromisso ético torna-se ainda mais relevante, uma vez que o Direito está diretamente ligado à justiça, à responsabilidade e à busca pela equidade. Produzir conhecimento no meio acadêmico, especialmente na área do Direito, exige do pesquisador não apenas domínio técnico, mas também compromisso com condutas éticas, que garantem a seriedade e a legitimidade das informações apresentadas.

Dentre as práticas antiéticas mais recorrentes está o plágio, que ocorre quando alguém se apropria de ideias, textos ou produções

intelectuais de outrem sem realizar a devida citação ou reconhecimento. Seja de forma intencional ou por desconhecimento, o plágio é considerado uma infração grave, trazendo consequências tanto no âmbito acadêmico quanto no jurídico. Para evitá-lo, é fundamental que o pesquisador desenvolva uma escrita própria, fundamentada na leitura crítica das fontes consultadas, e que utilize corretamente as normas de citação e referência. O uso de ferramentas de detecção de plágio também é uma prática recomendada, além de reforçar a necessidade de sempre prezar pela honestidade intelectual. Adotar uma postura ética não é apenas uma exigência acadêmica, mas um reflexo do compromisso profissional com a integridade, a responsabilidade social e a credibilidade científica no meio jurídico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica, quando realizada de forma correta e ética, é instrumento essencial na construção do conhecimento jurídico. Dominar as técnicas de elaboração de resumos, papers e artigos científicos é fundamental para a formação acadêmica de excelência.

A adoção de práticas éticas na pesquisa, especialmente no combate ao plágio, é não apenas uma exigência acadêmica, mas um dever ético e profissional no campo do Direito.

Portanto, compreender a estrutura do paper, desenvolver habilidades de oratória, e respeitar os princípios da ética na pesquisa são passos fundamentais para quem deseja atuar com seriedade, compromisso e competência na carreira jurídica.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 6023:2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

FACHIN, Odete Maria de Oliveira. **Fundamentos de metodologia:** um guia para estudantes de Direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.



TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO: mapas mentais, resumos e esquemas



RESUMO: O presente trabalho aborda técnicas de organização do estudo aplicadas aos resumos e esquemas. Essas ferramentas são amplamente utilizadas por estudantes como forma de facilitar a compreensão, memorização e revisão de conteúdos densos e complexos. O objetivo principal do estudo é apresentar as características de cada técnica, comparando suas vantagens e formas de aplicação prática. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica. A análise considera os diferentes estilos de aprendizagem e a aplicabilidade das técnicas nas disciplinas jurídicas, que exigem leitura crítica, raciocínio lógico e domínio de conceitos doutrinários e normativos. Conclui-se que a adoção consciente dessas estratégias pode contribuir significativamente para o desempenho acadêmico do estudante de Direito, auxiliando na organização do tempo, na fixação do conteúdo e na preparação para provas e atividades práticas. A escolha da técnica mais adequada deve considerar o perfil individual do aluno, podendo ser combinada de forma estratégica com outras abordagens de estudo.

Palavras-chave: organização do estudo; mapas mentais; resumos; esquemas; Direito.

1 INTRODUÇÃO

A organização do estudo tem se mostrado um fator determinante no desempenho acadêmico, especialmente em cursos que exigem elevada carga teórica, como o curso de Direito. Este artigo trata das principais técnicas de organização do estudo — mapas mentais, resumos e esquemas —, aplicadas ao contexto da formação jurídica.

O tema foi delimitado à análise dessas três ferramentas sob a

perspectiva de sua utilidade no processo de aprendizagem dos estudantes de Direito, considerando as especificidades da prática acadêmica e das exigências cognitivas do curso.

A escolha do tema justifica-se pela crescente necessidade de estratégias eficazes de estudo que permitam aos acadêmicos assimilar conteúdos densos com maior eficiência, preparando-se de forma adequada para avaliações e atividades práticas.

O problema de pesquisa consiste em entender quais dessas técnicas melhor contribuem para o desempenho acadêmico no curso de Direito. A hipótese é que a combinação estratégica dessas ferramentas potencializa a aprendizagem e a fixação de conteúdos.

O objetivo geral é analisar os mapas mentais, resumos e esquemas como métodos de organização do estudo. Como metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica. De forma preliminar, conclui-se que tais técnicas, se bem aplicadas, favorecem a autonomia e o rendimento do estudante.

2 TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO APLICADAS AO DIREITO

A rotina de estudos no curso de Direito exige mais do que apenas leitura frequente; demanda técnicas que auxiliem na sistematização de conteúdos extensos, como doutrinas, jurisprudências e legislações. Nesse sentido, o uso de estratégias como mapas mentais, resumos e esquemas mostra-se eficaz para aprimorar a aprendizagem e a retenção do conhecimento jurídico. Segundo Buzan (2006), criador da técnica dos mapas mentais, a visualização de conceitos em forma de rede favorece a memória de

longo prazo e o raciocínio lógico.

2.1 MAPAS MENTAIS NO ESTUDO JURÍDICO

Os mapas mentais são ferramentas visuais que auxiliam na associação entre conceitos. Sua aplicação no estudo do Direito permite ao acadêmico organizar artigos de lei, princípios constitucionais e ramos doutrinários de forma não linear. Essa técnica se mostra especialmente útil em disciplinas como Direito Constitucional e Direito Civil, onde a interligação entre normas e conceitos é essencial.

2.2 RESUMOS COMO MÉTODO DE FIXAÇÃO

O resumo é uma técnica tradicional de estudo que visa condensar o conteúdo, destacando apenas as informações essenciais. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), o resumo facilita a compreensão crítica e objetiva dos textos, sendo uma estratégia eficaz para a preparação de avaliações e exames orais, comuns na formação jurídica.

2.3 ESQUEMAS E A ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DO CONTEÚDO

Os esquemas são representações organizadas em tópicos hierárquicos. Diferente dos mapas mentais, possuem uma estrutura mais linear e são indicados para organizar classificações legais, requisitos normativos e elementos de institutos jurídicos. São especialmente úteis em peças práticas e na redação de pareceres, por ajudarem na visualização da estrutura

argumentativa.

Os esquemas estruturam o conteúdo de forma hierárquica e ordenada. Ao contrário dos mapas mentais, apresentam organização linear, facilitando a memorização de classificações legais e elementos doutrinários. São especialmente indicados para a organização de peças jurídicas, artigos de lei e roteiros argumentativos.

Quadro 1 – Comparação entre técnicas de organização do estudo

Técnica	Características principais	Aplicação no Direito
Mapas mentais	Visual, não linear, associa ideias por palavras-chave	Organização de princípios e estruturas legais
Resumos	Texto corrido, síntese de conteúdo	Revisão de doutrina e jurisprudência
Esquemas	Estrutura tópica e hierárquica, foco na organização lógica	Elaboração de roteiros e classificações normativas

Fonte: Buzan (2006), Lakatos e Marconi (2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de técnicas de organização do estudo revela-se fundamental para o bom desempenho do estudante de Direito, cuja formação exige domínio teórico, raciocínio lógico e leitura constante de textos jurídicos complexos. Mapas mentais, resumos e esquemas oferecem recursos distintos que, aplicados de forma estratégica, contribuem para a compreensão e memorização dos conteúdos.

A hipótese levantada neste estudo — de que a combinação dessas técnicas pode potencializar o aprendizado — foi confirmada por meio da análise teórica e comparativa. Cada ferramenta apresenta características específicas que se adequam a diferentes

momentos e necessidades do processo de estudo.

Conclui-se que, ao conhecer e aplicar essas técnicas de forma consciente, o acadêmico pode melhorar significativamente seu rendimento acadêmico, desenvolvendo autonomia intelectual e maior preparo para as exigências práticas da formação jurídica.

REFERÊNCIAS

BUZAN, Tony. **Mapas mentais: como usar o pensamento radial para liberar o potencial do cérebro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.


DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



O FICHAMENTO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA CONCURSOS PÚBLICOS NA ÁREA JURÍDICA



RESUMO: O presente artigo apresenta o fichamento como uma ferramenta estratégica no processo de estudo. A partir de uma revisão bibliográfica e metodológica, o estudo evidencia como essa técnica de estudo potencializa a aprendizagem ativa, seleciona dados importantes, organiza o conhecimento e promove a memorização eficiente dos conteúdos. Por haver diversos tipos de fichamentos, o aluno consegue escolher qual ele mais se identifica, podendo adaptá-lo para melhor atender o seu objetivo no processo de aprendizagem. Com base nos principais autores da pedagogia e métodos de estudo, conclui-se que o fichamento pode representar um diferencial significativo para candidatos que buscam aprovação em concursos públicos.

Palavras-chave: fichamento; técnica de estudo; concurso público.

1 INTRODUÇÃO

A preparação para concursos públicos na área jurídica exige domínio de conteúdo legislativo, doutrinário e jurisprudencial. Diante da complexidade e volume de informações, é necessário utilizar técnicas de estudo que otimizem o tempo e favoreçam a retenção do conhecimento. Neste contexto, o fichamento revela-se como uma técnica estratégica capaz de organizar o conteúdo, promover o pensamento crítico e facilitar a revisão. O presente artigo tem como objetivo analisar o uso do fichamento como ferramenta de estudo eficaz, sendo fundamental para concurso público jurídico.

2 O QUE É FICHAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA

O fichamento é uma técnica de estudo que consiste em organizar as informações mais relevantes de um texto visando melhorar a compreensão de determinado assunto. De acordo com Rafael Queiroz (2015, p. 113) “chamamos de fichamento um conjunto de métodos e técnicas que compreende diversas ações, corporificadas, ao final, em documentos chamados “fichas”, que sintetizam informações relevantes sobre os materiais consultados, lidos e estudados em nossas pesquisas”.

O fichamento pode ser usado até mesmo para confeccionar um resumo ou resenha, sendo um método de pesquisa pessoal que pode ser utilizado de diversas formas, principalmente, para organizar as ideias ao realizar uma pesquisa ou para organizar os conteúdos a serem revisados e memorizados para provas. É importante frisar que fazer fichamento envolve uma perspectiva reflexiva e crítica, e as ideias têm de ter um objetivo: para quê eu estou fazendo esse fichamento? para quê serão usados esses trechos?.

Segundo Francisco Paiva (2019, p. 13) “Os fichamentos, além de permitir a organização de textos estudados e a seleção de dados mais relevantes desses textos, trabalham como instrumento dialético de aprendizagem e arquivamento de conteúdos”.

Assim, a atividade de fazer fichamento envolve quatro elementos distintos: identificar a obra e seus dados catalográficos, o registro do conteúdo do texto, registro de comentários sobre o texto e a ordenação dos registros para futura localização. Sobre o material onde será feito o fichamento, eles podem ser: em fichas, cadernos,

bloco de anotações ou mesmo pastas ou arquivos online. E existem diversos tipos de fichamentos, os principais estão destacados a seguir.

3 TIPOS DE FICHAMENTOS

O fichamento na prática possui diversos tipos. Para Antônio Joaquim Severino, o fichamento pode ser dividido em: bibliográficos, biográficos e temáticos.

a) Fichamento bibliográfico

O fichamento bibliográfico, também conhecido como fichamento de registro, são fichas em que são apresentados todos os detalhes bibliográficos da obra, além de apresentar as principais ideias. Nesse tipo de fichamento a estrutura é bem definida e há um conjunto de elementos bibliográficos. Ele funciona mais como uma descrição de tópicos abordados numa obra. De acordo com Paiva (2010, p. 16), o fichamento bibliográfico “destina-se a documentar a bibliografia concernente a uma determinada matéria. O seu corpo pode ser constituído de poucas informações, como, por exemplo, breve indicação do conteúdo da obra”.

b) Fichamento biográfico

Para Severino (2010), o fichamento de documentação biográfica é um fichamento sobre um autor. Nele é importante conhecer o autor e seu legado, suas pesquisas, e compreender o itinerário do pensamento do autor.

Figura 1 - Fichamento de documentação biográfica

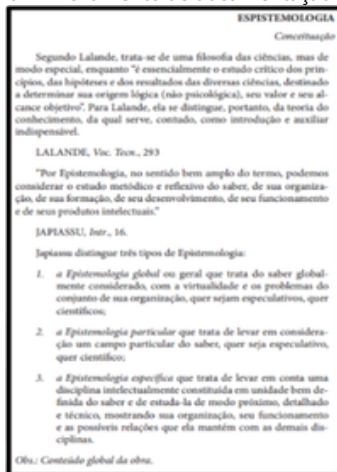


Fonte: Severino (2010).

c) Fichamento temático

No fichamento de documentação temática é feito uma síntese do conteúdo que interessa o autor ou estudante, em que o importante é coletar elementos, de maneira coerente retratando o conteúdo de um texto ou tema.

Figura 2 - Fichamento de documentação temática



Fonte: Severino (2010).

Além dos tipos de fichamentos apontados por Severino, Paiva apresenta: o fichamento de citação, o fichamento de conteúdo (esboço ou sumário) e o fichamento de opinião (comentário ou analítico). E Andrade (2006) também apresenta: o fichamento de resumos e o fichamento de esquemas.

d) Fichamento de citação

No fichamento de citação é aplicado partes de obras e capítulos, é o documento que apresenta trechos, passagens, mais importantes da leitura, feito por citações diretas e indiretas, sendo a descrição fiel de trechos fundamentais da obra estudada, devendo ter como normas: citação entre aspas, o número de página de onde foi retirada a citação, transcrição textual, supressão de um ou mais palavras utilizando o [...], acréscimos ou comentários dentro de colchetes [] e número da página ao final da citação.

e) Fichamento de conteúdo (esboço ou sumário)

É composto por uma síntese do texto com as ideias básicas e partes do texto da obra, podendo ser a obra completa, de forma resumida ou esquematizada, permitindo que o leitor extraia as ideias principais e as distribua em uma página. A numeração das páginas é apontada do lado esquerdo da ficha.

f) Fichamento de opinião (comentário ou analítico)

Este tipo de fichamento é mesclado por análises, anotações com interpretações e analogias. Sendo importante ser feito após a leitura da obra. Nele é possível delinear as ideias e as críticas, fazer análises e comparações. Ele organiza as ideias de forma sistemática e planejada para cumprir os propósitos desejados.

g) Fichamento de resumo

Neste modelo, o documento apresenta os principais pontos do texto de forma resumida e objetiva. Os resumos podem ser descritivos ou informativos, conforme a sua finalidade.

h) Fichamento de esquemas

O fichamento de esquema, também é conhecido como fichamento sistemático ou de estrutura, este documento organiza as informações de forma visual, podendo utilizar esquemas, gráficos ou diagramas para formar a estrutura lógica do conteúdo. Para Paiva (2019, p. 20) no fichamento de resumo “podem se referir a resumos de capítulos ou de obras ou de planos de trabalhos”.

Dentre os diversos tipos de fichamentos apresentados, os mais usados para estudo e pesquisa, depende muito do objetivo para o qual o documento será utilizado, sendo por vezes adaptado e aplicado como ferramenta de estudo para concurso público jurídico.

4 USO DO FICHAMENTO PARA ESTUDOS DE CONCURSO PÚBLICO NA ÁREA JURÍDICA

Ao se preparar para um concurso público, o concurseiro busca além do melhor material, vídeo aulas e cursos preparatórios, a melhor maneira de organizar o conteúdo para uma revisão ou consulta futura. Há várias vantagens em utilizar o fichamento com técnica de estudos, entre eles a leitura atenta e análise crítica do texto, proporcionando uma compreensão profunda do assunto. A eficácia do fichamento pode variar de pessoa para pessoa, sendo muitas vezes adaptado pelo o aluno no momento do estudo. Entre

os tipos de fichamento mais utilizados, há o fichamento de resumos e o fichamento de esquemas que por vezes é adaptado como um mapa mental.

O fichamento como resumo é muito utilizado em estudos para preparação do vestibular, podendo, por vezes, ser adaptado para estudos de concurso na área jurídica. Esse fichamento sintetiza a informação para que haja uma melhor compreensão do assunto, sendo o aluno capaz de memorizar o conteúdo. Já o fichamento de esquemas é diversas vezes adaptado, como mapa mental, que nada mais é do que o fichamento em forma de esquemas e diagramas. Ele organiza as ideias de forma visual e gráfica, muito utilizado por concurseiros na área jurídica, sendo o principal material de revisão, essencial para a memorização do conteúdo estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de registrar as informações do texto acadêmico, conteúdos, pesquisa ou mesmo assunto de prova de concurso, em fichas é uma atividade essencial para a maturação e aprendizado do assunto estudado, o que faz do fichamento uma técnica fundamental no processo de aprendizagem.

Deste modo, o fichamento é uma ferramenta estratégica poderosa para concursos públicos, permitindo que os candidatos organizem e resumem informações, identifiquem pontos-chave, revisem e consolidem conhecimento, além de desenvolverem habilidades de análise e síntese, e aumentarem a eficiência do estudo. O fichamento, portanto, auxilia na disciplina, organização e prática, sendo uma ferramenta valiosa para ajudar os candidatos a

alcançar o sucesso nos concursos públicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Técnicas para elaboração dos trabalhos de graduação. *In*: ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 25-38.

KNOWLES, Malcolm. **The adult learner: a neglected species**. Houston: Gulf Publishing, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica: passo a passo**. São Paulo: Método, 2015. 183p.

PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira. A prática retórica de escrita de fichamento como ferramenta de incentivo à pesquisa e ao planejamento textual de outros gêneros acadêmicos. **Revista Multidebates**, Palmas-TO, v.3, n.1, p. 9-23, março de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.